



DOMINUS

Omni Tempore 2022

Faculdade de Letras da Universidade do Porto





Na capa, Foral dado à cidade do Porto pelo rei D. Manuel I (1469-1521), em 1517. Encontra-se disponível na íntegra no *site* do Arquivo Histórico Municipal do Porto (<https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/358980/>).

Página em branco

Omni Tempore

Atas dos Encontros da Primavera 2022

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Página em branco

Ficha Técnica

Título: Omni Tempore – Atas do Encontros da Primavera 2022

Volume: 8

Comissão Editorial: Alexandra Silva, António Rodrigues, Bernardo Souza, Beatriz Nascimento, David Amorim, João Torres, Nuno Resende, Rita Costa

Edição: Biblioteca Digital – Faculdade de Letras, Universidade do Porto

Local de edição: Porto

Data de edição: novembro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-85-4/omni8>

ISBN: 978-989-9082-85-4

Capa: Comissão editorial a partir da digitalização integral do documento disponível no Arquivo Histórico Municipal do Porto.

Contacto: encontrosprimavera@letras.up.pt

Website: <https://omnitempore.wordpress.com/>

Esta publicação está alojada na Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

A referenciação bibliográfica segue o modelo da Norma Portuguesa n.º 405.

Comissão Científica

Amélia Polónia, CITCEM – FLUP, Universidade do Porto

Bruno Madeira, CITCEM – FLUP, Universidade do Minho

Conceição Meireles Pereira, CITCEM – FLUP, Universidade do Porto

Gaspar Martins Pereira, CITCEM – FLUP, Universidade do Porto

Luís Carlos Amaral, CITCEM – FLUP, Universidade do Porto

Luís Miguel Duarte, CITCEM – FLUP, CEPSE, Universidade do Porto

Maria Inês Amorim, CITCEM – FLUP, Universidade do Porto

Todos os artigos desta publicação foram submetidos a arbitragem científica independente e aprovados pelos dos revisores científicos.

Revisores

Doutora Alexandra Esteves – Universidade do Minho

Doutor Francisco Pinheiro – CEIS20 - Universidade de Coimbra

Doutora Gisele Conceição – CITCEM – Universidade do Porto
Doutora Laurinda Abreu – CIDEHUS - Universidade de Évora
Doutor Luís Moreira – CEG – Universidade do Minho
Doutora Maria João Pinho – CITCEM - Universidade do Porto
Doutor Rahul Kumar – IHC - Universidade de Coimbra
Doutora Odete Paiva – Professora do Ensino Secundário

Índice

Ficha Técnica	6
Editorial	10
I Época Moderna.....	14
Entre Mapas e Memórias: Representações do Julgado de Vermoim na 2. ^a metade do séc. XVIII.....	15
A certeza da morte e a incerteza do Céu: invocações, rituais e legados pios nos testamentos da Misericórdia do Porto (1750-1777).....	54
A viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil (1783-1792): um olhar sobre as comunidades locais	96
II Época Contemporânea.....	135
A epidemia de febre amarela na cidade do Porto em 1856.....	136

Página em branco

Editorial

A publicação *Omni Tempore*, mais uma vez trazida à estampa, fora concebida e concretizada por estudantes e recém-licenciados, no intuito de trazer à luz algumas das exposições realizadas nos Encontros da Primavera, onde se apresentaram os resultados dos esforços levados a cabo, numa primeira experiência de investigação científica, no âmbito do seminário de história medieval, moderna e contemporânea, inseridos na Licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Desafiados a continuar este legado, fora formada esta comissão editorial com vista a divulgar os resultados dos primeiros estudos dos recém-licenciados. Garantindo a seriedade necessária para a correta construção de conhecimento, os diferentes artigos foram submetidos a uma análise crítica, efetuada por especialistas das áreas em questão, para que os seus conteúdos fossem revistos. As observações e apontamentos dados pelos revisores em muito contribuíram para a clarificação de ideias, a multiplicação de questões e desbravamento de novos caminhos, que atestaram a beleza cativante da investigação histórica. Contributos que em muito concorreram para o enriquecimento destes artigos.

A presente publicação manifestou-se igualmente proveitosa para quantos integraram esta comissão, permitindo contactar com a realidade académica, correspondendo à sobriedade e profissionalismo que tais tarefas acarretam. Com vista a concretizar o desafio a que nos lançámos e que procurámos satisfazer, é justa a referência a tantos outros colegas, professores e investigadores que foram pontilhando o nosso percurso e em muito contribuíram para a edificação desta publicação.

Sejam estes os primeiros resultados de longos e frutuosos percursos de investigação e divulgação do conhecimento, cuja base e fundamento primeiro se sedimentaram nesta nossa faculdade.

In memoriam

José Mattoso (1933-2023)

Frei Geraldo Coelho Dias (1934-2023)

Página em branco

Há homens a abrir as mãos como livros
Superfícies intensas sem ruído – as nascentes
No rochedo liso, no deserto imprevisto

É quente o silêncio. É quieto de uma claridade
Atenta. Eles o abrem – o orvalho
E nem sempre o atravessa o lume

É sempre de manhã que se abrem as correntes
Abrem os escritos sem abrir os lábios
Eles sussurram sobre os ouvidos
Do homem que fala sozinho

Nem sempre abrem a porta de quem está em sua casa
Nem a ferida que se cura com o tempo

Abrem uma fonte e um lugar à frente. Cada afluente
E o seu leito. Abrem
Os anzóis profundos dos sinais

Daniel Faria – Das nascentes. In Vera Vouga (ed.) – Poesia. Porto: Assírio & Alvim, 2021.

I Époça Moderna

Entre Mapas e Memórias: Representações do Julgado de Vermoim na 2.^a metade do séc. XVIII

Bernardo C. A. Souza

bernas.souza@hotmail.com

Resumo

Um Julgado é por norma um espaço de ação de um juiz, acontece que no de Vermoim, com a sua incorporação ao Termo de Barcelos (séc. XVI) os afazeres jurídicos são relegados ao juiz-de-fora e os demais oficiais da Vila. Não obstante, o espaço sobrevive, é nomeado, descrito, perguntado e desenhado. Pelo período moderno mantêm-se como um espaço de nível intermédio na composição espacial de relações administrativas e sociais. Exprime centros e periferias internas, e, uma rede de relações que lhe dotam de coerência e coesão. Através da análise comparativa da cartografia histórica e das Memórias Paroquiais de 1758, um universo de representações (atlas histórico) será constituído para compor múltiplas representações do Julgado de Vermoim no fim da modernidade.

Palavras-chave: Cartografia Histórica; Cartografia Temática; Julgado de Vermoim; Vila Nova de Famalicão.

Abstract

A *Julgado* (County) is traditionally a space for a judge to act, it happens that in Vermoim, with its incorporation into the *Mandate of Barcelos*, legal tasks are relegated to the High judge and the Barcelos's officials. Nevertheless, the space survives, it is named, described, asked about and designed. By the early-modern period it remains as an *intermediate* space in the spatial composition of relations of administrative or social character. It expresses centers and peripheries, and a network of relationships that endows it with coherence and cohesion. Through the comparative analysis of historical cartography and Parish Inquiries of 1758, a universe of representations will be constituted to compose multiple representations of the Vermoim county at the end of the early-modernity.

Keywords: Historical Cartography; Thematic Cartography; Julgado de Vermoim; Vila Nova de Famalicão.

Introdução e objetivos

Este texto¹ concerne o estudo comparativo e complementar de fontes cartográficas e documentais, em torno da unidade administrativa Julgado² de Vermoim, unidade administrativa na alçada do Ducado de Barcelos e no Termo de sua Vila³, na segunda metade do séc. XVIII. Buscar-se-ão representações cartográficas autorais do Julgado de Vermoim. Tratar-se-á, principalmente, do espaço vermoinês na segunda metade séc. XVIII, sendo a exceção a inclusão da região do Couto de Landim nos mapas temáticos, tratando-se de uma alçada limítrofe oportuna para a composição da imagem de conjunto do Julgado de Vermoim.

Haverá a reconstituição dos dados obtidos num atlas fruto do tratamento de dados obtidos a partir de cartografia selecionada e das Memórias Paróquias de 1758. Ao sistematizar, extrapolar e articular estes elementos obter-se-ão as representações deste Julgado nas realidades locais. Não no reino ou no aparato administrativo da coroa. Este trabalho pretende exemplificar resultados obtidos ao incorporar-se a cartografia temática no estudo de realidades locais na História⁴. Ademais, este é um primeiro exercício de outros, onde o Julgado de Vermoim foi o objeto em estudo, deste texto procuraremos apresentar alguns dados iniciais, erguer algumas questões, observar o objeto e, principalmente, como cartografar, mesmo num momento inicial, permite compreender.

É necessário indicar que o Julgado de Vermoim é, corretamente ou não, muitas vezes assumido como o antecessor, *de jure*, do Concelho de Vila Nova de Famalicão⁵.

¹ Este artigo deriva do trabalho de Seminário em História Moderna I e II na Licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Produzido em 2021-22 e apresentado nos XVII Encontros da Primavera em maio de 2022. Realizaram-se atualizações e alguns acréscimos, mantendo-se a estrutura interna do texto. Alguns dados, mapas temáticos e secções do texto foram omitidas a fim de cumprir com os critérios de publicação. Ademais, devemos agradecer e reconhecer o valor dos comentários, correções e críticas de dois revisores anónimos.

² «povoação sem pelourinho, nem privilegio de villa, posto que [tem] juiz, e justiça própria» *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau*, Revisão de Morais Silva. Tomo 2. Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. pp. 756. Disponível em: <https://archive.org/details/diccionariodalin00mora/page/756/mode/2up>. Porém, segundo Pedro de Poyares, o Julgado de Vermoim não teria juiz (séc. XVII), mas sim Escrivão, adido ao Ouvidor da Vila de Barcelos: *Tractado panegyrico em louvor da villa de Barcellos, por rezam do apparecimento de cruces que nella apparecem... / composto pello P. Fr. Pedro de Poyares...* - Coimbra: na Officina de Joseph Ferreyra, 1672. - [46], 241, [3] p.; 4º (19 cm). Fólio 5. Em contraparte a Memória Paroquial da Vila Nova de Famalicão indica a existência de um Juiz, Escrivão e Almotacé, porém, o juiz só teria alçada na dita Vila Nova: AN/TT - Memórias Paroquiais Vol. 40 Memória 321, fl. 1431-1433.

³ BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) - *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. ISBN 978-989-54475-1-0. pp. 199-200.

⁴ Como por exemplo: AMORIM, Inês – A reconstrução de um espaço histórico: o concelho de Cambra na 2º metade do século XVII – fontes e metodologia. In *Revista da Faculdade de Letras História*, Porto, III Série, vol. 7, 2006, pp. 149-168.

⁵ “Enfatizar que há um espírito local à procura de expressão cultural e política” [tradução livre] – McCLELLAND, John S. – *A History of Western Political Thought*. Londres: Routledge, 1996. pp. 624; &

São territórios no intermediário na subdivisão do país. Foram associados por eruditos locais⁶, notavelmente Vasco de Carvalho⁷ e o Padre Benjamim Salgado⁸. Porém, devemos ter em consideração a mudança das unidades territoriais, da organização espacial, toponímia, da ocupação humana e seu povoamento no tempo histórico.

“per tudo o tempo desfaz [...] nunca permanesse em hum estado, os muros fortes e edifficios sumptuosos o tempo os gasta, e diriba e o ferro e os metais com elle se consomem, os montes caem, os rios mudão seu natural curso”⁹.

Alguns aspetos:

Não é possível reconstruir o Julgado. Este existiu. Não existe mais. Aquando existia não seria fácil de definir ou expressar no ordenamento multifacetado e sobreposto do período moderno. A circunscrição do espaço do Julgado de Vermoim pode ser inscrita de modo generalizante e indicativa, porém, a definição de suas fronteiras é um exercício que não é um dos nossos objetivos, e todas as «demarcações» devem ser entendidas como sugestivas ou meros artificios gráficos. Foi possível através das fontes selecionadas buscar representar parte de suas estruturas económicas, locais, religiosas, geográficas, viárias, produtivas, extratoras, paisagísticas e sociais na cronologia escolhida, além da composição regional na área do Ducado de Barcelos. O caminho que se pretende seguir é a sumarização dos tópicos tema com uma série de mapas temáticos fruto da extrapolação gráfica comparativa dos mapas de Custódio José Gomes VillasBoas¹⁰, de Grandpré¹¹ e de José Monteiro de Carvalho¹² e a articulação às sistematizadas respostas às Memórias

“uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer uma continuidade com um passado histórico apropriado” [tradução livre] – HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence – *The Invention of Tradition*. Londres: Cambridge University Press, 2010. pp. 9.

⁶ A tradição concebida criou uma continuidade histórico que não se sabe o quão inexistente é e o tratamento dado por curiosos locais assume a forma de referência a situações que estabelecem o seu próprio passado através da repetição dogmática, que podemos remeter inicial a obra: VIEIRA, José Augusto — *O Minho pittoresco*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1886-1887.

⁷ CARVALHO, Vasco César de — *Aspetos de Vila Nova: A Justiça*, vol. II. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2005.

⁸ SALGADO, Benjamim — *Vila Nova entre dois forais*. 3º ed. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2005. ISBN 989-552-100-6.

⁹ BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) — *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. ISBN 978-989-54475-1-0 pp. 61.

¹⁰ VILASBOAS, Custódio José Gomes, 1771-1809 - *Mapa da provincia d'Entre Douro e Minho... de par com as indicações Economico-Políticas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Provincia, e outros objetos de Utilidade Publica* / por Costodio Jozé Gomes de Villas-Boas. - [Escala não determinada] entre 1794 e 1795. - 1mapa: ms., color.; 90,7 cmx60,3 cm.

¹¹ Mapa do Eng. Grandpré da Província do Entre Douro e Minho (1730). In CASTRO, João Baptista de, 1700-1775. *Mappa de Portugal antigo e moderno* / Pe. João Baptista de Castro. - Lisboa: Off de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763. - 3 t.; 21 cm + 7 mapas.

¹² CARVALHO, José Monteiro de, 1713-1780. *Carta geografica da Provincia do Entre Douro Minho e Tras os Montes. Dedicado a Magestade Fidelissima e sempre Augusta de El Rey de Portugal e dos Algarves*

Paroquiais - disponíveis em suporte digital¹³ - além do complemento nominal pelas descrições geográficas e/ou históricas do período moderno. Utilizando estas [fontes] há a possibilidade de representar o Julgado de Vermoim em diferentes níveis para compor esta unidade territorial no final do séc. XVIII.

Pelo recurso limitado a estas fontes que não é possível traçar nos mapas uma fronteira entre este Julgado e demais unidades territoriais com rigor, pelo que, este exercício reserva-se para momentos futuros da investigação. Com a consciência de que qualquer tentativa de o realizar deverá ter em conta que a unidade administrativa é fruto de um ordenamento medieval inicial que permaneceu no mundo do Antigo Regime numa dinâmica mutável e fluída, tendo em conta a existência de um regime senhorial com diferentes agentes soberanos e complementários, mas sob a autoridade do Ducado e Termo de Barcelos e seu Ouvidor¹⁴.

Este projeto irá, invariavelmente, depender da complementaridade com a Geografia e a Arqueologia. Tal qual, a proximidade metodológica e teórica com a Cartografia Histórica e a Geo-História.

Reafirma-se que se irá tratar neste texto do Julgado de Vermoim - uma circunscrição inserida no Termo, Ducado e Ouvidoria de Barcelos – na região do Entre Lima e Douro na *província* do Entre Douro e Minho no Norte de Portugal.

O produto final serão representações da unidade territorial numa ótica exógena, afinal, todas as fontes selecionadas foram produzidas para o conhecimento do poder central, num contexto de informar a cabeça do reino sobre as partes do mesmo. A conceção das fontes condiciona o resultado do que se pode elaborar e representar.

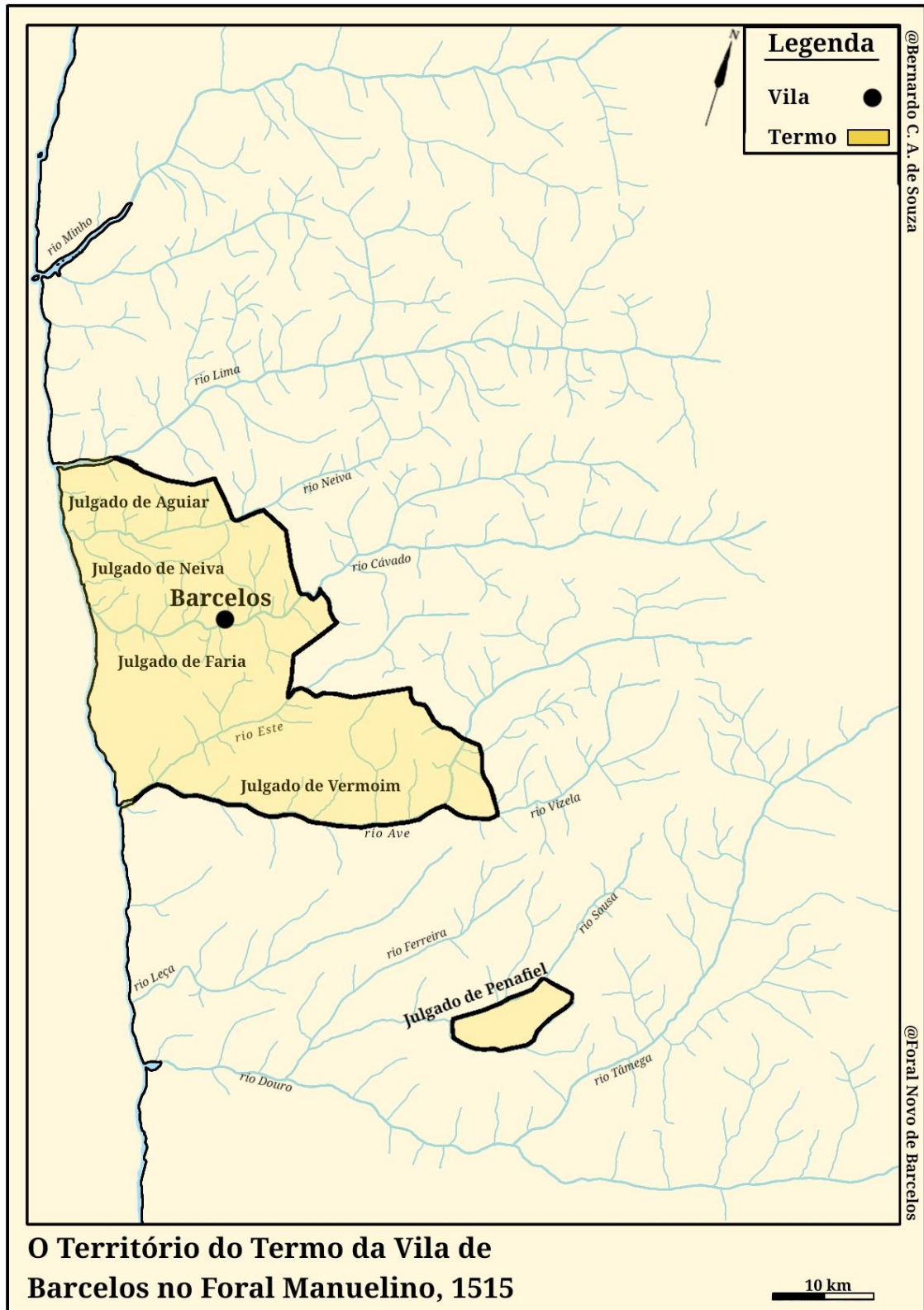
Recorreu-se e recorrer-se-á a cartografia temática, como a figura 1 ou a figura 2, feita a partir da georreferenciação do mapa de VillasBoas a fim de representar o contexto regional numa conceção espacial à época. Tendo-se identificado que diferentes representações do espaço e sua projeção cartográfica expressando relações distintas com a realidade, procurou-se uma projeção regional à época.

Dom [...] Nosso Senhor por Jozeph Monteiro de Carvalho, Sargento Mor de Infantaria com exercício de Engenheiro – [Escala não determinada] [Entre 175- e 1777?] – 1 mapa: ms., p&b; 133x96 cm.

¹³ Memórias Paroquiais - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - DigitArq (arquivos.pt). Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4238720>.

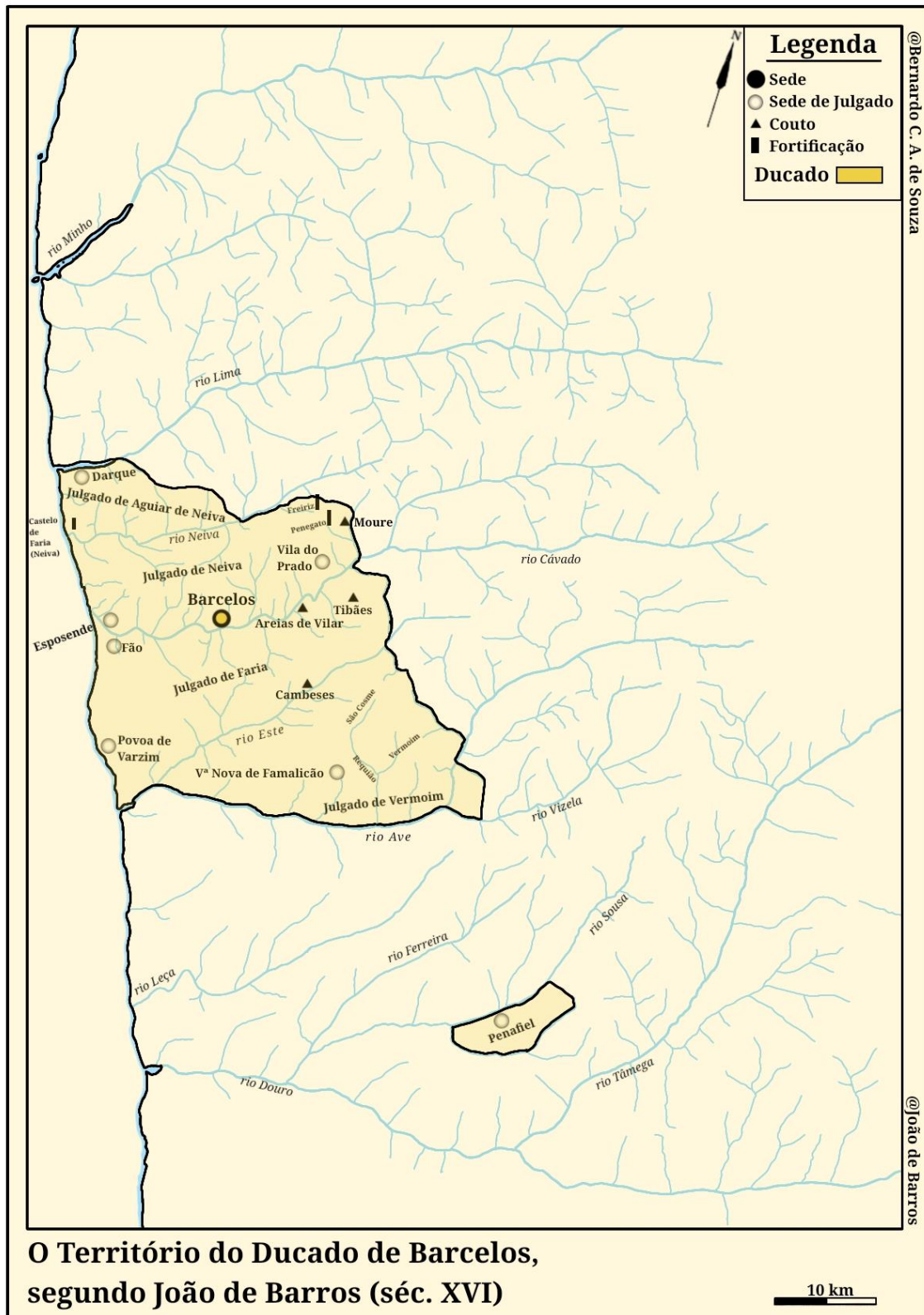
¹⁴ Como atestado no: Foral de Barcelos concedido em 1515 por D. Manuel I – Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12940/11062>; e nas Memórias Paroquiais de 1758 de Barcelos, publicadas em: GOUVEA, Pedro Ribeiro de – Memórias Paroquiais de Barcelos. In SAMPAIO, José de Mancelos – *Recordações Históricas de Barcelos*. Barcelos: Notícias de Barcelos, 1932.

Figura 1 - O Território do Termo da Vila de Barcelos no Foral Manuelino, 1515. Representação cartográfica da área entre os rios Minho e Douro, e 150 km para o interior. Demarca-se neste mapa a toponímia das unidades administrativas filiadas ao termo de Barcelos



Fonte: Elaboração própria, 2022

Figura 2 - O Território do Ducado de Barcelos no séc. XVI. Representação cartográfica da área entre os rios Minho e Douro, e até ao Tâmega para o interior. Demarca-se neste mapa a toponímia das unidades administrativas filiadas ao Ducado de Barcelos e sua tipologia



Fonte: Elaboração própria, 2022

1. A Metodologia

Seguir-se-á uma explanação sumária de técnicas adotadas, dos critérios, dos contextos bibliográficos e das fontes selecionadas.

1.1 A Cartografia

Para a componente gráfica (os mapas temáticos), é necessário recorrer aos exemplos e modelos cartográficos de tratamento trazidos por Roger Brunet¹⁵, que mantém-se válidos como lições elementares, na construção manual dos mapas do Julgado de Vermoim¹⁶. Tendo especial atenção ao tratamento da informação no seu emaranhado simbólico¹⁷ que tal como um *croché* permita expor ligações, informações e dados para a leitura do material. Com a ressalva que toda a informação plasmada nas imagens sofre um processo de generalização e de modificação gráfica para sua inteligibilidade¹⁸. Algumas das representações gráficas estão neste texto, todavia, por critérios de publicação nem todas as imagens foram incluídas, o Atlas completo, com 35 folhas em A2, encontram-se somente no Fundo Local da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco de Vila Nova de Famalicão.

Sendo um dos objetivos deste trabalho o incentivo ao contacto com o material cartográfico este tipo de material iconográfico revela-se extremamente pertinente para a compreensão e fabricação de representações sobre espaços de nível intermédio ou para a explanação de diversos elementos os quais o texto é insuficiente ou limitado¹⁹. Assim, a construção de uma análise reflexiva, inquisitiva e criativa capaz de beneficiar-se dos recursos de análise que a Geo-História²⁰ tem, em particular, a transformação do material documental em sistemáticos dados com a experimentação pessoal do espaço (saídas de

¹⁵ BRUNET, Roger — *Le croquis de Géographie régionale et économique*. 2º ed. rev. et cor. Paris: Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1967.

¹⁶ Recorreu-se à elaboração manual dos mapas num segundo momento de tratamento gráfico. O primeiro momento de georreferenciação foi feito no software cartográfico QGIS.

¹⁷ WOOD, Denis — *The Power of Maps*. New York: The Guilford Press, 1992. ISBN 0-89862-492-4 pp. 111-116.

¹⁸ WOOD, Denis — *The Power of Maps*. New York: The Guilford Press, 1992. ISBN 0-89862-492-4 pp. 34-38 & 70-95.

¹⁹ MOREIRA, Luís Miguel — *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas: cartografia, geografia e história das populações em finais do século XVIII*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, 2011. pp. 63; 69; 79; 88; 95; 217; 225; 230; 253.

²⁰ Como exerce Suzanne Daveau em textos como: DAVEAU, Suzanne — *Um antigo mapa corográfico de Portugal (c. 1525): reconstituição a partir do Códice de Hamburgo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2010. ISBN 9789726362043; DAVEAU, Suzanne. (2000). A rede hidrográfica no mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco (1560). In *Finisterra*, 35(69), 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1668>; & DAVEAU, Suzanne — Uma geografia política e social de Portugal nos primeiros séculos da nacionalidade. In *Finisterra*, 24(47), 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1963>.

campo), geográfica e geologicamente, apresentando um horizonte maior de questões às fontes, adicionando o recurso à imagem de satélite.

Porém, a construção de um mapa, impõe um filtro insuperável a si sobre a total realidade observável²¹. Afinal, o mapa acaba sendo um recorte dos dados disponíveis, e depois, daqueles que o autor foi capaz de compreender e representar a partir da sua própria formação e intenção²². Daí que os mapas constituam algo como uma representação filtrada e parcial do tema, feita no caso das fontes utilizadas por agentes externos ou póstumos como na cartografia temática que dita este trabalho.

Retornando, a pertinência do uso extensivo da cartografia justifica-se por: 1º) ter sido para os contemporâneos a forma de representação e explanação do território regional e nacional, e para agentes individuais e coletivos do próprio espaço ou de outros locais – cada vez mais, se tornava uma ferramenta indispensável no processos de reforma das unidades administrativas no espaço²³; 2º) serem passíveis de análise, sistematização, crítica, extrapolação, inquirição, corroboração, redefinição e serem recursos úteis para a exposição visual de elementos Geo-Históricos relacionados com as infraestruturas, jurisdições e administrações.

Acrescenta-se o princípio de que os mapas e cartas que se constrói para superar as limitações do texto, possuem estes um nível de generalização da informação, apesar de grande escala dos mapas, na forma de artifícios artísticos para comunicação e translação de informação para o leitor, com hierarquização de elementos gráficos, gradiente de cores, e, diferenciação simbólica.

A esquemática dos meios adotados dá-se por terminada, e adianta-se que o desenvolvimento desta investigação demandou a consulta de mapas históricos pelo trabalho de Luís Miguel Moreira²⁴; a extrapolação de elementos-base dos mapas selecionados²⁵; a comparação entre mapas; a fabricação de dados quantitativos e

²¹ Uma oportuna reflexão sobre a conceção de espaço e realidade: BAKER, Alan; BIGGER, Gideon (coord.) - *Ideology and Landscape in historical perspective*. Cambridge: University Press, 1992. ISBN 0521410320. pp. 8-11.

²² WOOD, Denis – *The Power of Maps*. New York: The Guilford Press, 1992. ISBN 0-89862-492-4. pp. 75-81.

²³ A importância da cartografia nos processos de reforma dos espaços: SILVA, Ana Cristina Nogueira da — *O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998. ISBN 972-33-1384-7. pp. 72-74; 103-139. & WOOD, Denis – *The Power of Maps*. New York: The Guilford Press, 1992. ISBN 0-89862-492-4. p. 4.

²⁴ MOREIRA, Luís Miguel — *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas: cartografia, geografia e história das populações em finais do século XVIII*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, 2011.

²⁵ INSTITUTO GEOGRÁFICO DO EXÉRCITO (2011) – Folha 69, 70, 83, 84, 96 e 97: *Carta Militar de Portugal* [Material Cartográfico]. Escala [ca 1:25000]. [Várias cartas].

qualitativos das Memórias Paroquiais; as saídas de campos para observar empiricamente o espaço; a análise e comparação das imagens de satélite; o cruzamento das extrapolações e dos dados para um atlas.

“Não soube responder, e ficou confuso. Assi são os que escrevem cousas de longas vias em que cometem muitos erros de que forão mal informados, e que nao souberão nem estudarão, per que nhum pode tratar o que não usou, nem praticou”²⁶.

Escolheu-se dar forma ao Julgado através da cartografia, sendo o uso da mesma pertinente e propositada como já antes se justificou. Com tal objetivo compreendeu-se a pertinência de uma série de representações, baseadas num mapa modelo – o mapa de base. Esta representação modelar foi escolhida tento 1/31.000 como escala, assim pode-se cobrir a extensão territorial do Julgado e uma faixa territorial circundante, afinal a circunscrição do Julgado não existia só na abstração. Outras escalas não foram utilizadas por este texto ser ainda um primeiro exercício com recursos limitados que não comportavam o uso de outras escalas grandes.

Os mapas são fruto do tratamento e da transformação dos dados extraídos das fontes, em raros casos a bibliografia foi uma fonte de dados. Foi possível identificar tendências, similitudes, práticas, aspetos distintivos e uma generalidade sobre a cada paróquia. De tal modo, ordenou-se a informação no plano básico, prezando-se continuamente pela inteligibilidade e comunicabilidade através e entre as representações.

1.2 Bibliografia

Para o estudo dos três primeiros séculos da cartografia terrestre, salientam-se os mapas publicados e estudados por de Jaime Cortesão²⁷ e tem sido expandida por Suzanne

²⁶ BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) — *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. Pp. 57. ISBN 978-989-54475-1-0.

²⁷ CORTESÃO, Jaime — *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1957.

Daveau²⁸, João Carlos Garcia²⁹, Maria Helena Dias³⁰, Irís Kantor³¹ e Luís Miguel Moreira³². Para a nossa temática local a contribuição da cartografia é menos ampla comparando-a com o vasto acervo de estudos produzidos pela historiografia rural³³. Não obstante, note-se Luís Miguel Moreira e o estudo regional da obra de VillasBoas no Alto Minho, assim como a investigação de Ana Cristina Nogueira da Silva³⁴ sobre material descritivo e cartográfico do Arquivo Histórico Parlamentar³⁵.

Ao recorrer a historiografia rural devemos ter em atenção as particularidades de cada realidade local, logo ao observar estudos pontuais – de temáticas circunscritas a alguns aspetos e conceitos, com espaços distintos – devemos proceder analiticamente.

²⁸ DAVEAU, Suzanne – *Um antigo mapa corográfico de Portugal (c. 1525): reconstituição a partir do Códice de Hamburgo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2010. ISBN 9789726362043; & DAVEAU, Suzanne - Uma geografia política e social de Portugal nos primeiros séculos da nacionalidade. In *Finisterra*, 24(47), 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1963>.

²⁹ GARCIA, João Carlos; ALMEIDA, André Ferrand de — Os mapas do Brasil na engenharia militar portuguesa: (1750-1822). In *A Bahia na Engenharia Militar Portuguesa do século XVIII*. S/l, S/ed, 2013; GARCIA, João Carlos; ALMEIDA, André Ferrand de — *Portugal en la región platina, siglos XVIII y XIX; mapas de la colección de la dirección de Servicios de Ingeniería*. Montevideo: La Imprensa, 2006. [Exposição]; & GARCIA, João Carlos; MOREIRA, Luís Miguel – Os mapas nas coleções da Biblioteca Pública de Braga. In *Revista Catalana de Geografia: revista digital de geografia, cartografia i ciències de la Terra – IV època*, volum XXI, nº 54; & GARCIA, João Carlos; MOREIRA, Luís Miguel – Antigas cartas marítimas e terrestres. In *A universal pintura: a Cartografia nas coleções da biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Braga*. S/l, S/ed, 2015. GARCIA João Carlos; MOREIRA, Luís Miguel — *El geógrafo trabaja en su casa: espaços portugueses na produção cartográfica de Tomás Lopez*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

³⁰ DIAS, M. H., & Alegria, M. F.: Na transição para a moderna cartografia. As cartas náuticas da região de Lisboa de Tofiño e Franzini. In *Finisterra*, 29(58), 1994. <https://doi.org/10.18055/Finis1833> & DIAS, M. H.: Um contributo português para a representação cartográfica da fronteira luso-espanhola: a acção do engenheiro militar Vasconcelos e Sá. In *Revista de Historiografia (RevHisto)*, (23), pp. 101-118, 2015. Recuperado a partir de <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/REVHISTO/article/view/2757>.

³¹ KANTOR, Irís – Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades*. 12.24 (2010). pp. 110-123. & KANTOR, Irís – Usos diplomáticos da ilha-Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia história*. 23 (2007), pp. 70-80.

³² MOREIRA, Luís Miguel – O Mapa Corográfico dos Reinos de Portugal e Algarves Copiado do Inglês de W. Faden (1809): construir a imagem de um país. In *IV Simpósio Luso-brasileiro de Cartografia Histórica*. Porto, 9 a 12 de novembro de 2011. ISBN 978-972-8932-88-6 [Separata]; MOREIRA, Luís Miguel – Divulgar a Restauração do Reino: o Mapa de Portugal de Nicolas Sanson d’Abbeville, 1654. *Revista Bibliográfica de Geografia Y Ciencias Sociales*. Vol XXII, nº 1.193 (2017). ISSN: 1138-9796 [Separata]; & MOREIRA, Luís Miguel – Um “Coup d’oeil” Sobre o Entre Douro e Minho pelo Engenheiro Michel Lescolles, em 1661. In *II SIMPÓSIO Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Lisboa: 25 e 26 de outubro de 2007 [Separata].

³³ Uma sumarização das temáticas, autores e correntes é: NETO, Margarida Sobral - Reconstituição da vida material de comunidades rurais em contexto senhorial: problemas, fontes e métodos. In *A Cidade e o Campo: Coletânea de Estudos*. Coimbra: CHSC, 2000; & *An Agrarian History of Portugal, 1000-2000*. FREIRE, Dulce; LAINS, Pedro (coord.). Leiden/Boston: Brill, 2017. ISBN 978-90-04-31152-7.

³⁴ SILVA, Ana Cristina Nogueira da — O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime. Lisboa: Estampa, 1998. ISBN 972-33-1384-7.

³⁵ Devido a algumas incoerências cartográficas nas projeções cartográficas de maior escala incidindo sobre a realidade local não damos protagonismo a obra: SILVEIRA, Luís – *Território e Poder: Nas Origens do Estado Contemporâneo em Portugal*. Cascais: Patrimonia, 1997. ISBN 972-744-021-5 [apesar de ser de pertinente consulta].

Não havendo falta de exemplos metodológicos de como proceder, permitindo o cruzamento de metodologias, tomamos por principal indicativo de caminhos a tomar a obra *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Gomes de VillasBoas: cartografia, geografia e história das populações em finais do século XVIII* de Luís Miguel Moreira³⁶, com indicações gerais e aplicação de possibilidades. Encontramos grandes contributos de como trabalhar com o material documental de modo plural e rigoroso, em particular na extrapolação de dados dos mapas que realizou³⁷, com a ressalva de se tratar de um trabalho de maior abrangência do que este. A introdução do recurso a cartografia temática e histórica e da História da Cartografia deu a este trabalho um maior horizonte de resultados.

Ao identificar a pertinência do quadro de contexto local na composição temática deste projeto, partindo do Julgado de Vermoim de setecentos, destaca-se um estudo de carácter documental quantitativo das Memórias Paroquiais, realizado por José Viriato Capela³⁸, juntamente com Joaquim António Silva. Este exercício quantificou rendas, identificou produções e fez um apanhado geral do território. Contudo, este é um estudo breve, limitado a uma fonte, com transformação dos dados em bruto. Portanto, apesar da transmutação dos documentos em números, há limites qualitativos na compreensão da área do Julgado de Vermoim.

Entenda-se, portanto, a busca pelo percurso bibliográfico dos agentes centrais, o recorte macro temporal de síntese, o afunilar temático administrativo para o uso cartográfico e então culminando o material com a realidade local.

1.3. Fontes

Com o objetivo de compreender o que era o Julgado de Vermoim, procuremos «internamente» observar as respostas dos párocos nas Memórias Paroquiais de 1758, e externamente, as representações compostas pelos agentes privados ou ao serviço do Estado central, como mapas e descrições geográficas, pelo decurso do período moderno.

³⁶ MOREIRA, Luís Miguel — *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas: cartografia, geografia e história das populações em finais do século XVIII*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, 2011. pp. 24-25.

³⁷ MOREIRA, Luís Miguel — *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas: cartografia, geografia e história das populações em finais do século XVIII*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, 2011. Pp. 63; 69; 79; 88; 95; 217; 225; 230; 253.

³⁸ CAPELA, José Viriato; SILVA, António Joaquim — *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001. pp. 33-101.

O material documental selecionado para este trabalho foi escolhido tendo em conta a sua disponibilidade, coerência e pertinência para a construção das representações. Com a ressalva que, sendo este um projeto de Licenciatura, há limitações para o volume do material selecionado; portanto, o universo de fontes e o próprio objetivo desta investigação são de um micro ponto.

Além disso, as fontes necessitam de se pautar pela sua pertinência para a compreensão do Julgado numa escala mais externa e filtrada, apesar de as Memórias Paroquiais serem um vestígio documental escrito por agentes internos, o trabalho com a documentação concebida à escala nacional, pouco focada nas nuances locais e com limitada qualidade inquiritorial para a expressão total do julgado. Mas que a análise qualitativa permitiu compreender o contexto local em que se baseiam os párocos a partir das respostas que dão. Assim decodificando o emaranhado de informações que lhes compõem a realidade paroquial³⁹.

Existe uma questão que paira sobre quase todos os documentos que vão ser utilizados. Não só na questão exógena já referida, assim como quanto às características que os documentos apresentam – a projeção de uma realidade que já não se verifica, onde o desenvolvimento humano se alterou, pela urbanização e construção de estruturas.

Além do mais, os próprios autores possuem limitações na sua capacidade de descrição e representação de um território que terão, com exceção dos párocos, raramente visto. Procuraram estes homens descrever e desenhar um espaço ao qual tiveram limitado acesso, servindo-se de outros autores e, provavelmente, de relatos de terceiros para a sua representação do Julgado de Vermoim.

Sendo este trabalho pautado nas fontes pela articulação entre as memórias paroquiais e a cartografia de Villasboas indicamos em seguida alguns aspetos das nossas principais fontes. Todavia, é necessário indicar que se complementou com outros

³⁹OSSWALD, Helena – Em torno dos inquéritos paroquiais: uma fonte para o conhecimento do espaço litoral. In *O litoral em Perspetiva Histórica (séc. XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de História Moderna, 2002, pp. 133-135.

Para o espaço famalicense podemos indicar de antemão, pelo trabalho prévio de sistematização de José Viriato Capela⁴⁸, as bases agrícolas claras, com grande interação com o regime aquífero e hidrográfico para a cultura do milho e do linho. É possível identificar neste meio documentais índices demográficos, relações territoriais e dinâmicas externas sobre o território.

As Memórias Paroquiais manifestam-se como uma fonte de informação vasta. Há ricos relatos pelos párcos⁴⁹, que permitem a compreensão geográfica da realidade paroquial e da dinâmica social. Porém, vários apresentam somente números de receitas e plantações, talvez almas e em alguns documentos, nada mais, e por vezes ainda menos. As respostas em exceção são, principalmente nas paróquias atreladas a mosteiros como o de São Silvestre de Requião, Santa Maria de Landim e São Salvador de Lemenhe. Não obstante prezou-se na grelha de análise de dados a sistematização de perguntas e da extração de dados, procurando-se no tratamento dos resultados identificar-se tendências, similitudes, praticas, aspetos distintivos e uma generalidade sobre a própria paróquia.

1.3.2. Mapas de Custódio José Gomes de VillasBoas

Sobre os mapas de Custódio José Gomes de VillasBoas, salienta-se o trabalho contextual e macro analítico de Ana Cristina Nogueira da Silva⁵⁰ e o interesse por Luís Miguel Moreira sobre os mapas do mesmo para Lousada⁵¹, ou a bibliografia e ação do engenheiro militar⁵². Disto devemos retirar o caráter estatístico e expositivo das dinâmicas provinciais através de descrições iconográficas na forma de mapas. O material produzido por VillasBoas, autor setecentista, subdivide-se no enquadramento espacial de exposição da infraestrutura e da realidade espacial, com alto grau de detalhe e empirismo, além de influências das escolas de cartografia militar dos territórios raianos.

O alto rigor e investimento inquisitivo pelo autor, permitiu a constituição da outra parte da sua obra, que engloba os quadros territoriais das circunscrições administrativas e/ou judiciais, exprimindo-se assim uma representação, invariavelmente filtrada e adulterada, que expõe um momento final do quadro vermoinenses.

⁴⁸ CAPELA, José Viriato; SILVA, António Joaquim — *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001.

⁴⁹ Entenda-se como o responsável religioso pela paróquia.

⁵⁰ SILVA, Ana Cristina Nogueira da — *O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998. ISBN 972-33-1384-7.

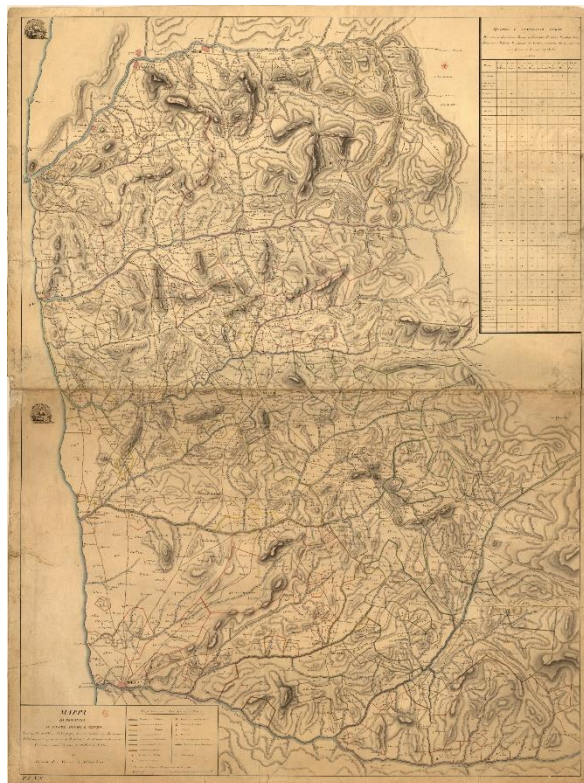
⁵¹ MOREIRA, Luís Miguel – Lousada em Finais do século XVIII: uma análise de geografia histórica. In *Oppidum*, vol. 10, ed. 9 2016. pp. 97-114.

⁵² MOREIRA, Luís Miguel — O engenheiro VillasBoas: percurso biobibliográfico. In *O Alto Minho na Obra do Engenheir Militar Custódio José Gomes de Villasboas*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da universidade de Lisboa, 2011. ISBN 978-972-636-210-4.

Trata-se de material produzido num contexto exógeno ao espaço que iremos procurar retratar. Considerando o material encomendado por agentes externos e produzido por agentes internos ou com contributo de agentes internos, é necessário um filtro de informação, considerando o interesse dos locais ou dos inquéritos enviados.

Porém, esta aparente limitação do carácter informativo da documentação assume-se como uma mais-valia, dado que estas informações externas nos permitem a reconstrução de um retrato visto de fora. Um retrato não é uma foto, uma foto não é uma realidade, e mesmo que o fosse seria só um micro ponto de uma das representações da realidade.

Figura 4 -Mapa da província d'Entre Douro e Minho de par com as indicações Economico-Políticas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Província, e outros objetos de Utilidade Publica



Fonte: Custódio José Gomes de VillasBoas

1.3.3. Crítica de fontes

Neste sentido é necessário recorrer à crítica das fontes (as suas limitações e potencialidades). No que diz respeito às limitações, assumem-se com o número limitado de fontes, pela escala do trabalho, assim como pela reduzida pluralidade de fontes escritas, o limitado escopo documental sobre cada freguesia, o filtro exógeno da realidade local e o carácter das fontes, definindo a proposta do trabalho. Salienta-se o carácter genérico das informações sobre o espaço em todas as representações cartográficas até VillasBoas, tal como a informação e a resposta protocolar nas Memórias Paróquias e o desinteresse paroquial em responder ao inquérito do poder central. O filtro dos autores sobre o espaço, as fontes de carácter literário que deturpam a realidade, e ainda o facto dos autores planejarem ser fontes para uma investigação centenas de anos depois.

No que diz respeito às potencialidades, salienta-se a capacidade de contextualização geográfica e histórica, através das fontes auxiliares, a complementaridade entre texto e imagem, a reconstrução da imagem exógena do espaço, aliada à capacidade de reconstrução de vias, também a sistematização de informações

escritas e desenhadas, a capacidade de exploração do território através de visitas de campo e a capacidade de análise de características geomorfológicas, e por fim a persistência dos elementos Geo-humanos.

2. O Julgado de Vermoim

2.1. Conceção do Espaço

O que é uma coisa?⁵³ O espaço só existe enquanto é nomeado enquanto tal? Os homens começam a definir o espaço antes de ser nomeado. Antes de desenhado, descrito ou marcado, é imaginado? O ato nomear é domesticar permita que se comunique sobre, que se possa compor no abstrato uma irreabilidade ao mundo real, um mapa mental que expressa um espaço⁵⁴, que lhe transforma em território. As “coisas”, no sentido lato, são articuladas por meio do entendimento, formando conceitos: permitem apreender e interpretar o real - possibilitam o caminho do material ao abstrato – e também expressar poder, controle, domínio e posse – é a política do espaço fazendo-lhe território e unidade administrativa⁵⁵.

Essas só passam a ser uma “coisa” (significada, relacionada, representada, materializada) a partir do momento em que estas se tornam uma palavra para o Homem, portanto, quando o Homem as começa a pensar como categorias, fenómenos passíveis de interpretação, de (des)valorização, de classificação, de comparação e/ou transformação.

Com este aparato conceitual surge o dilema de como tratar o Julgado de Vermoim. Como interpretá-lo historicamente no plano político, na rede administrativa ou no sentido social? Apesar de estarmos a estudar um espaço não o estamos a fazê-lo a partir de uma instância eminentemente espacial. Mais sim histórica, procurando neste primeiro exercício de investigação, estabelecer algumas aferições iniciais e representar os dados obtidos.

Primeiramente, nomear – dar o topónimo e a classe de território - é eliminar a abstração dos processos sociais. Nomear doméstica o (classe de território) Julgado de (topónimo) Vermoim – nega a sua essência “silvestre”, irreal, inumana e submetê-la ao controlo e à disciplina de um Poder, seja comunitário ou central, religioso ou económico.

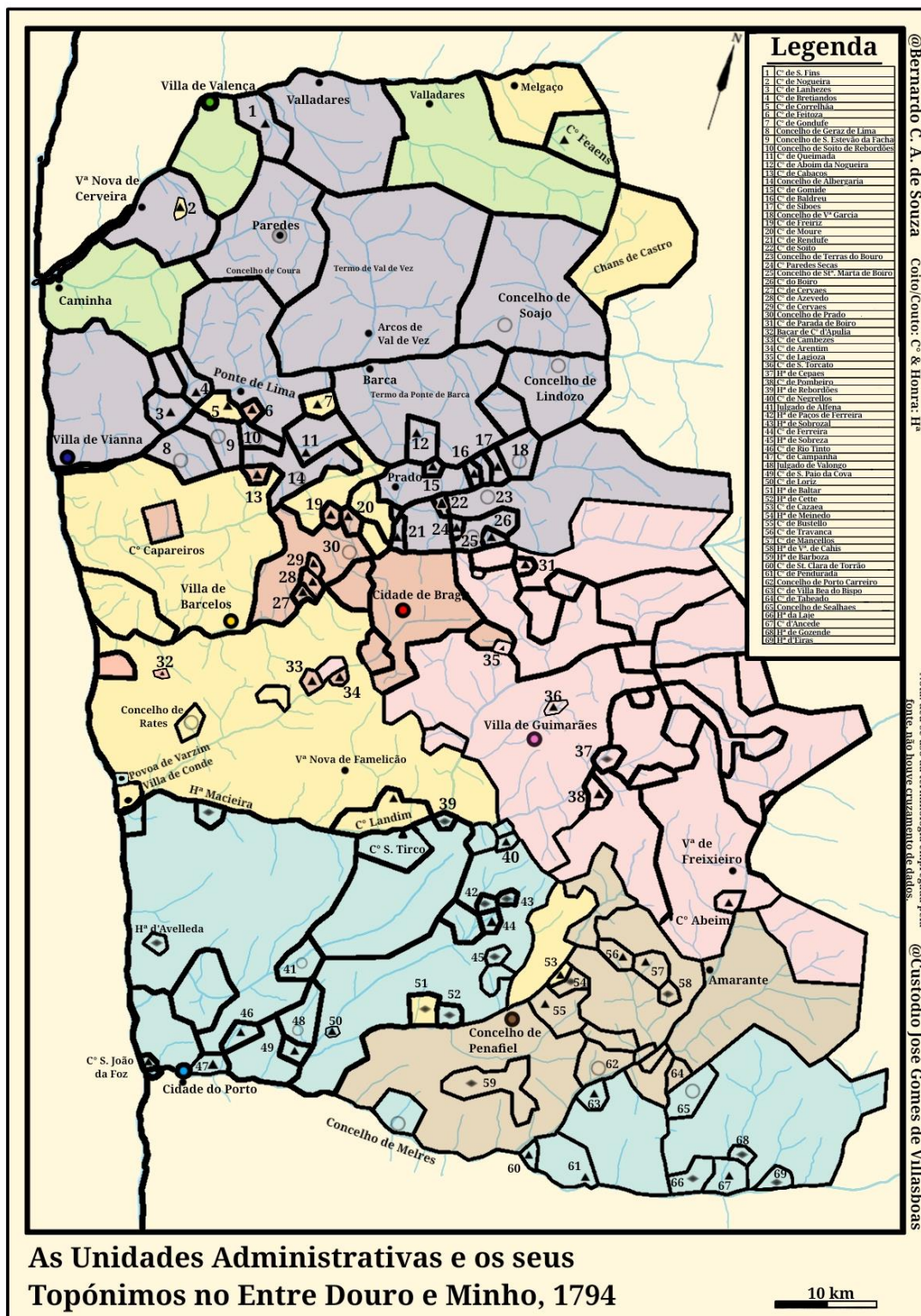
⁵³ HEIDEGGER, Martin - *Que é Uma Coisa?* Lisboa: Edições 70, 1987. ISBN 972-44-0749-7.

⁵⁴ WOOD, Denis – *The Power of Maps*. New York: The Guilford Press, 1992. ISBN 0-89862-492-4. pp. 30 e ss.\.

⁵⁵ HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal - séc. XVII*. Vol 1. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. ISBN 972-40-0782-0. p. 113.

Portanto, e de acordo com um friso cronológico representativo do dito Julgado temos uma referência para o trabalho investigativo.

Figura 7 - As Unidades Administrativas e os seus Topónimos no Entre Douro e Minho, 1794. Representação cartográfica da área entre os rios Minho e Douro, e até ao Tâmega para o interior. Demarca-se neste mapa as unidades administrativas das Correições do espaço



@Bernardo C. A. de Souza Coito/Couto: C.ª & Honra: H.ª

Nota: deve-se usar da terminologia empregada para a fonte. Não houve cruzamento de dados.

@Custódio José Gomes de Villasboas

2.2. O Julgado: o acaso de durar

“Quanto aos julgados erão antigamente como concelhos, mas por que per alguma cauza os reis os derão a alguma cidade ou villa por termo e não podião ter jurisdição sobre si puxerão lhe nome de julgados, assi como os que há no termo do Porto e de Barcelos que forão em outro tempo concelho e se derão a estas e ainda tem sua força e pelourinho e porem são do termo alheo”⁵⁶.

A área recebera o foral de Vila nova em 1205⁵⁷ e o Julgado é identificado na documentação desde as inquirições de 1220⁵⁸. É o espaço determinado pelos oficiais inquiridores para referir-se a um espaço que percorrem em visita. Utilizam a circunscrição judicial, haveria um juiz nesse dito julgado, seria a sua *vara*. Possivelmente subordinado a autoridade régia em oposição, ou balanço, com figuras senhoriais locais⁵⁹.

A persistência de uma circunscrição religiosa (o Arcediago de Vermoim [e Faria])⁶⁰ e o roteiro de visita episcopal pode ter sido um fator para que a concepção do espaço permaneça – pelo menos nos reitores, abades e vigários. Talvez a complacência da administração maior de hesitar ou não ter a vontade política de retirar à comunidade (ou comunidades melhor dizendo) o seu estatuto de pertencer a um julgado no âmbito toponímico. Poderia fazer-se o caso de servir à hierarquia e estrutura administrativa da Comarca de Barcelos, e ainda uma forma de afirmar as partes do seu território que se encontrava em contato direto com a comarca civil de Braga, e sobrepunha-se com a religiosa do homónimo do arcebispado. E continuamos a identificar um juiz em Vila Nova [de Famalicão] (a freguesia) ainda em 1758 – junto com elementos do corpo administrativo como almotacé⁶¹. Mas principalmente um escrivão para todo o Julgado e a execução administrativa de Barcelos⁶².

O nome medieval permanece, resiste ao regime de doações fernandinas e joaninas e a tutela da Comarca de Barcelos, possivelmente, pela falta de termos linguísticos para

⁵⁶ BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) - *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. ISBN 978-989-54475-1-0. pp. 135.

⁵⁷ SALGADO, Benjamim - *Vila Nova entre dois forais*. 3.ª edição, 989-552-100-6, Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2005.

⁵⁸ HERCULANO, Alexandre – *Portugaliae Monumenta Historica*; Inquisitiones, vol. 1, fascículos IV & V. Lisboa; Academia Científica Lisbonense, 1877. [5.º Alçada – Entre Douro e Ave].

⁵⁹ Sobre poderes locais senhoriais: RODRIGUES, Paulo Manuel Moreira Lázaro – O Julgado de Vermoim nas inquirições de 1288: a propriedade, usurpação e violência. In *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2021*, 7 (2022), pp. 128-156.

⁶⁰ É necessário um estudo sobre todas as freguesias de Faria e Vizela, Minhotães e Santo Tirso para compreender-se melhor a situação da área do Julgado de Vermoim. Comparativamente ao Arcediago homónimo.

⁶¹ AN/TT - Memórias Paroquiais Vol. 40 Memória 321, fl. 1431-1436.

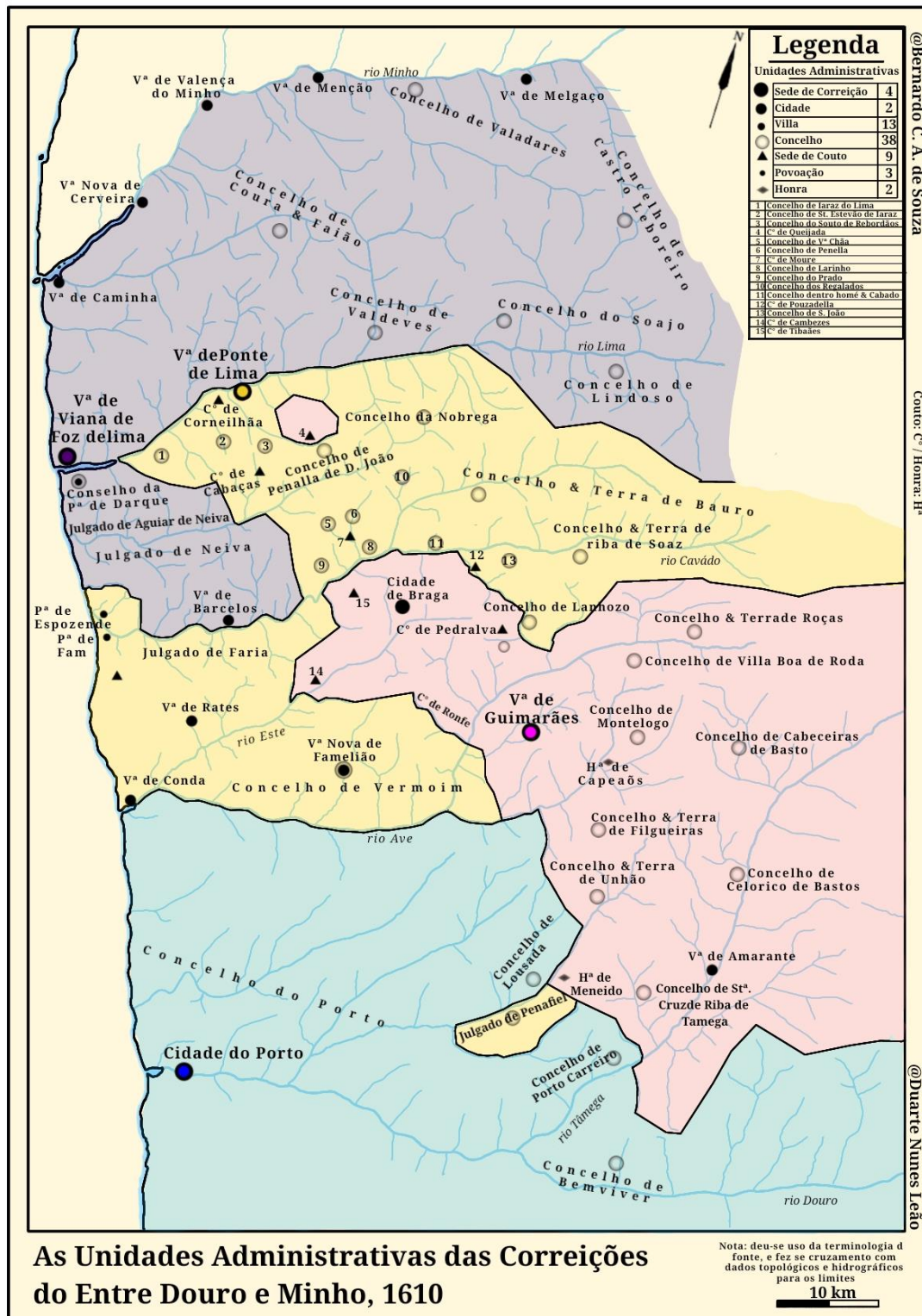
⁶² *Tractado panegyrico em louvor da villa de Barcellos, por rezam do apparecimento de cruces que nella apparecem...* / composto pello P. Fr. Pedro de Poyares.... - Em Coimbra: na Officina de Joseph Ferreyra, 1672. - [46], 241, [3] p.; 4.º (19 cm). Fólio 5.

designar esta parte do território. Uma coesão espacial, e talvez uma concepção mental de um espaço intermediário (civil ou religioso) persiste. Porém, não pode ser tida como uma realidade fixa ou rígida nas suas próprias formulações, projeções ou expressões – tal como qualquer tradição, elas só se mantêm quando evoluem com o tempo. Se ele [o Julgado e o espaço] fosse fixista, teria sido abandonado. Portanto, a unidade territorial só tem sobrevivido porque se adapta, ao medievo, à modernidade e ao liberalismo; expondo-se através da sede, do centro, com a Vila Nova [de Famalicão] ou o Julgado [o termo?].

2.3. Representações do Julgado

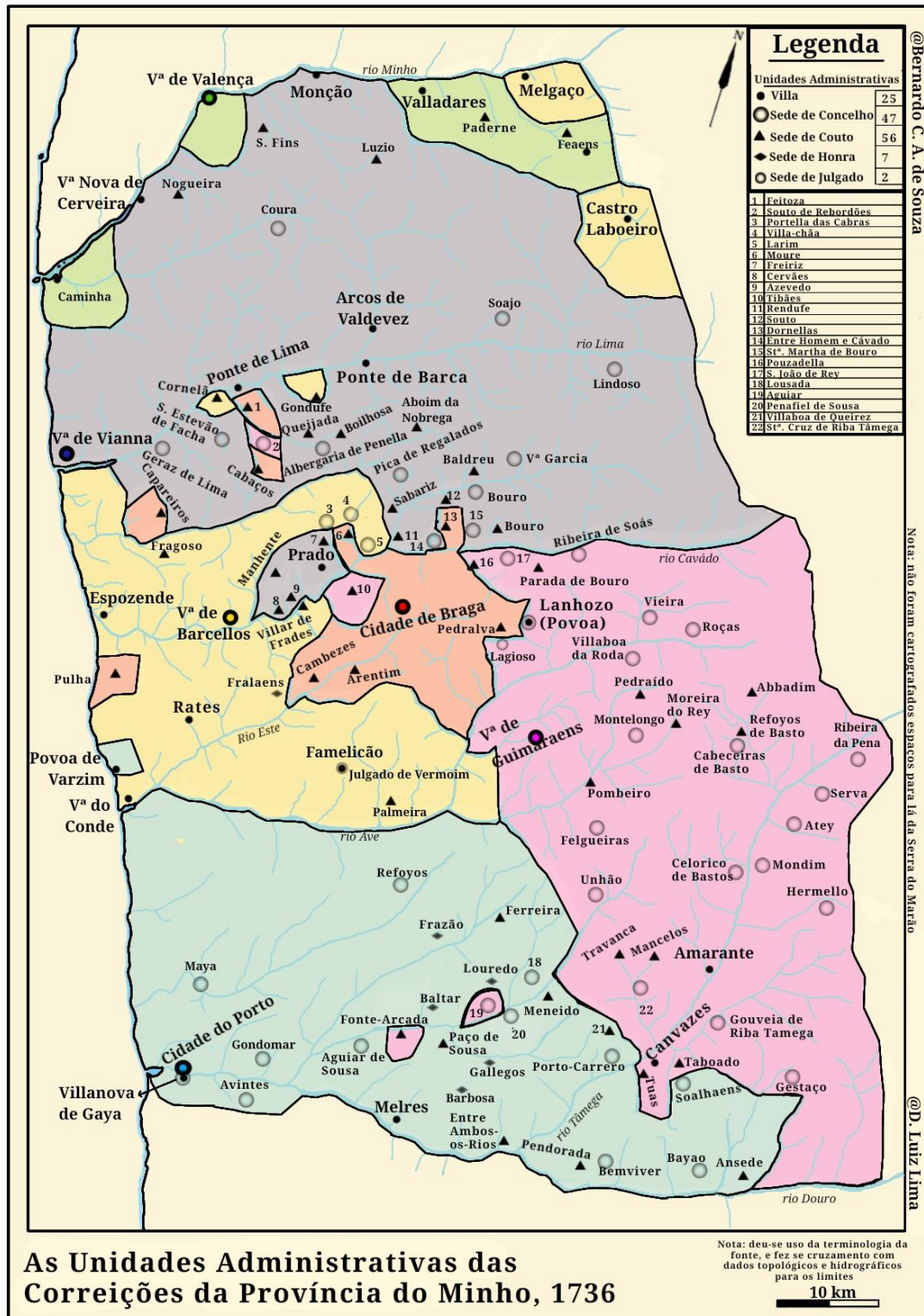
Tratar do Julgado provou-se ser um esforço de plurais representações. Significou, invariavelmente, o confronto do passado observável, com o presente visível, do tratamento das fontes, e, do processo maiêutico de redação deste texto. Logo, também, seria de evidenciar o carácter polissémico que muitas das representações assumem. São, elas, expressadas por mapas compostos numa grande escala parte das realidades manifestáveis no registo histórico e arqueológico.

Figura 6 - As Unidades Administrativas das Correições do Entre Douro e Minho, 1610. Representação cartográfica da área entre os rios Minho e Douro, e até ao Tâmega para o interior. Demarca-se neste mapa as unidades administrativas das Correições do espaço



Fonte: Elaboração própria, 2022

Figura 7 - As Unidades Administrativas das Correições da Província do Minho, 1736. Representação cartográfica da área entre os rios Minho e Douro, e até ao Tâmega para o interior. Demarca-se neste mapa as unidades administrativas das Correições do espaço



Fonte: Elaboração própria, 2022

2.4. A Síntese

Propor, baseado no tratamento de fontes, uma síntese do Julgado no séc. XVIII foi o exercício final de investigação. A possibilidade de articular diferentes saberes e níveis de informação numa só imagem é fruto da seleção de elementos. Procurou-se preservar a circunscrição e a aparência da paisagem – topografia, cobertura vegetal e hidrografia – somando-lhe a fixação comunitária pela sede da paróquia e uma janela [canto superior direito] com a fragmentação dos vizinhos em decanais. A rede viária e a infraestrutura anexa, de carácter transpositivo e vascular foram preservadas enquanto a rede de transformação – moinhos, pisões, azenhas... – foi omitida, julgando-se que se tratar de um fenómeno disperso, que somente um trabalho mais extenso poderá representar. Todavia, expressou-se a produção dos campos, florestas e rios por meio de pontos. Sendo o Julgado uma área de ocupação rural, exploração direta e rendeira do território, compreende-se estes recursos como prioritários. Com a adenda da omissão do linho e do azeite, pois as fontes consultadas são omissas sobre estes recursos.

“Famalicão é um entre terras, está no meio de tão grande espaço”⁶³

Genericamente, falar-se-ia do Julgado de Vermoim, um espaço imaginado e nomeado, mas não praticado judicialmente como no medievo. Seria uma unidade administrativa útil e utilizada pela Vila de Barcelos. Dentre o Este e o Ave, projetando-se nos vales dos rios Pelhe e Pele, a justo ponto com as elevações topográficas dos montes do Facho, de São Miguel, de Vermoim e Serdelhas.

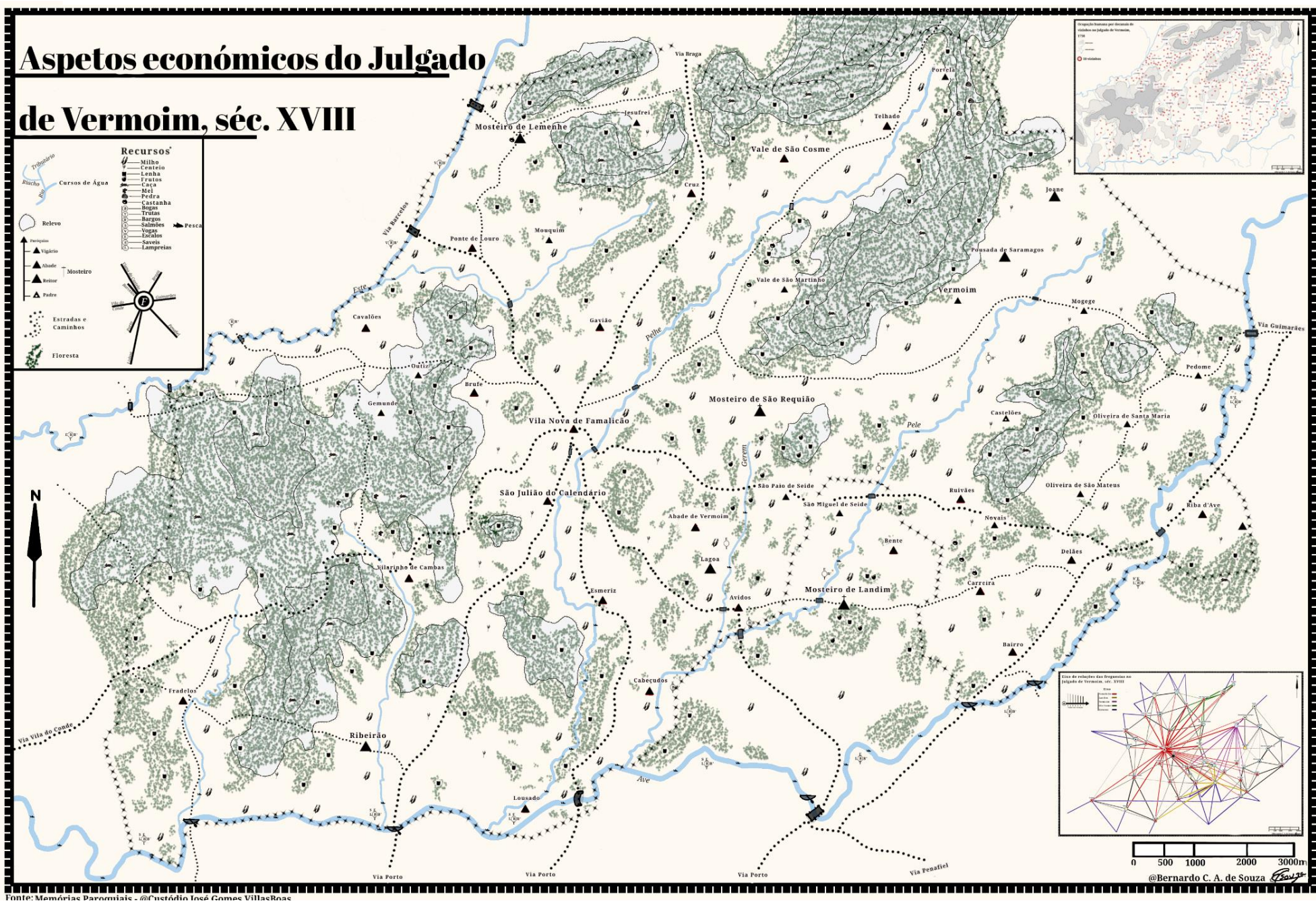
Teriam as áreas de acesso mais remoto sido reservadas a periferia da ação humana, o que não as impediria de serem humanizadas. A paisagem antiga fruto de séculos de ocupação de exploração rural marcaram estas partes acidentadas da paisagem, cobertas por árvores e matas, e tantos afloramentos graníticos. A periferia permitiu-lhes servir a comunidade como espaços de caça, lenha e *brota água*.

“Ha neste termo quintas, cazais e asentos, não sendo a distancia da terra muita tem passante de quatro mil moradores, onde se crião mui grossos bois que dão seis e sete arrobas de cevo, e vinte de carne, e todo outro genero de gado, a carne do qual he mais gostosa e melhor que a de nhuma outra parte. E assim há neste termo todo o henero de caça e aves, e grande numero de gallinhas domesticas.”⁶⁴

⁶³ BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) - *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. ISBN 978-989-54475-1-0 pp. 198.

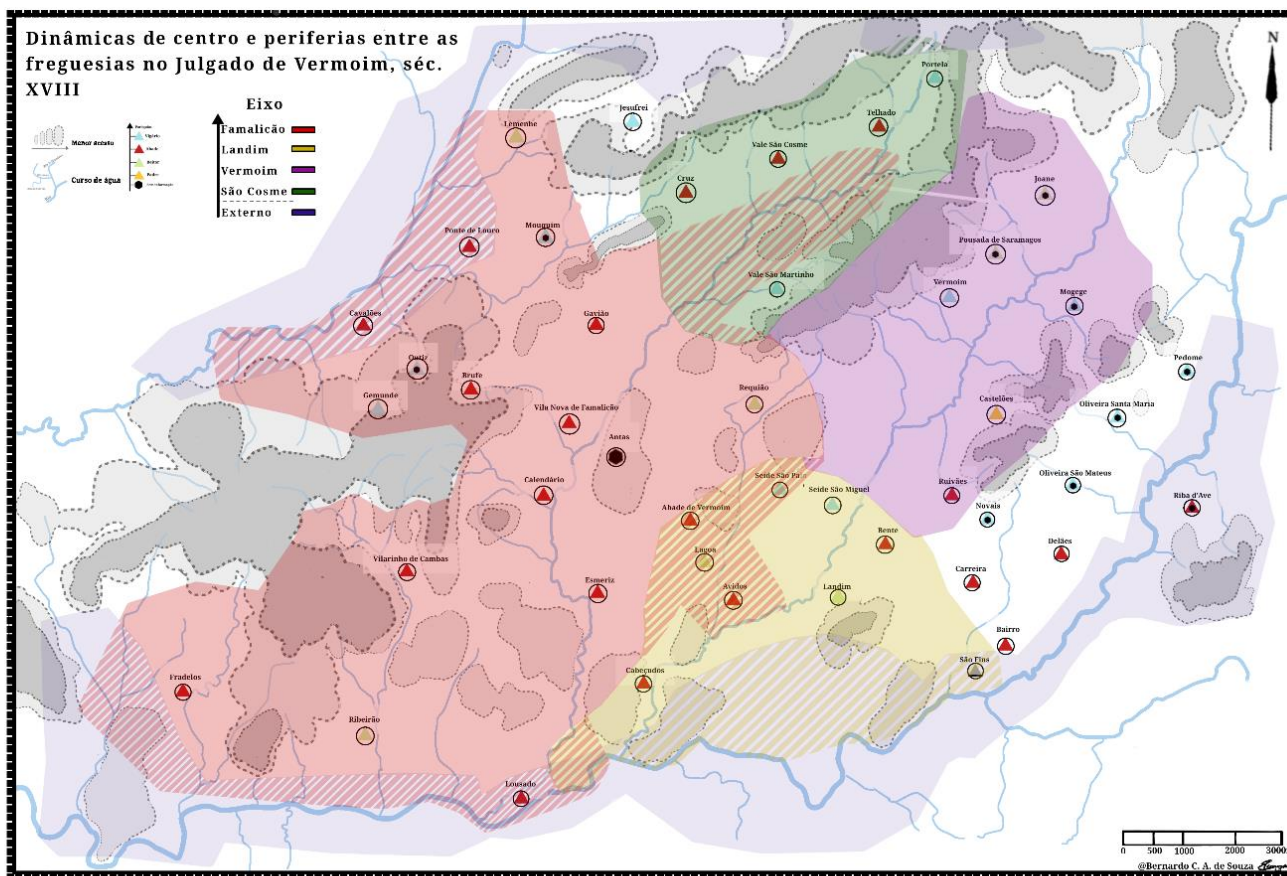
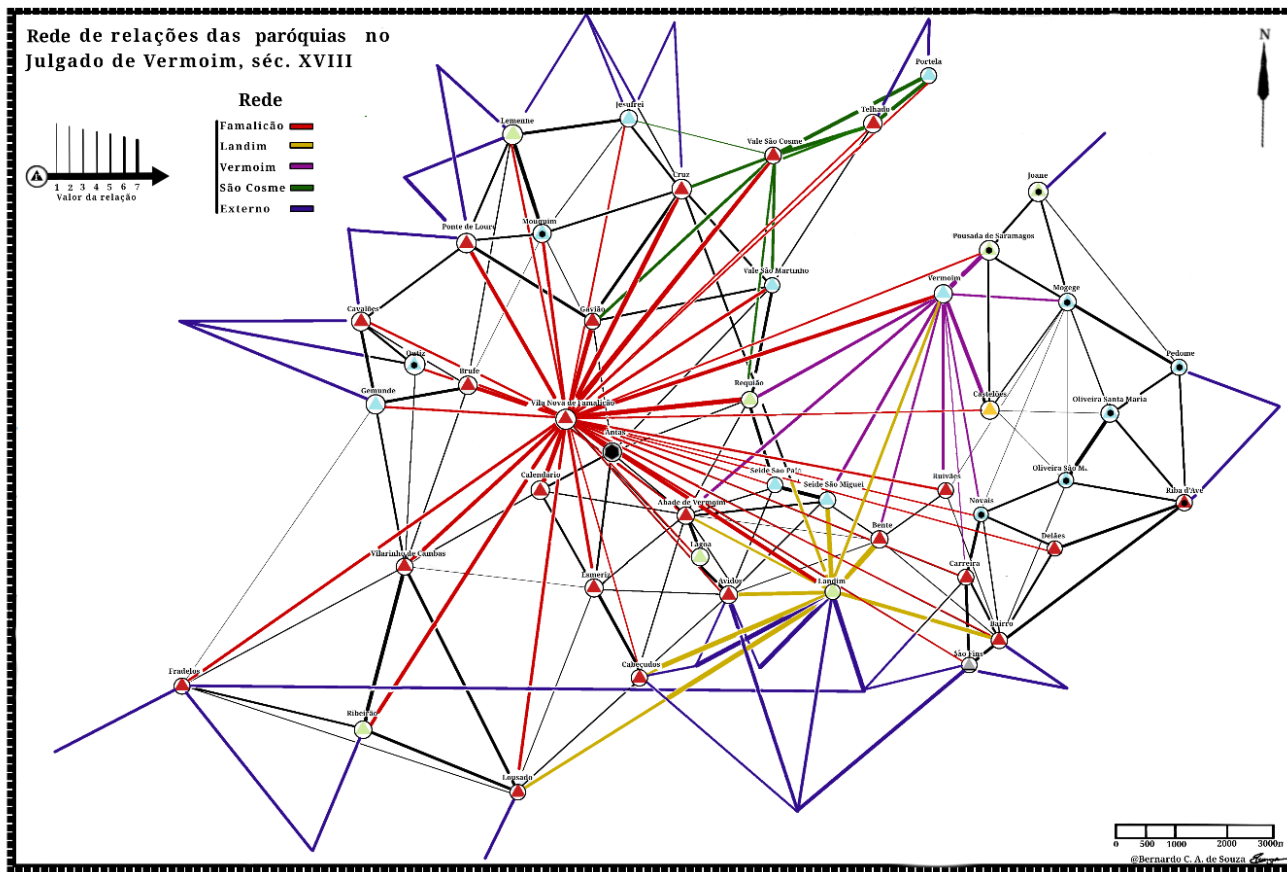
⁶⁴ BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) - *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. pp. 198 ISBN 978-989-54475-1-0.

Figura 8 - Aspetos económicos do Julgado de Vermoim, séc. XVIII: representação cartográfica de plurais aspetos de natureza económica cartografáveis, com grande pormenor. Elaboração própria, 2022



FONTE: Memórias Paroquiais - @Custódio José Gomes VillasBoas

Figura 9 e 10 – Rede de Relações das paróquias no Julgado de Vermoim, séc. XVIII e Dinâmicas de centro e periferias entre as freguesias no Julgado de Vermoim, séc. XVIII. Mapa em linhas e manchas, baseados no número de fenómenos correlacionando ditas comunidades. Elaboração própria, 2022



Considerações finais

Nesta última secção textual, três elementos-chave devem ser abordados:

[1] Tendo sido este o meio documental escolhido para tratar do cruzamento de universos de fontes distintas com o objetivo de compreender as potencialidades e limitações deste tipo de trabalho, o resultado, manifestado no corpo cartográfico – atlas – foi de oportuno contributo para a compreensão das múltiplas realidades e possíveis representações do território. Carece, este trabalho de fontes de um recorte temporal alargado para a confeção de um oportuno *corpus documental* que justifiquem quaisquer conjurações interpretativas possíveis sobre o Julgado, e suas realidades. Identificámos como necessário para tal a consulta do material produzido por causa da Lei da Reforma das Comarcas que se encontra no Arquivo Histórico Parlamentar, documentação sobre visitas episcopais na guarda do Arquivo da Universidade do Minho, e também documentação existente sobre o Julgado de Vermoim no Arquivo Municipal de Barcelos. Além da expansão do acervo das Memórias Paroquiais para regiões limítrofes do Julgado de Vermoim, principalmente a região de Faria, Vizela e de Santo Tirso. Por fim, a inclusão de outros registos da paisagem, incluindo fotos aéreas da 1^o metade do séc. XX e cartografia de 1880⁶⁵ que mantém conservada alguma coerência da paisagem e ocupação rural.

[2] Dado o tratamento de fontes é sustentável a posição de uma coerência espacial do Julgado de Vermoim analiticamente falando. É simultaneamente identificável a sua posição nebulosa como unidade territorial circunscrita que só uma investigação de maior pormenor e abrangência poderia tratar. Não obstante, emerge a definição do espaço não em limites fronteiriços fixos, mas numa rede de relações e de dinâmicas de centralidade e periferia do espaço. Tem-se registado o carácter de passagem, entre terras, do território que define a centralidade da circunscrição no centro do vale de Famalicão fazendo convergir os vales de São Cosme e Vermoim naquele centro de encontro das rotas Norte-Sul e Mar-Este.

[3] Este trabalho é um ponto de partida, não de chegada. É necessário que continuem a ocorrer trabalhos de investigação sobre a construção, manutenção, permanência, e reinvenção do território vermoimês. Ademais, este tipo de trabalho permitira, de um ponto de vista mais contemporâneo, a identificação de estruturas de preservação, práticas e características próprias de interesse ao coletivo e o

⁶⁵ Carta 1:100.000 n°7, Porto. Lisboa: Exército, 1880.

desenvolvimento turístico-patrimonial, e, a legitimação da comunidade famalicense na sua dinâmica de *entre terras*, do ponto de vista de constituição do território como património da comunidade durante o período do Antigo Regime. Permitirá, concomitantemente, a compreensão da situação histórica que o Julgado deixou ao Concelho, e a própria transmutação desta entidade administrativa nestes quase dois séculos de existência. É necessário representar, nomear e identificar o território, tenha o nome que tiver.

O projeto de construção histórica acerca do território será longo, fruto de uma articulação contínua com a comunidade. É necessário reforçar o processo de construção de memória coletiva da comunidade e seus concidadãos. A prática científica fruto da coparticipação e educação para a cidadania é vital para que não se cometam simplificações ou teses sobrevalorizadas sobre as possibilidades do passado, a polissemia dos resultados das fontes e as discordâncias sádicas do processo de investigação são e serão vitais. Ademais, o uso de técnicas novas providas pelos sistemas de programação Python/R e a plataforma QGIS, além da expansão do quadro metodológico, poderão dar ao projeto um resultado oportuno no longo prazo.

Fontes

- BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) — *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. Pp. 53-361. ISBN 978-989-54475-1-0.
- CAPELA, José Viriato; JOAQUIM, António — *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001. pp. 101-243
- CASTRO, João Baptista de, 1700-1775. *Mappa de Portugal antigo e moderno / Pe. João Baptista de Castro*. - Lisboa: Off de Francisco Luiz Ameno, 1762-1763. - 3 t.; 21 cm + 7 mapas.
- CARVALHO, José Monteiro de, 1713-1780. *Carta geográfica da Provincia do Entre Douro Minho e Tras os Montes*. Dedicado a Magestade Fidelissima e sempre Augusta de El Rey de Portugal e dos Algarves Dom [...] Nosso Senhor por Jozeph Monteiro de Carvalho, Sargento Mor de Infantaria com exercício de Engenheiro – [Escala não determinada] [Entre 175- e 1777?] – 1 mapa: ms., p&b; 133x96 cm.
- SECO, Fernando Álvares, fl. ca 1559-1561 *Portugalliae que olim Lusitania, novissima & exactissima descriptio / auctore Vernando Alvaro Secco*. - Escala [ca. 1:1300000]. — Roma: [s.n.], 1560 [i.é. 1561]. — 1 mapa: gravura, aguarelado; 34,00x51,20 cm, em folha de 40,00x54,30 cm.
- VILASBOAS, Custódio José Gomes, 1771-1809 – *Mapa da provincia d'Entre Douro e Minho de par com as indicações Economico-Políticas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Província, e outros objetos de Utilidade Publica / por Costodio Jozé Gomes de Villas-Boas*. - [Escala não determinada] entre 1794 e 1795. - 1mapa: ms., color.; 90,7 cmx60,3 cm.
- GOUVEA, Pedro Ribeiro de – *Memórias Paroquiais de Barcelos*. In SAMPAIO, José de Mancelos – *Recordações Históricas de Barcelos*. Barcelos: Noticias de Barcelos, 1932
- LEÃO, Duarte Nunes de, fl. 1530-1608; Rodrigues, Jorge, fl. 1598-1645, impr. Lisboa: impresso com licença, por Jorge Rodriguez, 1610. Disponível em: <https://purl.pt/12393>
- [Foral de Barcelos concedido em 1515 por D. Manuel I] – Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12940/11062>.
- LIMA, Luís Caetano de, C.R. 1671-1757 – *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...* / composta por D. Luiz Caetano de Lima[...]. Lisboa Occidental: na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734- [1736]. - 2 t. em 2 vol.: il.; 2º (29 cm) Disponível em: *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...*, Lisboa Occidental, 1734-[1736] - Biblioteca Nacional Digital (purl.pt). Disponível em: <https://purl.pt/403>

Tractado panegyrico em louvor da villa de Barcellos, por rezam do apparecimento de cruces que nella apparecem... / composto pello P. Fr. Pedro de Poyares.... - Em Coimbra: na Officina de Joseph Ferreyra, 1672. - [46], 241, [3] p.; 4º (19 cm). Fólio 5.

Memórias Paroquiais de 1758 do Concelho de Vila Nova de Famalicão publicadas em: CAPELA, José Viriato; JOAQUIM, António — *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001.

Bibliografia

ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos — Etapas de evolução da Cartografia portuguesa (séculos XV e XIX): O país e o império na cartografia dos séc. XVII a XIX. *La cartografia de la Península Ibérica i la seva extensió al continent Americà: 2on curs*. Barcelona: Institut Cartogràfic de Catalunya, 1991. ISBN 84-393-1670-4.

BAKER, Alan; BIGGER, Gideon (coord.) - *Ideology and Landscape in historical perspective*. Cambridge: University Press, 1992. ISBN 0521410320.

BARROS, João de; LENCART, Joana (estudo e transcrição) — *Geographia D'entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019. ISBN 978-989-54475-1-0.

BRUNET, Roger — *Le croquis de Géographie régionale et économique*. 2º ed. rev. et cor. Paris: Societé d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1967.

CAPELA, José Viriato — A Câmara, a nobreza e o povo do concelho de Barcelos. *A Administração do Município nos fins do Antigo Regime*. Barcellos-Revista, vol. III, nº1 (1986).

CAPELA, José Viriato; JOAQUIM, António — *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001.

CARVALHO, Vasco César de — *Aspetos de Vila Nova: A Justiça*. vol. II. V. N. de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2005.

CHORÃO, Maria José Mexia Bigotte – Inquéritos promovidos pela Coroa no século XVIII. *Revista de História Económica e Social*. nº 21 set-dez (1987).

CORTESÃO, Armando — *Cartografia portuguesa antiga*. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

CORTESÃO, Armando — *Descobrimientos no Atlântico e evolução da sua antiga representação cartográfica*. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1981. (Centro de estudos de cartografia antiga). Separata de: «Revista da Universidade de Coimbra», Vol. XXVIII (1980).

- CORTESÃO, Armando — *O descobrimento de Porto Santo e da Madeira e o Infante D. Henrique*. Coimbra: Junta de Investigações do Ultramar, 1973. (Agrupamento de estudos de cartografia antiga). Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXIII.
- CORTESÃO, Armando — *O mistério de Vasco da Gama*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1973.
- CORTESÃO, Armando; MOTA, Avelino Teixeira da — *Portugaliae monumenta cartographica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987. Edição comemorativa do V centenário da morte do Infante D. Henrique.
- CORTESÃO, Jaime — *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Seara Nova, 1950.
- CORTESÃO, Jaime — *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores/Instituto Rio Branco, 1957.
- DAVEAU, Suzanne – A rede hidrográfica no mapa de Portugal de Fernando Álvaro Seco (1560). *Finisterra*, 35 (2000). Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1668>.
- DAVEAU, Suzanne — Caminhos e fronteira na Serra da Peneda: alguns exemplos nos séculos XV e XVI e na atualidade. *Revista da Faculdade de Letras*. Geografia 1 série, vol. XIX (2003), pp. 81-96.
- DAVEAU, Suzanne — Géographie historique du site de Coruche, étape sur itinéraires entre Évora et le Ribatejo. *Revista Faculdade de Letras*, 5ª série, 2 (1984), pp. 115-135.
- DAVEAU, Suzanne — La barque de passage et les ponts de Coruche du XIVe au XVIIe siècle. *Estudos em Homenagem a Mariano Feio*, Lisboa, 1986. pp. 177-188.
- DAVEAU, Suzanne – *Um antigo mapa corográfico de Portugal (c. 1525): reconstituição a partir do Códice de Hamburgo*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2010. ISBN 9789726362043.
- DAVEAU, Suzanne – Uma geografia política e social de Portugal nos primeiros séculos da nacionalidade. *Finisterra*, 24 (1998). Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1963>.
- DIAS, M. H. – Um contributo português para a representação cartográfica da fronteira luso-espanhola: a acção do engenheiro militar Vasconcelos e Sá. *REVISTA DE HISTORIOGRAFÍA (RevHisto)*, (2015), pp. 101-118. Recuperado a partir de <https://e-revistas.uc3m.es/index.php/REVHISTO/article/view/2757>.
- DIAS, M. H., & Alegria, M. F. – Na transição para a moderna cartografia. As cartas náuticas da região de Lisboa de Tofiño e Franzini. *Finisterra*, 29(58), 1994. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis1833>.

- GARCIA João Carlos; MOREIRA, Luís Miguel — *El geógrafo trabaja en su casa: espaços portugueses na produção cartográfica de Tomás Lopez*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.
- GARCIA, João Carlos; MOREIRA, Luís Miguel — Os mapas nas coleções da Biblioteca Pública de Braga. *Revista Catalana de Geografia: revista digital de geografia, cartografia i ciències de la Terra – IV època*, volum XXI, 2016. n° 54.
- HEIDEGGER, Martin - *Que é Uma Coisa?*. Lisboa: Edições 70, 1987. ISBN 972-44-0749-7
- HESPANHA, António Manuel - *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político: Portugal - séc. XVII*. Vol 1. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. ISBN 972-40-0782-0
- História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. Vol. 4: O Antigo Regime. ISBN 972-33-1261-4
- KANTOR, Iris — Mapas em trânsito: projeções cartográficas e processo de emancipação política do Brasil (1779-1822). *Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofia, política y Humanidades*. 2010. n° 24. pp. 110-123.
- KANTOR, Íris — Usos diplomáticos da ilha-Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas. *Varia história*, 2007, 23: 70-80.
- LEITE, Odete Tavares Paiva Silva – *Vila Nova de Famalicão: de freguesia rural a urbana (1620-1960)*. Braga: Universidade do Minho, 2013.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero — *O Algarve económico: 1600-1773*. Lisboa: Estampa, 1988. (Imprensa universitária)
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *Atlas histórico de Portugal e do Ultramar português*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2003 [possuí um apêndice cartográfico pertinente]
- MARQUES, A. H. de Oliveira — *História de Portugal*. 13ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1997-1998. vol. 2: Do renascimento às revoluções liberais. ISBN 972-23-2254-0.
- McCLELLAND, John S. – *A History of Western Political Thought*. Londres: Routledge, 1996.
- MENDES, Célia Isabel Fernandes — *Cartografia do Risco de Inundação no concelho de Vila Nova de Famalicão: um instrumento de aplicação à proteção civil*. Braga: Universidade do Minho, 2016.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo — *D. José: na sombra de Pombal*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006. ISBN 978-972-42-3845-6
- MOREIRA, Luís Miguel – Lousada em Finais do século XVIII: uma análise de geografia histórica. *Oppidum*. vol. 10, ed. 9 (2016). pp. 97-114

- MOREIRA, Luís Miguel — *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas: cartografia, geografia e história das populações em finais do século XVIII*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa, 2011. ISBN 978-972-636-210-4.
- MOREIRA, Luís Miguel — O País à la carte: leitura da folha nº111 (Paredes) – Paços de Ferreira da Carta Militar de Portugal. *Oppidum*, vol. 8 (2015), pp. 195-208.
- OSSWALD, Helena – Em torno dos inquéritos paroquiais: uma fonte para o conhecimento do espaço litoral. In *O litoral em Perspetiva Histórica* (séc. XVI a XVIII). Porto: Instituto de História Moderna, 2002, p. 127-143.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira — *D. Maria I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2007. ISBN 978-972-42-3901-9.
- RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo — *História de Portugal*. 7ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012. ISBN 978-989-626-366-9.
- RÉMOND, René — *Introdução à História do nosso tempo: do antigo regime aos nossos dias*. Lisboa: Gradiva, [s/a]. ISBN 978-972-662-375-5.
- RIBEIRO, Orlando — *Novo atlas geográfico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1986.
- RIBEIRO, Orlando – *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1993. ISBN 972-9230-39-0 a.
- RODRIGUES, Paulo Manuel Moreira Lázaro – O Julgado de Vermoim nas inquirições de 1288: a propriedade, usurpação e violência. *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2021*, 7 (2022), pp. 128-156.
- SALGADO, Benjamim — *Vila Nova entre dois forais*. 3º ed. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2005. ISBN 989-552-100-6.
- SILVA, Ana Cristina Nogueira da — *O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998. ISBN 972-33-1384-7.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da – *D. João V*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006. (Reis de Portugal). ISBN 972-42-3752-4.
- SILVA, Maria Luiza – *O encanamento do rio Este e o regadio das veigas em Nive nos séculos XVIII-XIX: uma obra de Custódio José Gomes de Vilas Boas e dos lavradores das veigas*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013.
- SOARES, Franquelim Neiva – *A Reforma Católica no Concelho de V. N. de Famalicão* *Visitações quinhentistas de S. Tiago de Antas*. Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de V. N. de Famalicão, 1998.
- VIEIRA, José Augusto – *O Minho pittoresco*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1887.

SOUZA, Bernardo - "Entre Mapas e Memórias: Representações do Julgado de Vermoim na 2.ª metade do século XVIII", In *Omni Tempore. Atas dos Encontros da Primavera 2022*, 8 (2023), pp. 15-53

WOOD, Denis – *The Power of Maps*. New York: The Guilford Press, 1992. ISBN 0-89862-492-4.

Apêndice

Figura 11 - Mapa da Rede Hidrográfica na área do Julgado de Vermoim. Estão nomeados os principais cursos de água e representados os cursos auxiliares também. Elaboração própria, 2022

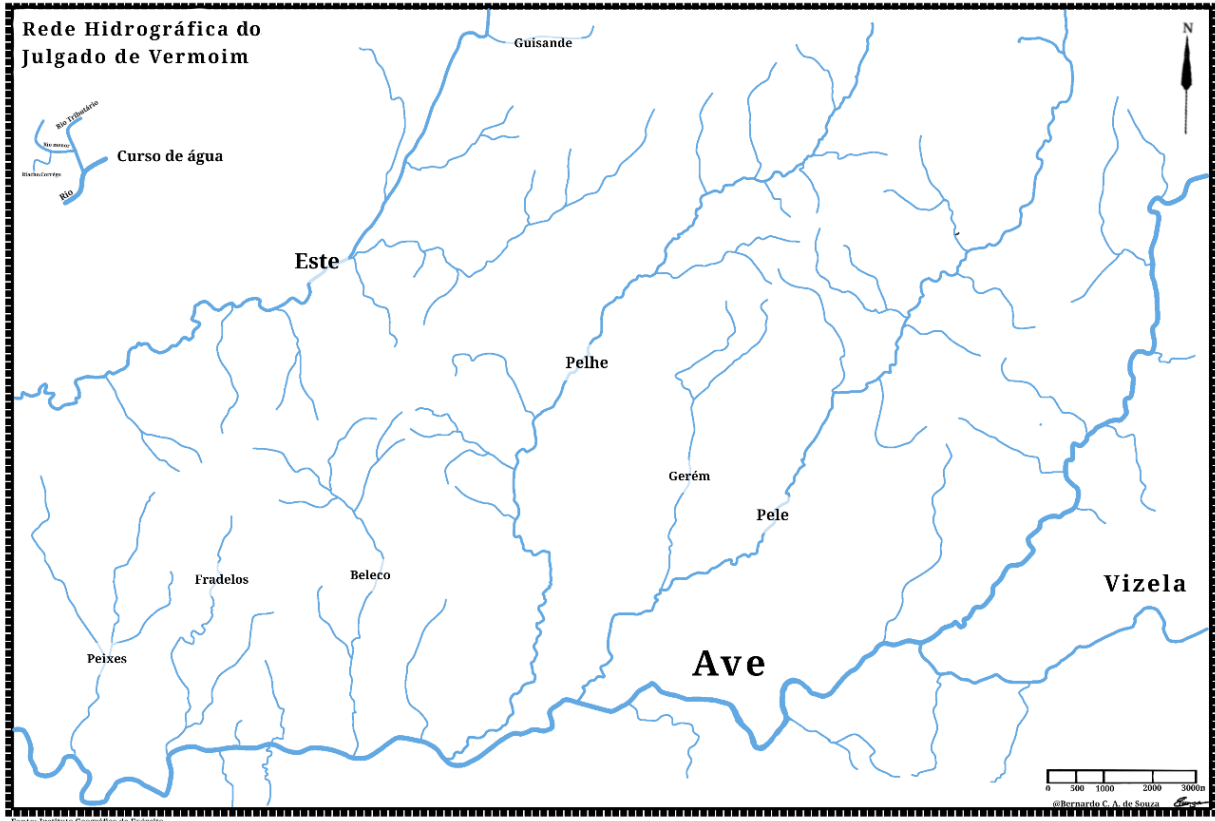


Figura 12 - Mapa da Rede Hidrográfica e cheias na área do Julgado de Vermoim. Estão nomeados os principais cursos de água e as áreas propensas a acúmulo excessivo de água e alagamento das margens. Elaboração própria 2022

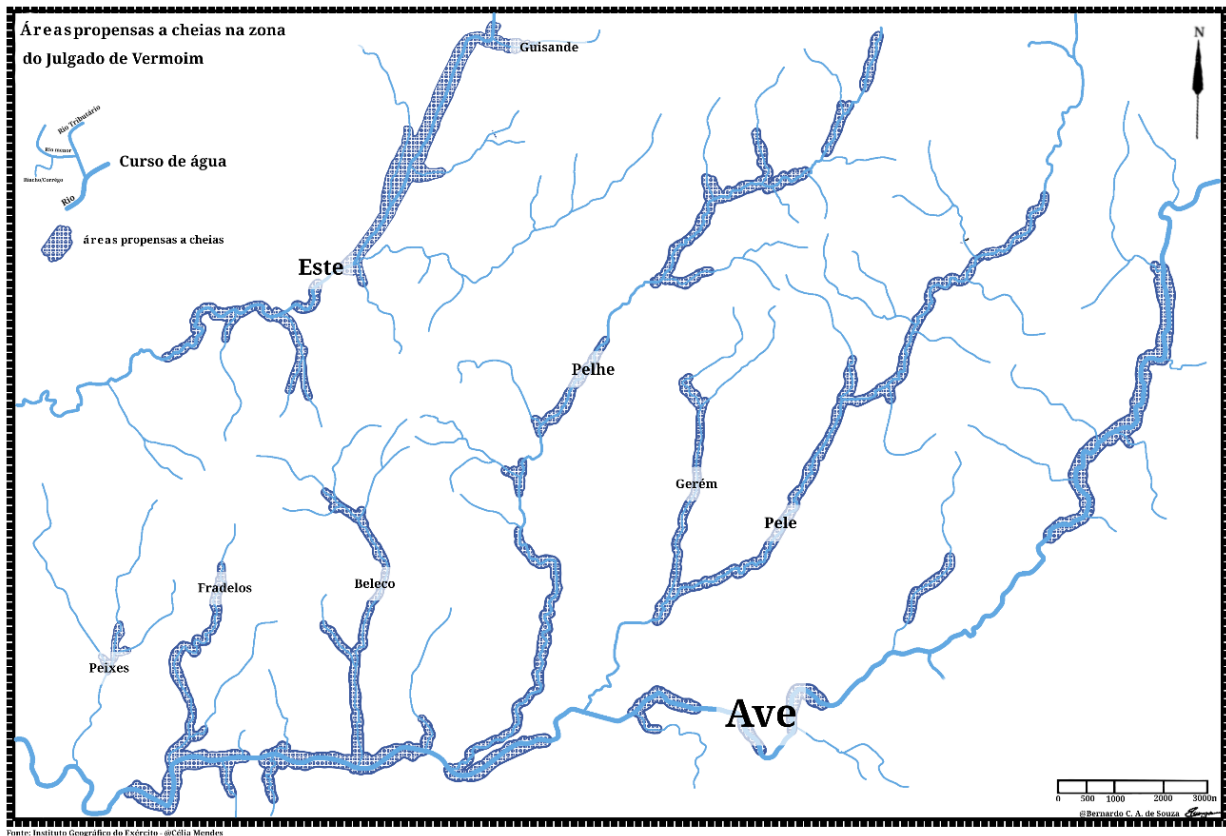


Figura 13 - Mapa das possíveis áreas e exploração agrícola no Julgado de Vermoim, séc. XVIII Através de manchas estão indicados possíveis espaços reservados a cobertura vegetal com arbustivos e árvores, e os espaços de cultivo agrícola.
Elaboração própria, 2022

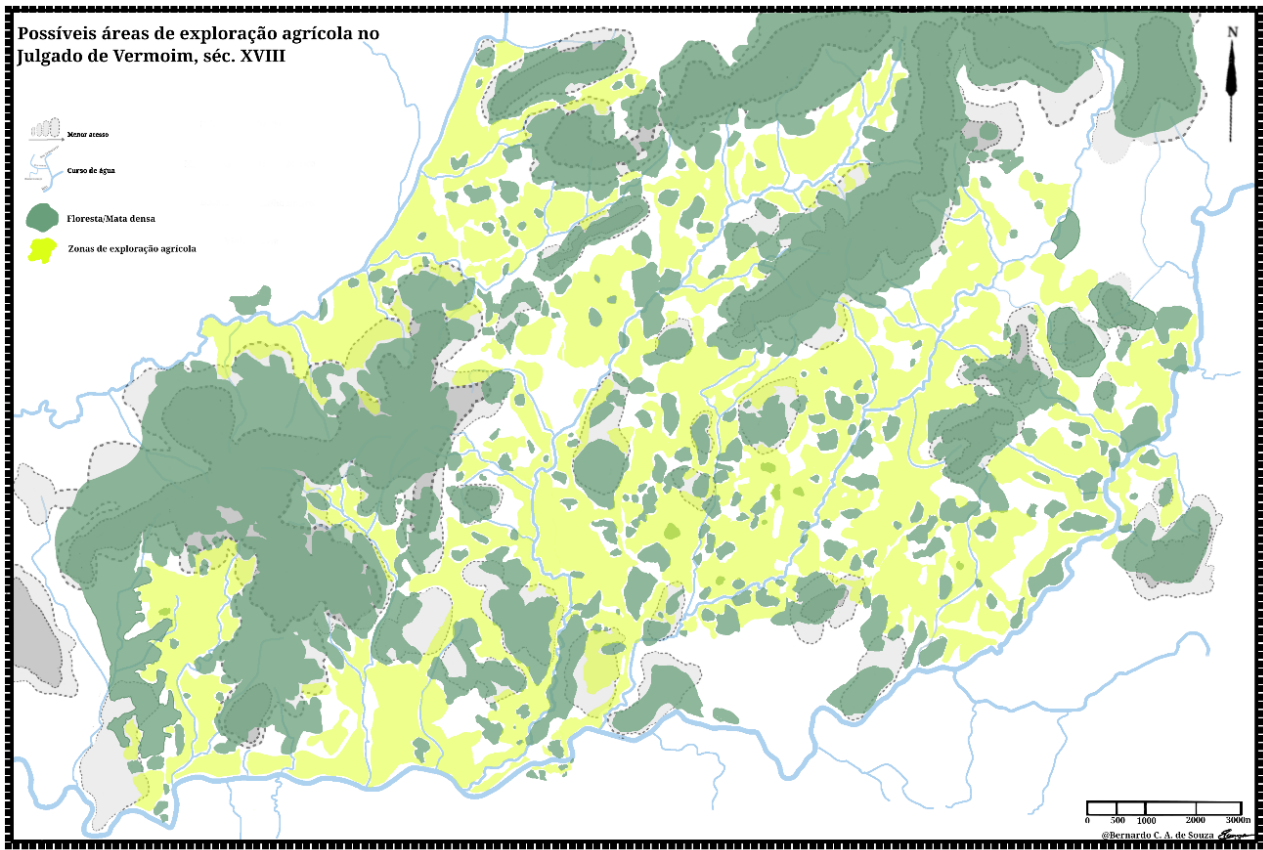


Figura 14 - Mapa dos tipos de peixes na área do Julgado de Vermoim, 1758. Estão nomeados os principais cursos de água e as espécies de peixe disponíveis e local de instalação das azenhas. Elaboração própria, 2022

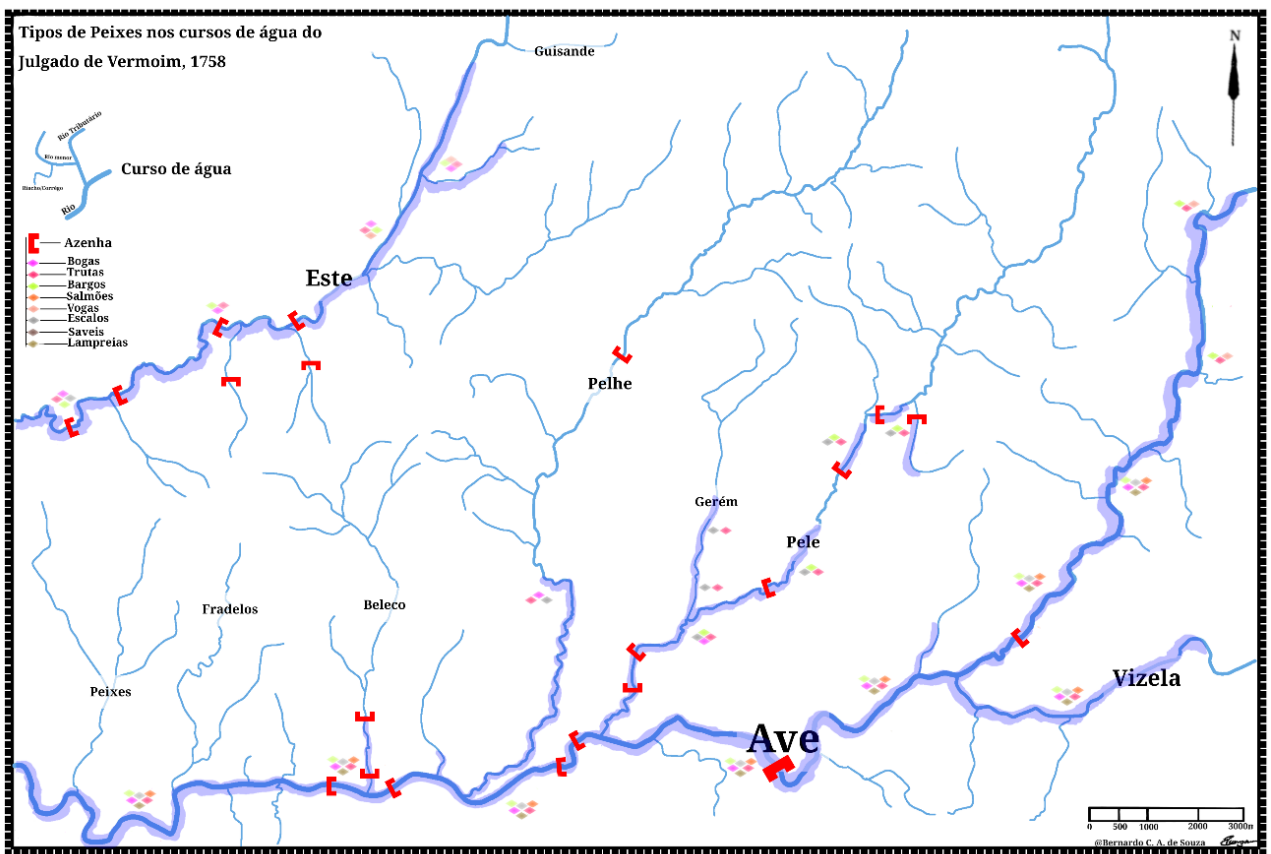


Figura 17 - Áreas de menor acesso no Julgado de Vermoim, toponímia de 2013. Elaboração própria, 2022

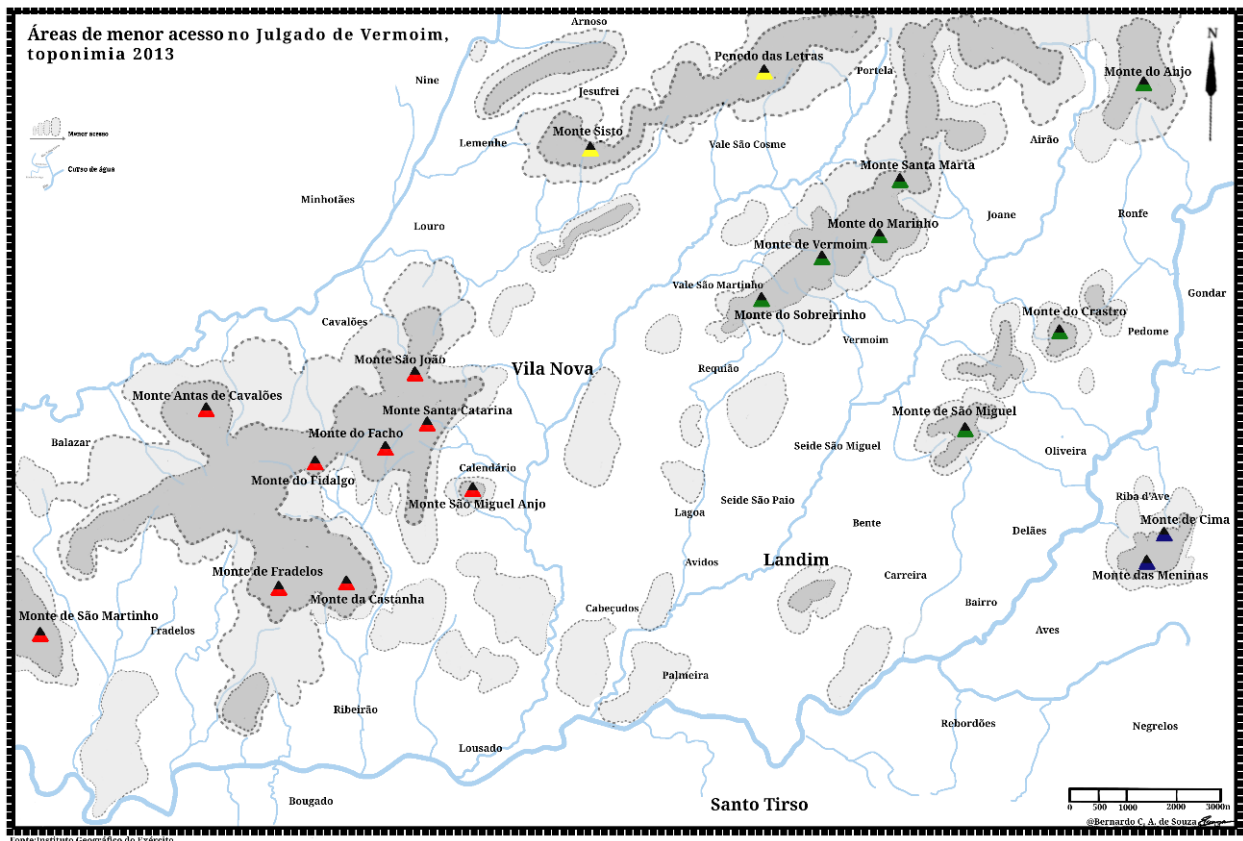
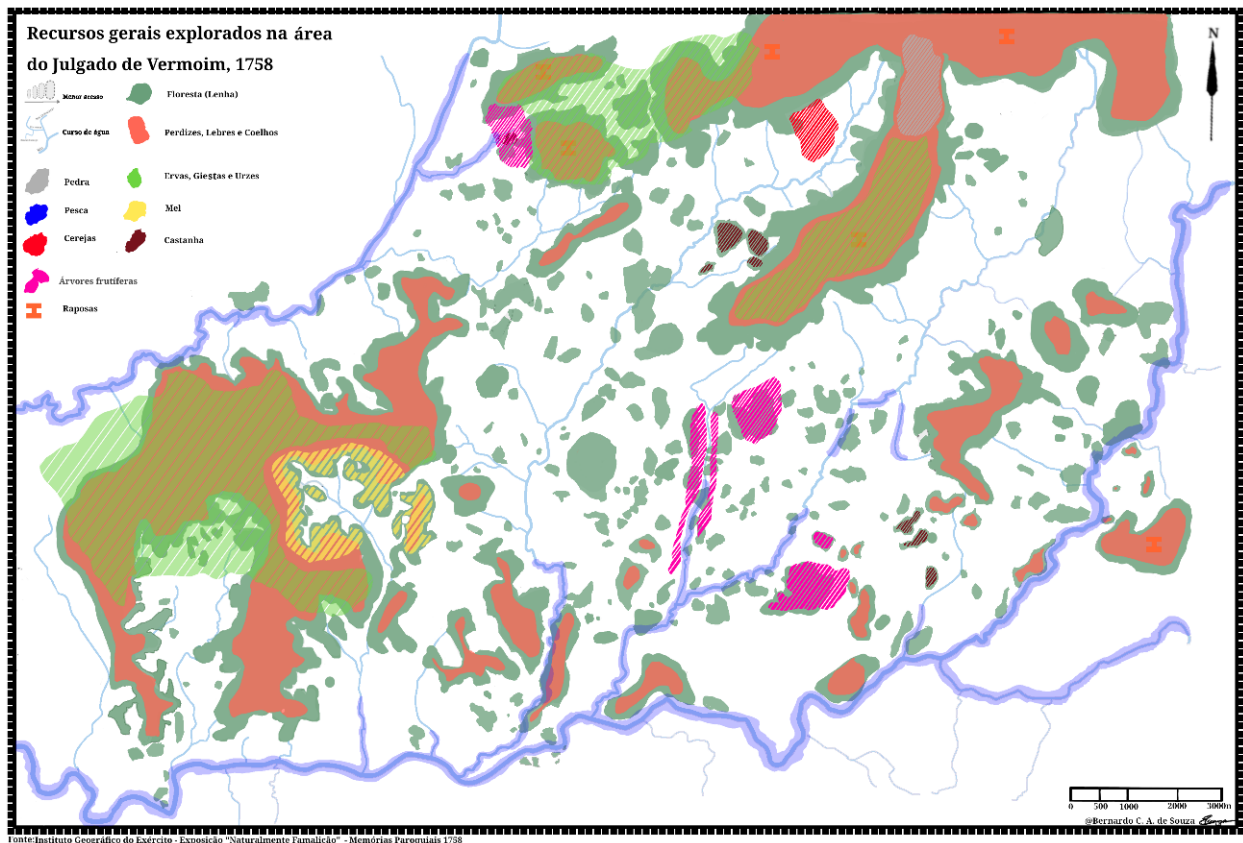


Figura 18 - Recursos gerais explorados na área do Julgado de Vermoim, 1758. Elaboração própria, 2022



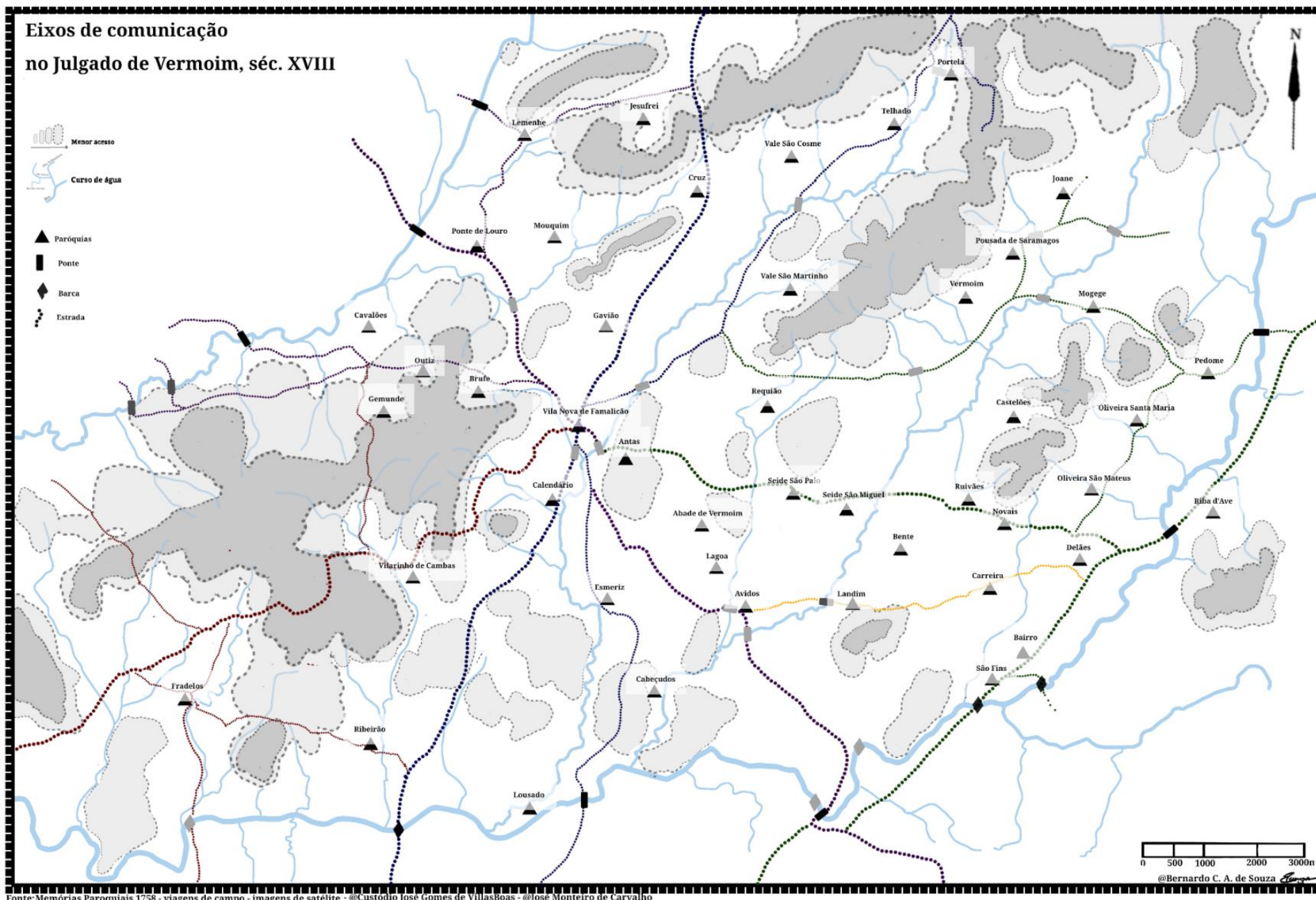
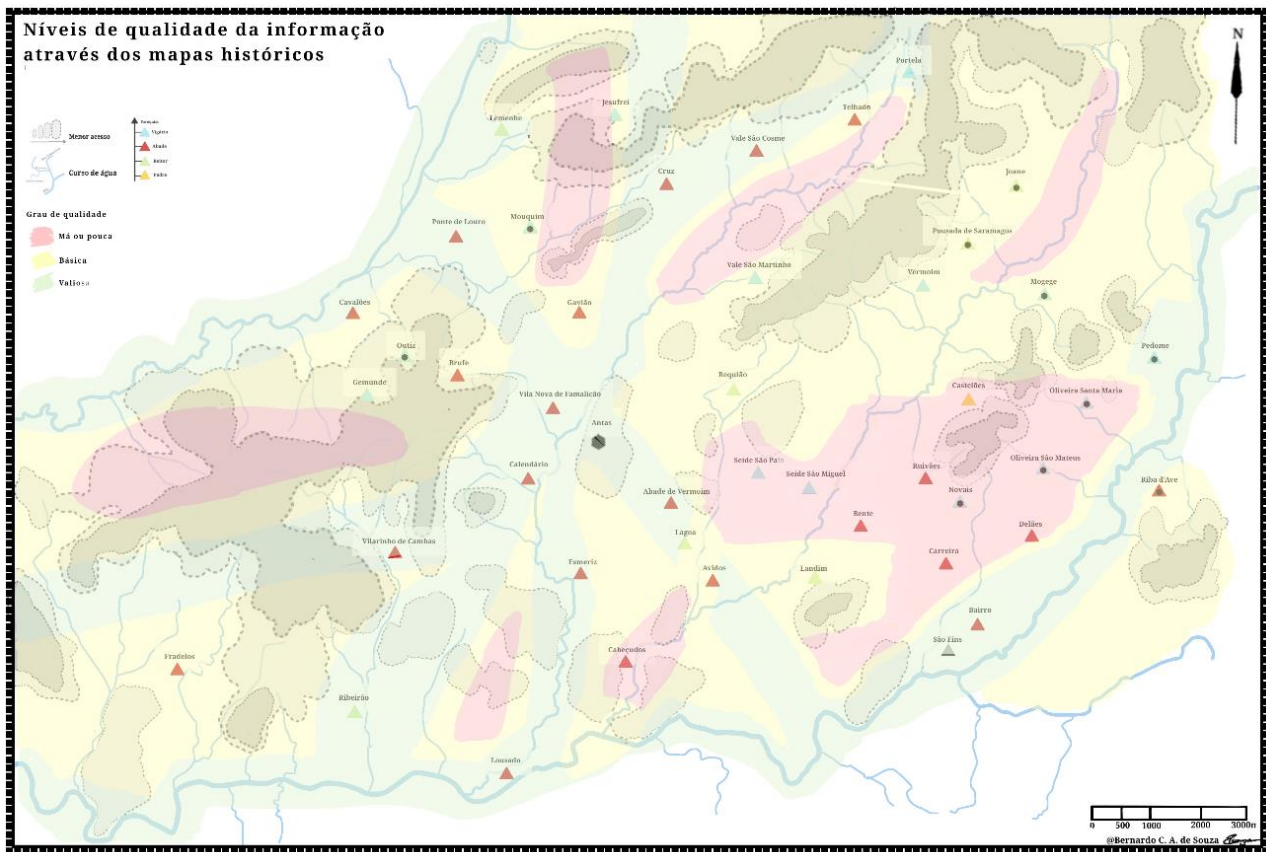


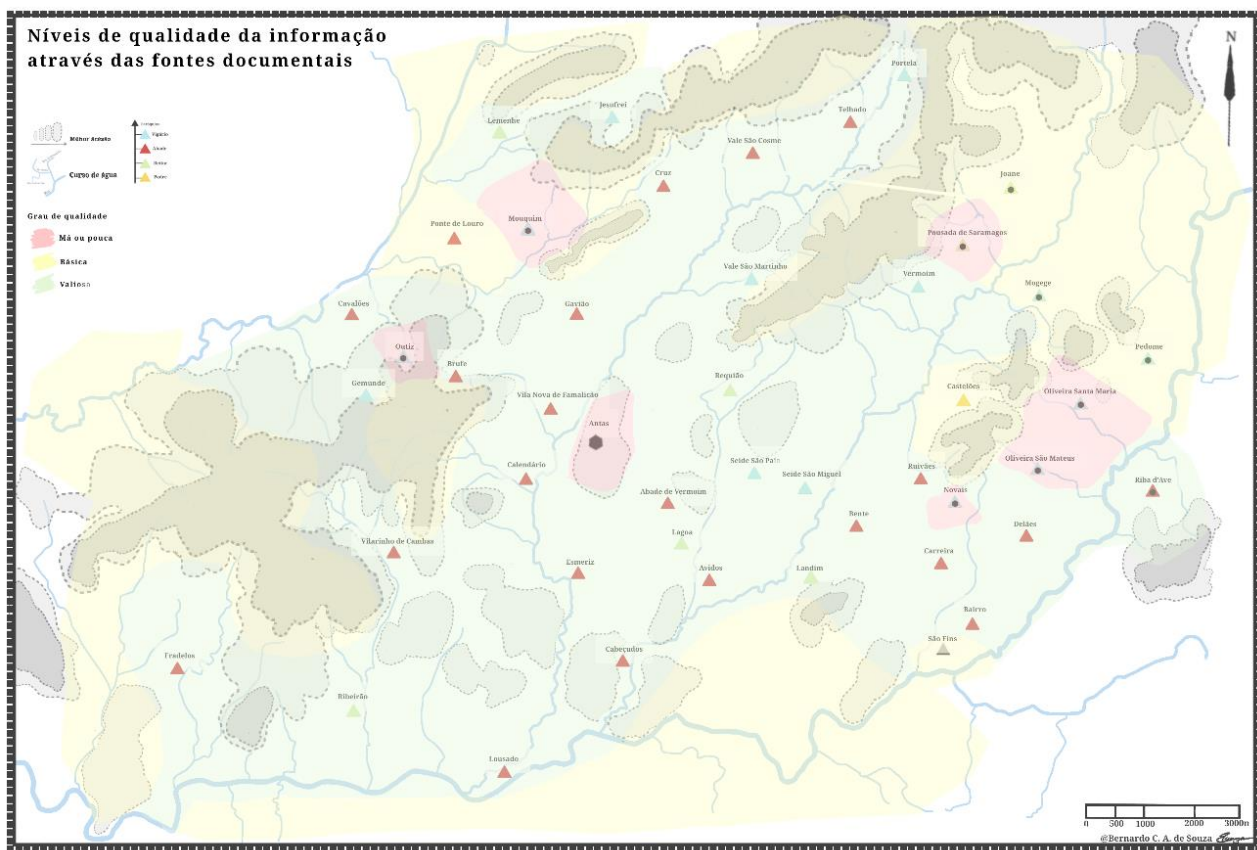
Figura 19 - Eixos de Comunicação no Julgado de Vermoim, séc. XVIII. Elaboração própria, 2022

Figura 21 – Mapa sobre os níveis de qualidade da informação através dos mapas históricos. Elaboração própria, 2022.
Qualidade como quantidade de informação/distorção espacial + erros de correspondência com outras fontes



Fonte: @Castello José Gomes Villasbôas - @Grandpre - @José Monteiro de Carvalho

Figura 22 – Mapa sobre os níveis de qualidade da informação através dos mapas históricos. Elaboração própria, 2022.
Qualidade como quantidade de informação/ ausência de informação + erros de correspondência com outras fontes



Fonte: Memórias Paroquiais, 1756

A certeza da morte e a incerteza do Céu: invocações, rituais e legados pios nos testamentos da Misericórdia do Porto (1750-1777)

António Marques Rodrigues

ajmarquesrodrigues@gmail.com

Resumo

A certeza da morte e a incerteza do Céu materializaram-se no concreto dos gestos com vista ao alívio e à esperança na salvação. O presente estudo propõe-se a fornecer um método específico de análise testamentária que visa a reconstrução das redes de sociabilidade, permitindo a sua reaplicação a um maior conjunto documental. Pelo destaque de oito personalidades, que testaram em favor da Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP). Construimos, com recurso a vários tipos de documentação, os principais momentos da sua existência, demonstrando as suas funções e ligações familiares, institucionais e corporativas. Evidenciamos, nos seus testamentos, a vertente eminentemente espiritual que se consubstancia nas invocações, nos rituais e legados pios que, no período em estudo, em virtude da secularização e da legislação pombalina, se viram reduzidos e limitados à semelhança do verificado para outras regiões, como Braga e Setúbal, na mesma cronologia.

Palavras-chave: Testamentos; Biografia; Redes de sociabilidade; Legados pios.

Abstract

The certainty of death and the uncertainty of Heaven materialised in concrete gestures aimed at relief and hope for salvation. This study sets out to provide a specific method for analysing wills that aims to reconstruct networks of sociability, allowing it to be reapplied to a larger set of documents. By focusing on eight personalities who tested in favour of the Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP). We have reconstructed, using various types of documentation, the main moments of its existence, demonstrating their family, institutional and corporate roles and connections. We have evidenced, in their wills, the eminently spiritual aspect embodied in the invocations, rituals and pious legacies which, in the period under study, due to secularisation and Pombaline legislation, were reduced and limited, as was the case in other regions, such as Braga and Setúbal, in the same chronology.

Keywords: Wills; biography; Social networks; Pious legacies

Abreviaturas

ADP – Arquivo Distrital do Porto

AHSCMP – Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto

IC – Irmandade dos Clérigos

SCMP – Santa Casa da Misericórdia do Porto

OTSF – Ordem Terceira de S. Francisco

OTC – Ordem Terceira do Carmo

AEP – Arquivo Episcopal do Porto

Introdução

O desejo de uma “boa morte” é intemporal e foi adquirindo diferentes construções consoante o tempo e o espaço. O presente artigo visa aprofundar, através de oito testadores da Santa Casa da Misericórdia do Porto, as atitudes perante a morte no terceiro quartel do século XVIII (1750-1777).

Dada a inevitabilidade da morte – e a incerteza do Céu – os indivíduos em estudo investiram os últimos esforços para assegurar a bem-aventurança eterna. Estes anseios consubstanciavam-se em práticas fomentadas e promovidas pelas instituições religiosas (laicais e eclesiásticas) que, segundo um modelo testamentário, procuravam a intercessão das figuras celestes (Deus Pai, Cristo, a Virgem, os santos e os anjos) nas invocações⁶⁶, e pela determinação de rituais⁶⁷ e promoção de boas obras por legados pios⁶⁸, obter o perdão das suas faltas e aceder à glória celeste.

A História das Mentalidades ocupou vários autores na década de 1980⁶⁹ que definiram o panorama europeu e deram os primeiros passos no estudo das atitudes perante a morte. Em Portugal identificámos análises gerais⁷⁰ e vários estudos de caso para as cidades de Lisboa⁷¹, Coimbra⁷², Braga⁷³, Setúbal⁷⁴ e Porto⁷⁵. Apesar dos estudos quantitativos que em muito nos ajudam a ter uma noção do panorama geral, outros estudos colocam em evidência a individualidade de cada testador⁷⁶, algo que procuraremos também aqui evidenciar. Os manuais de bem morrer (literatura de espiritualidade) e os

⁶⁶ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa [etc.]: Editorial Enciclopédia Limitada, [1988]. S/ISBN. vol. XIII. p. 997.

⁶⁷ PEIXOTO, João da Silva – Ritos. In AZEVEDO, Carlos (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001. ISBN 972-42-2416-3. vol. P-V. pp.131-135.

⁶⁸ GOMES; Manuel Saturnino – Legados Pios. In AZEVEDO, Carlos (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001. vol. J-P. ISBN 972-42-2416-3. pp. 69-70.

⁶⁹ ARIÈS, Philippe – *L’homme devant la mort*. Paris: Seuil, 1997. vol. II. ISBN 2-02004731-4. ; VOVELLE, Michel – *La mort et l’occident: de 1300 à nos jours*. Paris: Gallimard, 1973. ; CHAUNU, Pierre – *La mort a Paris: XVIe. XVIIe. XVIIIe siècles*. Paris: Fayard, 1978. ISBN 2-213- 00095-6.

⁷⁰ FEIJÓ, Rui Graça (coord.) – *A morte no Portugal contemporâneo: aproximações sociológicas literárias e históricas*. Lisboa: Quercus, 1985; MATTOSO, José – *O reino dos mortos na idade média peninsular*. Lisboa: João Sá da Costa, 1996.

⁷¹ ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995. Tese de doutoramento.

⁷² ROQUE, João L. – *Atitudes perante a morte na região de Coimbra de meados do século XVIII até meados do século XIX*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1982.

⁷³ FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma na Braga setecentista*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014. Tese de doutoramento.

⁷⁴ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade: memórias da alma e do corpo*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998. Tese de doutoramento em História Moderna.

⁷⁵ RODRIGUES, Maria Manuela M. – *Morrer no Porto durante a época barroca*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991. Dissertação de mestrado em História Moderna.

⁷⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos. Doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI-XVII)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018. ISBN 978-972-671-485-9.

testamentos são as fontes primordiais, sendo que nos primeiros encontrámos a norma e nos segundos a realidade prática.

Manuela Rodrigues, ao estudar a cidade do Porto (1650-1750), efetuou um levantamento exaustivo de fontes no Arquivo Distrital do Porto (doravante ADP) e no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (doravante AHSCMP), analisando quantitativamente os dados, remetendo para segundo plano a natureza dos testadores. Compreendemos que seria relevante focarmo-nos na individualidade dos testadores a fim de reconstruir as possíveis motivações para determinadas opções testamentárias.

Apesar de não haver qualquer impedimento de decalcar a mesma cronologia de Manuela Rodrigues, optámos por restringir esta investigação ao período subsequente correspondente ao reinado de D. José I (1750-1777) – motivo meramente prático – que coincide com as reformas legislativas que foram de encontro às práticas testamentárias até então realizadas.

A cidade do Porto dispõe, nos vários arquivos (ADP, Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), AHSCMP, etc.), de uma grande quantidade de testamentos realizados sobre as várias formas previstas na lei. Contudo, em virtude da exequibilidade da investigação em tempo útil, elegemos como fonte o *Livro de Testamentos*⁷⁷ composto com o objetivo de compilar as deliberações mais relevantes das determinações testamentárias com maiores implicações para a SCMP (a médio e longo prazos), evidenciando a crescente burocratização da instituição, bem como a necessidade de reorganizar a informação afim de cumprir corretamente os legados.

Mais a mais, seria impossível comportar os vários apontamentos de testamentos inseridos na cronologia pretendida; assim, foram considerados os testamentos transcritos na íntegra, executados – e não redigidos – entre 1750 e 1777⁷⁸, acompanhados dos respetivos termos de aprovação, abertura e, caso o(s) haja, codicilo(s)⁷⁹. Foram identificados oito testadores: Beneficiado Caetano Mendes e Matos (1763), Rev. Dr. Francisco Xavier Araújo (1767); Rev. João dos Santos Álvares (1757), Josefa Maria dos Santos (1766), Luís Correia Pacheco Pereira (1752/54), Rev. Manuel Carneiro Araújo

⁷⁷ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004.

⁷⁸ A partir do termo de abertura, lavrado aquando da abertura do testamento, sabemos a data de falecimento.

⁷⁹ Os codicilos são acrescentos ao testamento, redigidos posteriormente para reafirmar ou ressaltar algo que tenha ficado esquecido, ou que, entretanto, tenha mudado.

(1755), Abade Manuel Gomes Leitão (1760) e Rev. Manuel José de Azevedo Silva (1766)⁸⁰.

Criámos uma tabela onde inserimos as várias disposições (materiais e espirituais) e intervenientes (Apêndice 1). Pela natureza eminentemente metodológica empregue, o tratamento dos dados poderá ser replicado numa escala superior; agora, porém, a análise é restrita e exemplificativa.

A análise que propomos vai ao encontro das implicações efetivas da realidade testamentária, por isso é fundamental conhecer as determinações civis e religiosas no que lhe diz respeito. Apesar de, *grosso modo*, vigorarem as Ordenações Filipinas⁸¹, durante a governação de Pombal, foram emitidos vários diplomas que refletiam os excessos de legados pios que empoderavam as instituições religiosas pela cativação de imobiliário, rendas e produções. Assunto que, oportunamente, desenvolveremos.

As Constituições Sinodais do Bispado do Porto (1690)⁸² definem quanto ao modo de proceder no que respeita aos defuntos (exéquias)⁸³, advertindo os clérigos quanto ao método de redação e execução dos testamentos, alertando para o perigo de influenciar o testador, e punindo os prevaricadores (pena de excomunhão)⁸⁴.

O Compromisso da Misericórdia do Porto de 1646⁸⁵, regula a SCMP, onde destacámos os capítulos respeitantes aos mordomos dos testamentos (capítulo 16), à forma de aceitação dos testamentos (capítulo 23) e de procedimento dos enterramentos (capítulo 30), priorizando o pagamento de dívidas e a satisfação das vontades testamentárias, para isso é necessário que se verifiquem as condições e exequibilidade dos legados, condicionando a aceitação do testamento.

A pesquisa biográfica direcionou-se também para os intervenientes na redação testamentária (testemunhas, tabeliães, herdeiros, familiares, amigos, devedores e

⁸⁰ Atualizámos a grafia dos nomes. O ano entre parênteses é referente à redação do testamento.

⁸¹ Vide Livro IV: Do título LXXX ao CVII - ORDENAÇÕES FILIPINAS (OF). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. Fac-simile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870. Livro IV. [Consult. 04 jan. 2023]. Disponível em: WWW:<URL:http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l4ind.htm>.

⁸² SOUSA, João de – *Constituições Sinodais do bispado do Porto / novamente feitas e ordenadas pelo Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Dom João de Sousa, Bispo do dito bispado(...)*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735. [Consult. 20 jan. 2023]. Disponível em: WWW:<URL:https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/AJK5QH21G1X8PGMVTM44IUSMG76H7C.pdf>.

⁸³ *Ibidem*. pp. 454-481. Trata-se de normas aplicáveis a uma região geográfica sob o controlo do bispo, sem dúvida que a realidade heterogénea do bispado obriga a uma adaptação aos costumes e particularidades locais.

⁸⁴ *Ibidem*. pp. 442-443.

⁸⁵ PTAHSCMP SCMP-M-002-0003.

clérigos). Os registos paroquiais, nomeadamente os obituários, que indicam a data de falecimento, o testamenteiro, a sepultura e a administração dos sacramentos (dados que não são indicados nos testamentos) foram um dos principais pontos de partida. Recolhemos seis dos oito assentos de óbito, efetuados nas paróquias de Santo Ildefonso, Sé e Gestação e na Irmandade dos Clérigos⁸⁶, A pesquisa continuou nos motores de busca do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), do ADP (onde destacámos as inquirições de *genere*⁸⁷), do Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)⁸⁸, do Arquivo Distrital de Braga (ADB)⁸⁹ e do Arquivo Histórico Municipal do Porto (AHMP), em obras gerais, nomeadamente de Rebelo da Costa⁹⁰ e de Bernardo Coutinho⁹¹, e no periódico *O Tripeiro*.

Pelo estudo de Antonieta Moraes⁹² e do *Inventário dos Retratos de Benfeitores*⁹³ acedemos ao retrato de alguns testadores⁹⁴. Os livros de administração de que dispõe alguns dos testadores permitem verificar a execução das vontades testamentárias: despesas com as exéquias, o pagamento de dívidas, a relação dos bens da(s) casa(s) (joias e metais preciosos, louças, mobiliário, roupas e tecidos, livros, entre outros) e o seu valor em hasta pública, a relação das missas de sufrágio e os respetivos comprovativos. Além do mais, dão-nos conta das receitas advindas das rendas, das vendas e dos juros que permitem continuar a executar as determinações testamentárias. Dispõe deste tipo documental o Beneficiado Caetano Mendes Matos⁹⁵, o Rev. Dr. Francisco Xavier Araújo⁹⁶, o Rev. Dr. João dos Santos Álvares⁹⁷, o Luís Correia Pacheco Pereira⁹⁸, o Abade

⁸⁶ A IC assentava, a par das paróquias de residência do defunto, o óbito dos seus membros.

⁸⁷ O Arquivo Episcopal do Porto (AEP) possui as inquirições *de genere*, infelizmente, não encontramos as referentes aos testadores que nos faltam; contudo, agradecemos a boa vontade dos arquivistas que solícitamente nos receberam.

⁸⁸ Consultado pelo facto de analisarmos testadores com grau superior de ensino.

⁸⁹ Alguns clérigos formavam-se nesta cidade.

⁹⁰ COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição topográfica, e historicada cidade do Porto que contem a sua origem, situação e antiguidades (...)*. Porto: Oficina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789. [Consult. 27 fev. 2023]. Disponível em: WWW:<https://purl.pt/22517/4/res-2031-p_PDF/res-2031-p_PDF_24-C-R0150/res-2031-p_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf>.

⁹¹ COUTINHO, Bernardo Xavier – *A Igreja e a Irmandade dos Clérigos: apontamentos para a sua história*. Porto: Câmara Municipal (gabinete de História da Cidade), 1965.

⁹² MORAIS, Antonieta Lopes Vilão Vaz de – *Pintura do século XVIII e XIX na galeria dos retratos dos benfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: [Edição de autor], 2001.

⁹³ *Inventário dos Retratos de Benfeitores*. Porto: SCMP, 1983.

⁹⁴ Os quais, gentilmente cedidos Museu da Misericórdia do Porto (MMIPO), se farão acompanhar aquando das notas biográficas.

⁹⁵ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0006.

⁹⁶ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0011.

⁹⁷ PT AHSCMP SCMP-HDL-005-0021.

⁹⁸ PT AHSCMP SCMP-HDL-LCPP-001.

Manuel Gomes Leitão⁹⁹ e o Rev. Dr. Manuel Carneiro de Araújo¹⁰⁰. Não nos foi possível efetuar uma leitura exaustiva dos mesmos; contudo, tais apontamentos poderão sustentar diversas investigações como a reconstituição de livrarias ou de bens de uso doméstico, a par de estudos de microcrédito e de redes de sociabilidade e influência.

Por fim, indagaremos sobre as individualidades selecionadas com o objetivo de compreender as suas ligações familiares, em que espaço social se movimentam, que funções desempenham na sociedade civil e religiosa e até que ponto estas condicionam as suas determinações testamentárias.

1. A incerteza do Céu – contextualização

A leitura da conjuntura é fundamental para uma análise concreta e fidedigna; assim, é indispensável ter presentes as transformações nacionais e europeias, entre 1750 e 1777, a nível político, económico e social, para além da progressiva mudança de mentalidade. Sendo incomportável reunir todos os parâmetros, destacámos, brevemente, alguns pontos chave.

O reinado de D. José I foi marcado por uma grande produção legislativa que foi ao encontro da realidade testamentária, promulgando leis com vista a desamortização, de forma a combater que os mortos se regessem pela mesma lei que os vivos, forçando a secularização (diplomas de 25 de junho de 1766 e de 9 de setembro de 1769)¹⁰¹. Estas medidas afetaram diretamente o poderio patrimonial das instituições religiosas através da extinção de capelas (que não se encontram dentro de determinados rendimentos), da limitação de legados e pela ampliação da malha de possíveis herdeiros. As medidas outorgadas foram sintomáticas das adversidades sociais atravessadas devido aos abusos e aproveitamentos por parte de terceiros, utilizando a vulnerabilidade física e psíquica dos testadores para extorquir benefícios próprios e/ou para as suas comunidades; assim, determina a anulação de todos os legados deixados aos terceiros que estiveram envolvidos na redação testamentária (quer religiosos, quer leigos). Recordando as alterações da legislação filipina, as anexações de património realizadas ilicitamente deveriam ser denunciadas e os denunciantes recompensados, algo que em muito abonou para o sucesso das medidas¹⁰². Este género de políticas não são exclusividade nacional, sendo comuns a

⁹⁹ PT AHSCMP SCMP-HDL-MGL-001.

¹⁰⁰ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0018.

¹⁰¹ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade (...)*. p. 293.

¹⁰² *Ibidem*, pp. 293-306.

outros países europeus (Áustria, Alemanha, Nápoles e Espanha) reveladoras das alterações políticas na Europa das Luzes¹⁰³.

A segunda metade do século XVIII foi marcada pela inflação. Na cidade do Porto, segundo o levantamento realizado por Vitorino Magalhães Godinho, o preço do trigo oscila entre os 480 e os 700 réis por alqueire¹⁰⁴, fenómeno que teve repercussões na execução de legados. No dizer de Laurinda Abreu, a inflação, em alguns casos, teve reverberações junto das instituições herdeiras e testamentárias deparando-se com falta de verba para o cumprimento de determinações pias¹⁰⁵.

A nível social e religioso solidificam-se as determinações tridentinas, intensificando-se o culto da Eucaristia, da Virgindade de Maria e do Purgatório, algo que se refletiu, a nível paroquial, pela criação de confrarias, pelo desenvolvimento de rituais e devoções¹⁰⁶. Do mesmo modo o desenvolvimento e predomínio da literatura de espiritualidade encontra grande receptividade, proporcionando um crescente de produção literária no que respeita à “arte de bem morrer”, orientada para instruir o fiel na forma de bem morrer¹⁰⁷. Para além de indicar os procedimentos a tomar aos primeiros sinais da hora derradeira, também encontrámos reflexões que fomentam a emenda de costumes e a reta conduta, pela prática da caridade, da oração e da penitência, vigilante para que a morte não apareça de “surpresa”¹⁰⁸. Pela prédica dominical e pela sermonária estas ideias chegavam às comunidades, mesmo que analfabetas, constituindo-se como meio formador de mentalidades e difusor de ideias¹⁰⁹.

Para o homem moderno, a inevitabilidade do Purgatório¹¹⁰ leva-o a negociar na terra o acesso ao Céu, prevendo, através do testamento, formas de o alcançar (sufrágios,

¹⁰³ Estas reformas administrativas, que têm a ver diretamente com a Igreja, não se afastam muito da realidade europeia (Áustria, Nápoles, Alemanha e Espanha). ABREU, Laurinda – As relações entre o Estado e a Igreja em Portugal, na segunda metade do século XVIII: o impacto da legislação pombalina sobre as estruturas eclesiais. In FARIA, Maria Leal (coord.); BRAGA, Isabel Mendes (coord.) – *Problematizar a História: estudos em homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007. ISBN 978-989-8129-16-1.

¹⁰⁴ GODINHO, Vitorino Magalhães – *Prix et monnaies au Portugal: 1750-1850*. Paris: Armand Colin, 1955. pp. 81-82.

¹⁰⁵ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade (...)*. pp. 204-205.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 200. Concomitantemente, a fundação de confrarias e a produção artística acompanham o adensar das devoções, criando de uma iconografia própria que se reflete, por exemplo, no altar das Almas da igreja do convento de Santa Clara (Porto).

¹⁰⁷ RODRIGUES, Manuela – *Morrer no Porto durante a época barroca*. pp. 54-58.

¹⁰⁸ FERRAZ, Norberto – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 28. Um dos manuais mais difundidos em Portugal é da autoria do jesuíta Estevão de Castro: CASTRO, Estevão de, S.J. – *Breve aparelho, e modo fácil pera ajudar a bem morrer hum christão (...)*. Lisboa: Matheus Pinheiro, 1627.

¹⁰⁹ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade (...)*. pp. 193-195.

¹¹⁰ Tempo de purificação e de limpeza, onde a Alma, apesar de não haver falecido em pecado grave – algo que, irremediavelmente, a condenaria ao Inferno – passava por um período de purgação antes de aceder à glória: LE GOFF, Jacques – *O nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. ISBN

orações dos vivos pelos mortos e obras pias), desenvolvendo canais de mediação entre vivos e mortos¹¹¹. Linearmente, as determinações testamentárias procuravam assegurar o acesso à vida eterna através do aperfeiçoamento da vida terrena pelas determinações *post-mortem*.

No Porto, como noutras cidades portuguesas, a religiosidade compassava o quotidiano¹¹², a SCMP, pela sua crescente burocratização, gradualmente, adquiriu notabilidade e confiança, tornando-a capaz de competir “não só pela presença de fiéis, como também por novos legados e doações”¹¹³ com outras entidades herdeiras e testamentárias (ordens religiosas e terceiras, irmandades e confrarias).

2. Invocações

O ato de invocar, de “chamar em seu socorro”¹¹⁴ ou de se encomendar à proteção de Deus, de Cristo, da Virgem e dos santos não é algo novo ou exclusivo do período em estudo. Apesar de ser uma prática comum em cronologias anteriores, os manuais de bem morrer estabelecem fórmulas para bem redigir o testamento, seguidas pelo redator (tabelião, clérigo ou o próprio), que marcam a Época Moderna¹¹⁵. A necessidade de intercessores é indicativa da certeza da própria impureza e a convicção de um inevitável período no Purgatório¹¹⁶.

Dividimos as invocações em três fases: inicial, ato de fé e intercessores. Se todos iniciam com “*In nomine Domini*” ou “Em nome da Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo três pessoas distintas e um só Deus verdadeiro” (ou outra formulação semelhante), nem todos redigem um ato de fé ou se socorrem de intercessores.

972-33-0884-3. pp. 15-27.

¹¹¹ GOFF – *O Nascimento do Purgatório*. p. 27.

¹¹² NONELL, Anni Gunter – *Porto, 1753/1852 a construção da cidade entre o desportismo e o liberalismo*. Porto: [edição de autor], 2002. Tese de doutoramento em arquitetura (FAUP). p. 9.

¹¹³ MOREIRA, Ana; ALVES, Patrícia; AMORIM, Inês – Criar Memórias e identidade. In AMORIM – *Sob o manto da misericórdia* (...). Vol. II. p. 440-463.

¹¹⁴ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. XIII. p. 997.

¹¹⁵ RODRIGUES, Manuela – *A morte no Porto durante o período barroco*. p. 65-67.

¹¹⁶ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade* (...). pp. 138-139.

À exceção do Rev. Dr. Francisco Xavier de Araújo (2), todos os outros redigem um ato de fé mais ou menos extenso, afirmando crer em tudo ensina a Igreja e o desejo de morrer nesta fé (1, 3, 4, 5 e 6)¹¹⁷, ou dando como nulo tudo o que se diga, por tentação ou obra do demónio, contra a fé (3), apelando aos méritos da Paixão de Cristo – Divinas Chagas e Preciosíssimo Sangue – (4, 5, 6, 7 e 8) e à misericórdia de Deus (5, 6 e 8).

Tabela 1 - Intercessores

		Virgem Maria	Apóstolos	Evangelistas	Doutores	Anjo da Guarda	Santo do nome	S. Miguel	Arcanjo	Santos de devoção	Santos da corte celeste
1	Caetano Mendes e Matos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2	Rev. Dr. Francisco Xavier de Araújo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3	Rev. Dr. João dos Santos Álvares	X	-	-	-	X	X	-	-	X	X
4	Josefa Maria dos Santos	X	-	-	-	X	X	-	-	X	X
5	Luís Correia Pacheco Pereira	X	X	X	X	X	X	-	-	X	X
6	Rev. Manuel Carneiro de Araújo	X	-	-	-	X	-	X	-	X	X
7	Abade Manuel Gomes Leitão	X	X	-	-	-	-	-	-	X	X
8	Rev. Dr. Manuel José de Azevedo	X	-	-	-	X	-	-	-	X	X

Fonte: AHSCMP, Testamentos Tomo 4.º 1716 a 1802, 2068.

Recorrem da Virgem Maria (Mãe de Deus, refúgio/ advogada dos pecadores) (3, 4, 5, 6, 7 e 8), aos santos apóstolos (São Pedro e São Paulo), aos evangelistas (São Marcos, São Lucas, São João e São Mateus) e aos doutores da Igreja (Santo Agostinho, Santo Ambrósio, São Jerónimo, etc.) (5 e 7), ao anjo da guarda (3, 4, 5, 6 e 8), ao santo do seu nome (3, 4 e 5), ao Arcanjo São Miguel (6), e a todos os santos de devoção e da corte celeste (3, 4, 5, 6, 7 e 8). Contudo, apesar de os clérigos 1 e 2 não se terem encomendado a nenhum intercessor. S. Francisco de Assis foi apenas referido por Josefa Maria dos Santos aquando da escolha do hábito, tal demonstra a reduzida devoção dos portuenses, já notado na centúria anterior¹¹⁸, enquanto em Braga era dos mais invocados¹¹⁹. Igual

¹¹⁷ Como referido anteriormente, os números remetem-nos para os testadores de forma a evitar repetir sucessivamente os seus nomes.

¹¹⁸ RODRIGUES, Manuela – *Morrer no Porto durante a época barroca*. p. 103.

¹¹⁹ FERRAZ, Tiago – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 89.

destaque merece a invocação dos Santos Evangelistas e Doutores da Igreja por Pacheco Pereira, indivíduo que mais invocações faz deste conjunto.

Por fim, é clara a redução de invocações em comparação com a centúria anterior, acompanhando a realidade nacional. Mantendo-se as invocações a Deus, a Cristo, à Virgem e a alguns santos (como o santo do nome), terminando com a advocatura de toda a corte celeste.

3. Rituais

O simbolismo e a espiritualidade que envolviam os rituais eram reveladores da vida da Igreja que pretende acompanhar o fiel, quer na vida, quer na morte¹²⁰. Os rituais religiosos, apesar de corresponderem aos ditames conciliares e sinodais, podiam sofrer alterações, sendo mais ou menos solenes, consoante a vontade de quem os pretende. De facto, a complexa linguagem litúrgica apelava aos sentidos e às emoções¹²¹.

3.1. A mortalha

Se em cronologias anteriores o amortalhamento era feito apenas com um lençol, durante a Época Moderna desenvolve-se o costume, entre os mais abastados, de se fazerem revestir de hábitos religiosos no intuito de recolher indulgências¹²². Esta prática é comum no *corpus* documental em análise. Alguns sacerdotes escolheram como mortalha o hábito clerical/ vestes sacerdotais da sua condição, à qual o Ver. Dr. João dos Santos Álvares acrescentou os seus “escapulários e bentinhos já preparados”. O Ver. Dr. Francisco Xavier de Araújo envergou, debaixo das vestes sacerdotais, o hábito franciscano e Josefa Maria dos Santos escolheu um dos melhores hábitos das freiras de Monchique (franciscanas). A preferência do hábito de S. Francisco corresponde ao que se verificou para outras localidades (Braga¹²³ e Setúbal¹²⁴). O seu uso também era interpretado como sinal de humildade e despojamento à semelhança do titular da ordem¹²⁵. O fidalgo Luís Correia Pacheco Pereira fez-se amortallar com o hábito da

¹²⁰Vide PEIXOTO, João da Silva – Ritos. In AZEVEDO, Carlos – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2001. vol. P-V. pp.131-135.

¹²¹ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos* (...). p. 79.

¹²² *Ibidem*, p. 135.

¹²³ *Ibidem*, p. 36-38.

¹²⁴ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade* (...). p. 136-137.

¹²⁵ FERRAZ, Tiago – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 136. De facto, as indulgências concedidas aos indivíduos que o preferissem o hábito como mortalha, a par da piedosa tradição de se acreditar que S. Francisco, no aniversário da sua morte, desce ao Purgatório para resgatar os seus filhos que aí se encontrem, favoreceram amplamente esta prática: FERRAZ, Tiago – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 18.

Ordem de Cristo, à qual pertencia. Nenhum dos testadores utilizou um lençol como mortalha, sendo reveladora esta diferenciação social¹²⁶.

3.2. O acompanhamento fúnebre

O acompanhamento fúnebre, pela dignidade e quantidade dos participantes, era espelho da honorabilidade adquirida pelo defunto. Os testadores referem as “comunidades do costume”, ou seja, franciscanos, dominicanos e graciosos e a coraria da Sé¹²⁷, às quais destinaram “esmola do costume”. Para além destas, o Cabido, as comunidades terceiras (OTSF ou OTC), as confrarias e irmandades (por exemplo a SCMP), das quais o indivíduo tenha feito parte (ou não) eram chamadas a fazer-se representar no cortejo fúnebre. A presença dos meninos órfãos e dos pobres – pela proximidade com o divino – é requerida¹²⁸.

Tabela 2 – Acompanhamento fúnebre

		“do costume”												
		Franciscanos	Dominicano	Graciosos	Coraria	Cabido	Padres Loios	SCMP	OTSF	Irmandades	a. que.	Pároco	Órfãos	Pobres
1	Caetano Mendes e Matos	X	X	X	X	X								
2	Ver. Dr. Francisco X. de Araújo	X	X	X	X			X		X				X
3	Ver. Dr. João dos Santos Álvares	X	X	X	X		X		X				X	
4	Josefa Maria dos Santos	X	X	X	X	X		X	X		X			X
5	Luís Correia Pacheco Pereira	X	X	X	X	X							X	X
6	Ver. Manuel Carneiro de Araújo	X	X	X	X	X								
7	Abade Manuel Gomes Leitão	sem referência												
8	Ver. Dr. Manuel José Azevedo	X	X	X	X									

Fonte: AHSCMP, Testamentos Tomo 4.º 1716 a 1802, 2068.

¹²⁶ FERRAZ, Tiago – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 139.

¹²⁷ “A coraria da Sé fora criada na Idade Média e era constituída por sacerdotes que representavam o cabido nos ofícios de defuntos e enterros” (AMORIM, Inês; SILVA, Hugo Ribeiro da – Para uma boa governação: coração, siso força e caridade. In AMORIM – *Sob o manto da misericórdia (...)*, vol. I. p. 106.

¹²⁸ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade (...)*. p. 168.

Caetano (1) e Manuel Araújo (6), fazendo parte do Cabido da Sé do Porto, e tendo este a obrigação de integrarem o cortejo fúnebre, destinaram uma vela a cada elemento, escalonando-os pelo seu cargo (“uma vela de arrátel [aos cônegos] e ao que preside uma vela de dois arrátéis, beneficiados, coreiros e sacristão se dará vela de meio arrátel, os meninos com vela de quarta”¹²⁹). Pacheco Pereira (5) e Xavier Araújo (2), para além das comunidades do costume, pretenderam que o maior número possível de pobres (homens, mulheres e crianças) os acompanhasse, recebendo esmola (1 vintém (20 réis) os adultos e meio as crianças). Josefa Maria dos Santos limita a 40 o número de pobres para o seu acompanhamento, ofertando 50 réis a cada. Talvez, devido à ruralidade de Gestaçô, o abade não faz referência ao acompanhamento na esperança de que toda a comunidade participasse nas cerimónias fúnebres. José de Azevedo, para além das comunidades do costume, pretende que se convoquem cerca de 50 sacerdotes para o acompanhamento, ofertando 120 réis a cada.

O pobre como intermediário divino era indispensável no acompanhamento; todavia, verificámos que esta classificação heterogénea é contemplada nos legados sob duas formas: esmola pelo acompanhamento e esmola a distribuir. Se alguns designam somas fixas a distribuir no acompanhamento (2,4 e 5) outros destinam uma soma a dividir pelos que participam do cortejo fúnebre (6) ou que habitam em determinado lugar (7).

Os sinos e a música contribuía para a representação social do defunto. Caetano Mendes e Matos, Josefa Maria dos Santos e Manuel Carneiro de Araújo pretenderam música. Na casa onde estiverem expostos, no cortejo e no funeral. Manuel justificou que queria música por ser uso entre os da sua condição e não por vaidade. Quanto aos sinos, sabemos pelas Constituições Sinodais que existem sinais próprios de sino consoante o género do indivíduo (masculino três carreiras e feminino duas carreiras¹³⁰), normalmente dados na igreja paroquial; contudo, por vontade testamentária, estes sinais sonoros poderiam ser mais frequentes ou serem dados em mais igrejas. Apenas Josefa Maria dos Santos pretende que sejam tocados em todas as igrejas da cidade. As ausências testamentais, no entender de Norberto Ferraz, significa que pretendiam seguir a norma prevista¹³¹.

¹²⁹ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 140; 151v.

¹³⁰ SOUSA, João de – *Constituições Sinodais do bispado do Porto*. p. 459.

¹³¹ FERRAZ, Tiago – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 151.

3.3. Cerimónias fúnebres

Chegados à igreja acontecia o funeral, os ofícios de corpo presente e respetivos responsos. Os ofícios (de defuntos) eram constituídos por “preces e orações pelo eterno descanso das almas dos mortos”¹³². Vários testadores previram a presença de vários sacerdotes (regulares e seculares), a par das ordens que se fizeram apresentar no cortejo e nas cerimónias fúnebres. Optámos por traduzir estas vontades na seguinte tabela:

Tabela 3 – Cerimónias fúnebres de corpo presente

1	Caetano Mendes e Matos	3 ofícios na Sé (rezados) - em 3 dias
2	Rev. Dr. Francisco Xavier de Araújo	2 ofícios a cargo da Coraria
		1 ofício a cargo do pároco
		1 ofício a cargo da IC – 80 000 réis
3	Rev. Dr. João dos Santos Álvares	Ofício com a presença das comunidades que estiveram no acompanhamento
4	Josefa Maria dos Santos	Ofício de corpo presente na capela da OTSF, com música, com a presença das comunidades mendicantes. Termina com um responso.
5	Luís Correia Pacheco Pereira	Depois de colocado na sepultura serão ditos os ofícios de corpo presente, encomendação, sinais e todas as missas desse dia por todos os padres e religiosos - 144 000 réis
6	Rev. Manuel Carneiro de Araújo	Três ofícios, com música, na Catedral (onde é sepultado) com a presença das comunidades que o acompanharam (esmola acostuada)
7	Ab. Manuel Gomes Leitão	3 Ofício de 15 padres em Gestaço (esmola a cada um 480 réis)
8	Rev. Dr. Manuel José de Azevedo	Sem referência

Fonte: AHSCMP, Testamentos Tomo 4.º 1716 a 1802, 2068.

¹³² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa (etc.): Editorial Enciclopédia Limitada, (1988). vol. XIX. p. 231.

3.4. Sepultura

A escolha da sepultura era bastante relevante, sendo nesse local que ficará para a eternidade, aguardando a ressurreição dos mortos, reflexo do estatuto social e das devoções particulares, favorecendo a proximidade/relação com certa igreja ou determinado altar. Os testadores dividem-se entre a Sé Catedral (1 e 6)¹³³, igreja da IC (2), igreja das Carmelitas (3), igreja paroquial de Gestaçô (7) e igreja de S. João Novo – altar de S. Tomás (8). Nenhum dos testadores desejou fazer-se sepultar na igreja da SCMP, apesar de esta ser sua herdeira e/ou testamenteira, encontrando similitude com o verificado para o período anterior¹³⁴. À semelhança de Setúbal há uma preferência por espaços monásticos e conventuais (igreja e seu(s) claustro(s)), como espaços de oração permanente¹³⁵; contudo, esta escolha acarreta custos, tendo em conta que as igrejas paroquiais têm obrigação de sepultar os seus paroquianos, como previsto nas constituições¹³⁶.

Através dos dados apresentados é notória a solenidade pretendida pelos testadores, fazendo jus à sua posição social. Planeando um longo cortejo fúnebre, que desembocaria nas exéquias do féretro ante uma multidão, sendo depois sepultado em solo sagrado, onde, regularmente, seria lembrado nas orações dos religiosos que aí habitavam. Tais atitudes são reveladoras da preocupação social e espiritual que ocupam estes indivíduos, que ventitam as tendências comunitárias.

4. Legados pios

“Pois que aproveita ao homem ganhar o mundo inteiro, se perder a sua alma? Ou que dará o homem em recompensa da sua alma?”¹³⁷

A crença na vida para além da morte regia a mentalidade medieval e moderna¹³⁸, interferindo diretamente nos legados pios. Como referimos anteriormente, os legados pios consistem em doações que se fazem, por testamento, para causas piedosas de foro socio-caritativo¹³⁹.

¹³³ Seguimos a tendência de nos referirmos aos testadores por números.

¹³⁴ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos* (...). p. 84.

¹³⁵ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade* (...). p. 124.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 126.

¹³⁷ Mateus, 16, 26.

¹³⁸ FERRAZ, Tiago – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 25.

¹³⁹ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. vol. XIV. p. 811.

Na SCMP o “culto e as obras pias eram indissociáveis”¹⁴⁰, atendendo a que o prestígio da instituição “não passava apenas por praticar obras pias materiais (cuidar dos doentes, assistir aos presos, proteger os órfãos...), mas também espirituais – rezar por vivos e defuntos – que permitiam, em grande medida, a sustentabilidade financeira da instituição, graças aos bens a ela deixados”¹⁴¹. As vontades pias eram suportadas por doações em dinheiro colocadas a juros ou por rendas¹⁴². Os testadores dão conta das suas ligações a outras instituições (irmandades, confrarias e congregações) legando-lhes bens e consagrando-se como benfeitores das mesmas.

4.1. Os sufrágios

Como sufrágios considerámos todas as orações realizadas por alma do defunto, sem o corpo presente, ou seja, ofícios, missas e responsos. Dividimos os sufrágios em três categorias: logo após a morte, a curto/médio prazo e *ad aeternum*. Para além destes, considerámos ainda os sufrágios por familiares/ amigos/ desconhecidos ou pelas Almas do Purgatório.

Podemos denotar que há uma grande preocupação em que sejam rezadas o maior número de missas possíveis no momento após a morte (2, 3, 4, 5 e 6). A crença no juízo particular, logo após a morte, fomenta a necessidade de, incessantemente, serem oferecidas missas por alma daquele que partia para que este alcance mais rapidamente o Paraíso. Este tipo de prática de celebrações de “ciclos de missas intenso e repetitivos” eram vistas pelas autoridades eclesiásticas como sendo de carácter pouco espiritual e, por isso, combatidas pelo Concílio de Trento¹⁴³. Os testadores destinavam somas redondas ou valores individuais para cada missa. Por exemplo, o Rev. Dr. João dos Santos Álvares reservou a quantia de 16 000 réis aos padres carmelitas para que celebrassem o maior número possível de missas no dia do seu falecimento e no dia seguinte. Da mesma forma, determinava o valor de 240 réis, por cada missa, que fosse celebrada no mesmo prazo na igreja da IC.

Para garantir a prontidão dos clérigos eram concedidas esmolas que seriam mais avultadas no primeiro dia e mais reduzidas no segundo dia, como compreendemos pelo pedido de Pacheco Pereira que destina 200 réis a cada missa no primeiro dia e 120 réis

¹⁴⁰ AMORIM, Inês; COSTA, Patrícia – Património e economia da salvação. In AMORIM – *Sob o manto da misericórdia* (...). vol. II. p. 154.

¹⁴¹ SILVA, Hugo Ribeiro da – Cuidar das Almas. In AMORIM, Inês – *Sob o manto da Misericórdia* (...). vol. II. p. 360.

¹⁴² De forma a compreender melhor a amplitude dos valores doados aconselhamos a consulta do gráfico 1.

¹⁴³ AMORIM, Inês; COSTA, Patrícia – Património e economia da salvação. vol. II. p. 133.

no seguinte. Dois dos testadores apenas encomendaram sufrágios a curto/médio prazo (7 e 8); outros, para além dos sufrágios já feitos logo após a morte, estabeleceram prazos para a sua realização, como o abade de Gestaço que desejavam que fossem celebradas 3000 missas no período de três meses.

Alguns autores identificam o século XVIII como o período de decadência dos sufrágios *ad aeternum*¹⁴⁴, isto é, até ao fim do mundo; contudo, três dos oito testadores (4, 5 e 6) procuraram perpetuar a sua memória, evitando o esquecimento¹⁴⁵. A devoção que Manuel Carneiro de Araújo concede ao altar da imagem do *Ecce Homo* dá-nos conta do agudizar da espiritualidade dos fiéis por esta temática, onde figura um Cristo sofredor e paciente, algo igualmente verificado em Setúbal¹⁴⁶. O testador requereu a repetição semanal do sufrágio, à sexta-feira (dia ligado à Paixão de Cristo). De facto, confirmámos que, para além do Mestre-escola da Sé, ambos os leigos em estudo desejavam a perpetuação da sua memória, diária (5) ou anual (4). Os pedidos de sufrágios não se limitaram aos próprios, denotando-se uma preocupação com os familiares próximos (1, 2, 4, 5 e 6) – desenvolvendo a ideia de reencontro no além – e com as Almas do Purgatório (2 e 5). Notando uma clara preferência pelas igrejas das ordens religiosas em detrimento das igrejas paroquiais.

4.2. A salvação dos ricos, o cuidado dos pobres

As Obras de Misericórdia são a base de atuação desta irmandade, servindo o faminto, o sedento, o nu, o peregrino, o enfermo, o preso e o morto¹⁴⁷, colocando “o pobre no caminho da salvação dos menos pobres ou ricos”¹⁴⁸.

Os cuidados com a infância favoreceram a fundação de recolhimentos/ orfanatos onde, por orfandade ou opção, se recebiam crianças e jovens preparando-os para a adultez¹⁴⁹. A cidade do Porto dispunha de várias casas com essa função. Os benfeitores proviam o cuidado destas casas (1, 3 e 5) e a dotação de órfãs, de forma que estas pudessem casar (3 e 6). Apenas um dos testadores (1) contemplou o recolhimento que se dedicava à reintegração de mulheres em situação de prostituição (Recolhimento do Ferro). Os restantes procuraram que fossem dotadas as jovens órfãs mais honradas, com

¹⁴⁴ FERRAZ, Tiago – *A morte e a salvação da alma na Braga setecentista*. p. 45.

¹⁴⁵ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade* (...). p. 121/129.

¹⁴⁶ *Ibidem*, pp. 140-141.

¹⁴⁷ AMORIM, Inês – *Sob o manto da misericórdia* (...). vol. I. p. 52.

¹⁴⁸ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade* (...). p. 295.

¹⁴⁹ JESUS, Elisabete – A força dos pobres e a condição humana. In AMORIM – *Sob o manto da misericórdia*. p. 295.

provas de virtude e educação, com especial atenção para as de idade mais avançada. Em troca rogavam orações pelas suas almas. Aos órfãos eram pedidas orações e a sua presença no acompanhamento do cortejo fúnebre.

A fragilidade dos encarcerados precisa da caridade de terceiros para agasalho, alimentação, cuidados de saúde e custos judiciais. Desde cedo a SCMP encarregou-se deste serviço para com os presos pobres (da Relação e do Aljube), destinando-lhes, inclusive, um mordomo específico¹⁵⁰. Os testadores destinaram quantias a dividir pelas necessidades (5 e 6) ou por cada preso (1 e 2)¹⁵¹.

As fragilidades próprias da idade ou advindas das infelicidades do fado (doença prolongada, acidentes incapacitantes, deficiências, etc.) foram igualmente notadas através de doações para o cuidado dos doentes e entrevados que se encontravam ao cuidado da SCMP nos diversos hospitais da cidade¹⁵². À exceção de Josefa (4) todos destinaram somas aos doentes e à manutenção/ provimento dos hospitais (Apêndice V).

Na segunda metade do século XVIII, iniciam-se esforços para a construção de um grande hospital na cidade. O abade de Gestaçô adquiriu destaque por entregar os juros que possuía no mosteiro de Tarouca e Salzedas (que lhe rendia cerca de 300 000 réis ao ano) para a edificação de um hospital para doentes incuráveis, valor, posteriormente, aplicado no Hospital de Santo António¹⁵³, no qual teve exposto o seu retrato¹⁵⁴. Caetano Mendes e Matos que, para além da doação a cada um dos doentes, define que os seus enfermeiros pessoais, depois da sua morte, passassem a estar ao serviço do Hospital de D. Lopo, com a obrigação de fazerem o despejo dos doentes a cada dois dias, preocupando-se com o conforto e a higiene dos enfermos, algo que Laurinda Abreu notou também em Setúbal¹⁵⁵. Na verdade, as doações para hospitais correspondem às orientações cristãs, deparando que em certos casos (1 e 8) há maior preocupação com estas doações do que com sufrágios. Estes testadores são clérigos, fator que vai ao

¹⁵⁰ CARDOSO, M^a Teresa Ferreira – A força dos pobres e a condição humana: vigiar, acudir e prevenir. In AMORIM – *Sob o manto da misericórdia* (...). vol. I. pp. 221-222. Sobre a relação da SCMP com os presos ler: CARDOSO, Maria Teresa Costa Ferreira – *Os Presos da Cadeia da Relação do Porto entre a Cadeia e a Misericórdia (1735 a 1740)*. Braga: Universidade do Minho, 2005.

¹⁵¹ Caetano Mendes e Matos (1) estabeleceu uma diferenciação entre os presos da cadeia do aljube (120 réis) dos da cadeia da cidade (100 réis): AHSCMP, Testamentos Tomo 4.º 1716 a 1802, 2068.

¹⁵² A SCMP, na cronologia em estudo, administra cinco hospitais: Hospital D. Lopo de Almeida; Hospital das Velhas ou de Santa Clara; o Hospital das Entrevadas; Hospital dos Entravados; Hospital dos Lázarus e das Lázarus: ESTEVES, Alexandra – *Do hospital D. Lopo de Almeida ao Hospital de Santo António*. vol. II. p.158.

¹⁵³ PT AHSCMP SCMP-HDL-MGL-001.

¹⁵⁴ PT AHSCMP SCMP-HDL-MGL-001.

¹⁵⁵ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade* (...). p. 181.

encontro do afirmado por Isabel dos Guimarães Sá de que, da amostra em causa, os eclesiásticos mostravam-se mais preocupados “do que os leigos em socorrer diretamente os pobres”¹⁵⁶.

As várias ligações que os testadores construíam em vida, evidenciavam-se no derradeiro momento, olhando para outras instituições (ordens religiosas, irmandades e confrarias) nas suas ofertas. Para além das ordens religiosas indicadas aquando do sepultamento, são concedidas ofertas às confrarias para a manutenção do seu postulado e asseio (*Ecce Homo* de St. Elói, Almas de S. João Novo, Santíssimo Sacramento da paróquia da Vitória e dos Passos de S. João Novo).

Nota-se uma clara preocupação na manutenção de lâmpadas acesas em locais sagrados (3 e 7). De facto, a doação para «luzes» vai subindo à medida que avançamos no século XVIII, começando a ser visível, segundo Laurinda Abreu, a transferência da caridade para este tipo de doações, de forma a contornar a legislação¹⁵⁷.

Por fim, apesar de todas as ressalvas que são necessárias fazer no respeitante à comparação de legados, de forma elucidativa apresentamos as quantias que cada um dos testadores destina aos diferentes legados (Apêndice VI), arriscando um somatório – aproximado – que deve ser lido atendendo a todas as variantes.

5. Confiados na Misericórdia – os testadores

Os estudos quantitativos e comparativos das determinações diluem a natureza individual de cada testador; assim, passamos ao aprofundamento sobre as origens, funções, estatutos e redes de sociabilidade de cada legatário. Recorremos de vários tipos de documentação de foro paroquial e notarial com vista a reconstruir percursos e evidenciar relações.

A complexificação burocrática da SCMP permitiu o desenvolvimento de uma crescente credibilidade junto dos portuenses – e não só – da instituição, atraindo irmãos – de prestígio e condição¹⁵⁸ – bem com legados pela seriedade assumida para com as vontades dos testadores¹⁵⁹. De facto, interessava à SCMP, como a tantas outras instituições, legados de indivíduos sem herdeiros, quer pela possibilidade de uma herança

¹⁵⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos* (...). p. 62-63.

¹⁵⁷ *Ibidem*, pp. 189-190.

¹⁵⁸ Aumento do número de irmãos oriundos do primeiro estado (clero) que, rapidamente, assumem posições de destaque e governo na irmandade: PINTO, Sara – O recrutamento, os gestores, os servidores. In AMORIM, Inês – *Sob o manto da misericórdia*. vol. II. p. 107.

¹⁵⁹ MOREIRA, Ana; ALVES, Patrícia; AMORIM, Inês – Criar Memórias e identidade. In AMORIM – *Sob o manto da misericórdia* (...). vol. II. p. 440-463.

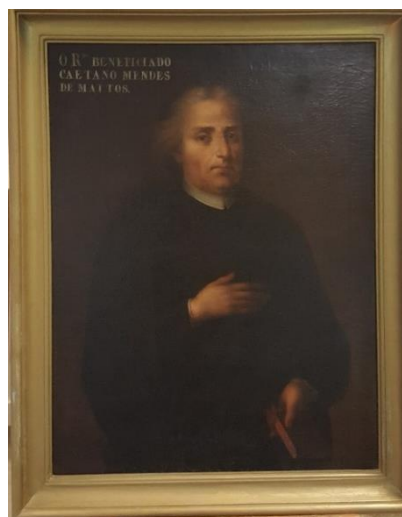
de maiores proporções, quer pelo evitar de desgaste com longos processos de partilha com terceiros¹⁶⁰.

Na cronologia em estudo (1750-1777), foram executados 40 legados, algo que aumentará substancialmente nas décadas seguintes¹⁶¹. Não obstante, o estudo da individualidade torna-se mais difícil quanto menor é a influência social do indivíduo pela reduzida produção documental que possa ter chegado aos nossos dias¹⁶².

5.1. Caetano Mendes e Matos

Caetano Mendes e Matos, residia na Rua Chã, e era filho legítimo de António Gonçalves Mendes e de Jacinta de Matos, que residiam na Rua de S. Bento das Freiras, freguesia da Sé. Neto paterno de António Gonçalves e de Maria Gonçalves, naturais e residentes em Lamego, e neto materno de Nicolau Antunes e Luzia Matos residentes em S. Bento das Freiras, na cidade do Porto (Sé) segundo nos relata a inquirição *de genere*¹⁶³. Foi clérigo *in minoribus* e, em 11 de maio de 1724, recebe o grau de bacharel¹⁶⁴, algo que lhe permitiu colocação entre os beneficiados da Sé¹⁶⁵. A 16 de dezembro de 1730 entrou para a IC¹⁶⁶ e a 23 de abril de 1735 seu irmão Pedro Mendes e Matos¹⁶⁷ ingressou na mesma irmandade como sacerdote formado em Cânones pela Universidade de Coimbra (21/07/1740)¹⁶⁸. António

Figura 1 - *Caetano Mendes e Matos*. João Glama Stoberle, século XVIII.



Fonte - Óleo sobre tela. N. Inv. RT0160. Coleção SCMP – reservas.

¹⁶⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos* (...). p. 30.

¹⁶¹ AMORIM, Inês; COSTA, Patrícia – Património e Economia da Salvação. In AMORIM – *Sob o manto da misericórdia* (...). vol. II. p. 167.

¹⁶² CAMPOS, Maria Amélia – Estudar os homens para conhecer a cidade: o uso da prosopografia para o estudo do clero paroquial de Coimbra na baixa Idade Média (abordagem metodológica). *Revista Signum*. n.º 1, vol. 17 (2016). p. 206.

¹⁶³ PT/ADPRT/DIO/CABIDO/014/1638/38338.

¹⁶⁴ PINTO, António Ferreira - *O cabido da Sé do Porto: subsídios para a sua história*. Porto: Câmara Municipal do Porto, 1940. p. 180.

¹⁶⁵ Vide – HESPANHA, António Manuel - Os Bens Eclesiásticos na Época Moderna: Benefícios, Padroados e Comendas in ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000. N.º 1. ISSN 0874-9671. pp. 59-76.; Infelizmente, não tivemos oportunidade de consultar O Livro Dos Legados, Missas, E Anniversarios, / Q. He Obrigado Satisfazer O R.º Cabb.º (PT/ADPRT/DIO/CABIDO/011/1574), sugestão do revisor.

¹⁶⁶ PT/ICPRT/IC/A/004/0001, fl. 118v.

¹⁶⁷ PT/ICPRT/IC/A/004/0001, fl. 133v.

¹⁶⁸ PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/005268; PT/ADPRT/DIO/CABIDO/014/1639/39476, fl. 476; *O TRIPEIRO*. Série Nova, n.º VI. p. 331.

Mendes e Matos (†12/08/1756)¹⁶⁹, era tabelião de notas nesta cidade¹⁷⁰ e Maria Jacinta Rosa Mendes e Matos (†14/11/1780), solteira e moradora na Rua da Batalha¹⁷¹, eram irmãos dos dois clérigos.

O testamento foi redigido no Paço da Duquesa de Abrantes (D. Maria Margarida de Lorena, 2.^a duquesa de Abrantes), em Arcozelo (Vila Nova de Gaia), a 22 de setembro de 1763, prestando vários serviços como procurador desta casa¹⁷², bem como de João de Almada e Melo¹⁷³.

As propriedades enumeradas, dentro e fora da cidade, contemplavam bens de raiz (em S. Martinho de Refoios) e enfiteuses que pertenciam à Casa de Abrantes (Lordelo do Ouro, Ramalde, Seixo e Canidelo). O beneficiado administrava as rendas das moradas de casas pertencentes à SCMP (Bom Jardim e Bolhão, Souto, Pelames, Bainharia e Fontainhas) e ao Cabido (razão do título de beneficiado da Sé), recebendo 3 000 réis anuais de umas moradas de casas no Campo das Hortas.

Clérigo celibatário, testou em favor da SCMP reservando o direito de usufruto a sua irmã, Maria Jacinta Rosa Mendes e Matos, sob condição de se conservar solteira, proibiu-a de alienar quaisquer bens e alertou que a SCMP deveria, se necessário, em caso de litígios, resolvê-los¹⁷⁴, o que demonstra o suporte judicial reconhecido da instituição.

Os sobrinhos, José Mendes Cambos e Ana Joaquina, que lhe tinham uma dívida, deviam tomar o estado de religiosos¹⁷⁵, e manter-se obedientes à sua tia, Jacinta Rosa. Apenas José Mendes se tornou sacerdote e professor, enquanto Ana Joaquina casou com Manuel José Dias com dote de 1 200 000 réis¹⁷⁶.

Caetano Mendes e Matos era credor, atuando na malha de microcrédito, não o deixando de referir em testamento; contudo, em prol da sua salvação optou por perdoar diversas dívidas (nomeadamente a Manuel Caetano, André Fernandes Guimarães, ao

¹⁶⁹ Sendo solteiro e sem filhos redigiu, em 1755, testamento conjunto com Caetano Mendes e Matos confiando, mutuamente, todos os bens ao que sobrevivesse: PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0006.

¹⁷⁰ *O TRIPEIRO*. Série VI. n.º VI. p. 331; *Idem*, n.º I. p. 198. *Idem*, Série II. n.º I. p. 102.; O qual é referenciado em vários contratos, nomeadamente para a IC: COUTINHO, Bernardo – *A igreja e a irmandade dos Clérigos: apontamentos para a sua história*. Porto: CMP, 1965, pp. 41; 52; 57-58; 112;165.

¹⁷¹ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 202-208.

¹⁷² PT/TT/CABT/A/0017/000253.

¹⁷³ PT/TT/CABT/A/0017/000254.

¹⁷⁴ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 153.

¹⁷⁵ A admissão à vida religiosa estava condicionada à posse de um dote (feminino) ou um benefício (masculino) de forma a assegurar a subsistência dos indivíduos, cumprindo o seu estado privilegiado: SILVA, Hugo Ribeiro da – *Cuidar das Almas*. In AMORIM, Inês – *Sob o manto da Misericórdia*. vol. II. p. 367.

¹⁷⁶ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 202-208.

Capitão Francisco Inácio, aos herdeiros de Maria de Sousa Souselo e os já referidos sobrinhos).

A atribuição de somas reflete as redes que integrava sendo padrinho de Caetano filho de João Silva (12 800 réis) e próximo da família de Catarina Francisca (viúva de André Fernandes) e de sua filha Águeda que herdaram 24 000 réis cada. Deixou 6 400 réis a Teresa (que residia consigo no Paço) e 4 800 a Maria Teresa, que residia em Miragaia. Estas doações podem ser questionadas quanta à natureza que as motivava (afetividade, caridade ou obrigação)¹⁷⁷. Outras determinações de foro religioso e socio caritativo já foram abordadas anteriormente. Faleceu no dia 25 de novembro de 1764, como refere o assentamento no livro de óbitos da IC¹⁷⁸, à qual pertence¹⁷⁹.

5.2. Reverendo Dr. Francisco Xavier de Araújo (Leão)

Francisco Xavier de Araújo era diácono diocesano e residia na Rua das Flores. Filho de João de Araújo Leão e de Mariana Dias (que professou depois de enviuvar)¹⁸⁰, formou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra (26/03/1736)¹⁸¹. Não possuía herdeiros e não transpareceram ligações familiares diretas. O testador foi irmão da SCMP e desempenhou funções como escrivão da SCMP (1764)¹⁸², e da IC onde ingressou a 6 de maio de 1734¹⁸³.

Entre os seus bens encontrámos duas moradas de casas em Aldoar, duas azenhas em Lordelo do Ouro pertença do Convento de Corpus Christi (Gaia) e administrava vários prazos em Barcelos (Santiago da Cruz, Requião, Compostela) e Matosinhos (Sendim), os quais concedeu a familiares e amigos sob cumprimento de algumas condições. Herdou do tio Manuel Ribeiro Poço uma

Figura 2 - Francisco Xavier de Araújo. João Glama Stoberle, século XVIII.



Fonte - Óleo sobre tela. N. Inv. RT0185. Coleção SCMP – reservas.

¹⁷⁷ Não encontrámos, até ao momento, informação sobre as personagens referidas.

¹⁷⁸ PT/ICPRT/IC/A/004/0001, f. 291. Não encontrámos o assento de óbito entre os registos paroquiais da Sé.

¹⁷⁹ Colocamos em apêndice (II) os dados genealógicos recolhidos.

¹⁸⁰ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 172v-177.

¹⁸¹ PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/002399.

¹⁸² OSSWALD, Helena – A força dos pobres e a condição humana: vigiar, acudir e prevenir. In AMORIM, Inês – *Sob o manto da misericórdia (...)*. vol. II. p. 255.

¹⁸³ PT/ICPRT/IC/A/004/0001, fl. 128.

morada de casas na Rua Direita, em Matosinhos, as quais legou ao sobrinho Hipólito, filho de Joana Beleza de Andrade. Na sua livraria detinha 365 obras (728 volumes)¹⁸⁴, pormenor que não deixa escapar no seu retrato¹⁸⁵.

A procura por relações familiares culminou na identificação de dois tios (Manuel Ribeiro Poço (†21/01/1745)¹⁸⁶ e Francisco de Araújo (†1708)¹⁸⁷) que testaram em favor da SCMP. Identificámos algumas relações soltas de parentescos que não viabilizaram um aprofundamento; contudo, esquematizámos em apêndice (III).

O clérigo era credor, participando em ações de microcrédito, prova disso é a quantia de 85 270 réis, que pertencia a António Ferreira de Paiva, e que guardava, e os cerca de 700 000 réis emprestados para a construção de um navio. Ademais, o testador possuía um caderno (transcrito para o livro de administração¹⁸⁸) com os restantes empréstimos contraídos.

O facto de o testamento ter redigido o seu testamento depois de outorgada a “novíssima lei” de 1766, acresce cuidados, anexando duas declarações médicas que atestam o agravamento da sua doença crónica e o seu perfeito juízo¹⁸⁹. Faleceu no dia 23 de setembro de 1767, na paróquia da Sé, como consta dos assentos de óbito (da paróquia da Sé¹⁹⁰ e da IC¹⁹¹). Por fim, o Rev. Gabriel Francisco de Araújo, reitor de Requião, instaurou um processo requerendo o direito à herança, algo que lhe foi concedido, em 1795, pela Casa da Suplicação em prejuízo da SCMP¹⁹².

5.3. Reverendo João dos Santos Álvares Carneiro

João dos Santos Álvares Carneiro, filho de João Álvares Carneiro e de sua esposa, foi sacerdote diocesano e residia acima da Fábrica de Tabaco, paróquia de Santo Ildefonso. Confrade da Irmandade do *Ecce Homo* do convento de Santo Elói, da qual foi mordomo duas vezes, foi mecenas do retábulo de S. Paulo (1749)¹⁹³ – ao qual destinou

¹⁸⁴ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0011.

¹⁸⁵SANTOS, Paula M.M. Leite – Os pintores João Glama, Mendes Lima e Domingos F. Vieira na coleção de retratos da Santa Casa da Misericórdia do Porto I. Baseado nas atas do II Congresso Internacional do Barroco, FLUP, 2001. *O TRIPEIRO*. Série Nova, n° XXIV, p. 181.

¹⁸⁶ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0021

¹⁸⁷ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0010.

¹⁸⁸ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0011.

¹⁸⁹ AMORIM, Inês; COSTA, Patrícia – Património e Economia da Salvação. In. AMORIM – *Sob o manto da misericórdia* (...). vol. II. p. 168.

¹⁹⁰ PT/ADPRT/PRQ/PPRT14/003/0010, fl. 200v.

¹⁹¹ PT/ICPRT/IC/A/004/0002, fl.252.

¹⁹² PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0011, fl. 173-173v.

¹⁹³ COUTINHO – *A igreja e a irmandade dos Clérigos* (...). p. 248.

400 000 réis para uma lâmpada de azeite – e do Santíssimo Sacramento (1748)¹⁹⁴, da igreja da IC¹⁹⁵.

Pela leitura testamentária verificámos que detinha dinheiro a juros e que possuía umas casas na Rua Escura, as quais deixara à prima e ao filho o produto da venda. Confiou o prazo de umas casas na cidade – direito do convento de S. Domingos – a Francisco de Azevedo. Destinou somas fixas a familiares e amigos, concedeu a liberdade às suas escravas, uma pensão (120 réis por dia) e uma quantia de 100 000 réis para Teresa (preta) e de 24 000 réis para Margarida (sobrinha de Teresa). Pelos valores poderemos supor que estes poderia ser destinado a um dote. Esta relação com as escravas enquadra-se naquilo que Guimarães Sá notara de que “na maior parte das ocorrências, são [os escravos] membros de uma família alargada encabeçada pelo testador”¹⁹⁶.

Pela singularidade da sua habitação desejou que a mesma seja vendida e não arrendada. A aplicação dos seus bens em juros deveria reverter para causas socio-caritativas, de forma bem definida: sabendo que os valores renderiam cerca de 100 000 réis ao ano, o testador pretendia que, a cada quatro anos, os parentes próximos ou distantes que pretendessem ingressar na vida religiosa tomassem esse valor como dote/benefício; caso não houvesse candidatos, o valor devia ser repartido entre os hospitais, sufrágios pelo testador e a ofertas para dois dotes das jovens do recolhimento de Nossa Senhora da Esperança, com preferência por aquelas mais velhas e/ou que estejam ligadas ao seu parentesco, ressaltando uma preocupação com o bem-estar e o socorro dos parentes, ao que Guimarães Sá apelida de preocupações dinásticas¹⁹⁷.

Faleceu no dia 26 de dezembro de 1762, como atesta o termo de abertura e o registo de óbito¹⁹⁸.

5.4. Josefa Maria dos Santos

Josefa Maria dos Santos, viúva do capitão Matias Mendes dos Santos, residia na Rua da Bainharia (paróquia da Sé). O seu testamento faz referência à novíssima lei, tendo este sido redigido a rogo, a 12 de outubro de 1766, por João Peixoto da Silva. Trata-se de

¹⁹⁴ COUTINHO – *A igreja e a irmandade dos Clérigos (...)*. p. 259.

¹⁹⁵ PATROCÍNIO, Pe. Francisco José - Notícia da Irmandade, Igreja e Torre dos Clérigos. *O TRIPEIRO*. Série II, nº I. p. 76; SMITH, Robert C. - Nicolau Nasoni e a venerável Ordem Terceira de S. Francisco do Porto. *O TRIPEIRO* Série VI, nº V. p. 9.

¹⁹⁶ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos (...)*. p. 26.

¹⁹⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos (...)*. p. 62.

¹⁹⁸ PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/003/0008, fl. 100 -100v.

um documento bastante breve e com um enfoque sobretudo religioso, tendo por herdeira universal a SCMP.

Solicitava que, estando para breve a sua morte, a SCMP desse conta de tudo o que tinha em casa para que parte do recheio fosse dado às sobrinhas, ressaltando uma dívida contraída por Josefa Francisca Pacheco Pereira, no valor de 4 000 cruzados (=1 600 000 réis) e ordena que a quantia fosse aplicada em sufrágios¹⁹⁹.

Não encontramos o acento de óbito entre os registos da Sé pelo que registámos a data de abertura: 2 de dezembro de 1769.

5.5. Luís Correia Pacheco Pereira

Luís Correia Pacheco Pereira, membro de uma das mais antigas famílias da cidade, era filho de Luís Correia dos Santos, que pertencia à casa de Sua Majestade, cavaleiro da Ordem de Cristo e residia no Sítio dos Ferradores, com a sua esposa, Maria Joaquina de Tovar e Noronha, à qual destinou a quantia de 100 000 réis por ano ou 5 000 cruzados de uma só vez, e ainda 500 000 réis para que gastasse no que bem entendesse²⁰⁰.

Ofertou 600 000 réis a dois clérigos que o acompanharam (ou seja, os Rev. Daniel Francisco e Rev. José de Pinho e Sousa), entregando-lhes o cumprimento dos legados e a execução de parte dos sufrágios, algo que a novíssima lei proibira, impedindo os intervenientes na redação do testamento estarem diretamente envolvidos nas determinações. É notório um favorecimento quer pela preferência nos sufrágios, quer no pagamento de dívidas e de doações pelos serviços prestados, levando-nos a desconfiar da real correspondência com as vontades do testador.

Figura 3 - Luís Correia Pacheco Pereira. João Glama Stoberle, século XVIII.



Fonte - Óleo sobre tela. N. Inv. RT0213. Coleção SCMP – reservas.

¹⁹⁹ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 197v-202.

²⁰⁰ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 155v-163.

O fidalgo tinha uma parente professa no convento de Santa Clara, Rafaela Ricarda Pacheco²⁰¹, que renunciara à herança paterna para aí ingressar; doravante, concedeu-lhe uma tença 80 000 réis anuais e, aquando da sua morte, destinou 3 000 cruzados (1 200 000 réis) para o convento. Ademais, pretendeu que fossem saldadas as dívidas que tinha com Luís Amorim, Rev. José de Pinho e as que restavam de seu pai.

Viu a sua condição confirmada pelos reis D. João V²⁰² e D. José I²⁰³, dos quais obteve mercês, atestando a sua nobreza de sangue²⁰⁴, possibilitando o ingresso na Ordem de Cristo²⁰⁵.

Por fim, ressaltou que, executadas todas as vontades, o dinheiro que sobrasse deveria ser aplicado no hospital de D. Lopo. O seu falecimento, a 25 de maio de 1762 (segundo o termo de abertura), foi resultado de uma doença prolongada, da qual pede perdão aos familiares²⁰⁶.

5.6. Reverendo Manuel Carneiro de Araújo

Manuel Carneiro de Araújo, filho de João Carneiro Araújo (†1708), familiar do Santo Ofício, e Maria Teresa, residentes na freguesia de S. Nicolau. Neto paterno de Manuel de Araújo Aranha, ourives²⁰⁷ e de Margarida Carneiro (+29/9/1677), sepultada no convento de Monchique²⁰⁸. Residia na Rua Chã e alcançou o cargo de mestre-escola da Sé do Porto²⁰⁹. A pesquisa genealógica foi facilitada pela ligação familiar à Paróquia de S. Nicolau (Porto)²¹⁰.

Figura 4 - Manuel Gomes Leitão. João Glama Stoberle, século XVIII.



Fonte - Óleo sobre tela. N. Inv. RT0307. Coleção SCMP – reservas.

²⁰¹ Escusado será referir o escalonamento social pautado pelo ingresso em determinadas casas de vida religiosa. O Convento de Santa Clara recebia as filhas da fidalguia das principais cidades do reino.

²⁰² PT/TT/RGM/C/0021/56957; PT/TT/RGM/C/0021/56958.

²⁰³ PT/TT/RGM/D/0015/87810.

²⁰⁴ PT/TT/JIM-JJU/002/0325/00007.

²⁰⁵ PT/TT/MCO/A-C/002-010/0017/00143.

²⁰⁶ A forma contrita como se refere à sua doença, e as desculpas dirigidas à família, levam a considerar tratar-se de uma doença infetocontagiosa, por exemplo, sífilis.

²⁰⁷ Recorremos à obra de Gonçalo Vasconcelos e Sousa (SOUSA, Gonçalo Vasconcelos e – *Alguns ourives do ouro e da prata do Porto, familiares do Santo Ofício: 1617-1734*. Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 1995.), mas não encontramos referência a este ourives.

²⁰⁸ PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/003/0004/00004.

²⁰⁹ PT/ADPRT/DIO/CABIDO/014/1637/37234, fl. 234. Infelizmente, não tivemos oportunidade de consultar O Livro Dos Legados, Missas, E Aniversarios, / Q. He Obrigado Satisfazer O R.º Cabb.º (PT/ADPRT/DIO/CABIDO/011/1574), sugestão do revisor.

²¹⁰ Colocámos em Apêndice (IV) os dados genealógicos recolhidos.

O testador fez parte do conselho governativo aquando da vacância da diocese (11 de janeiro de 1717)²¹¹, tomando posições de destaque em cerimónias públicas da urbe, como a bênção da primeira pedra da igreja da IC (2/VI/ 1732)²¹², ou presidindo a instituições de relevo como a IC, em 1750²¹³, e a SCMP, em 1728²¹⁴. A sua notoriedade foi referida na revista *O Tripeiro*²¹⁵.

Pela leitura do seu testamento²¹⁶, observámos que o testador desejou que os seus bens fossem vendidos em hasta pública, à exceção de uma alcatifa e de uma bacia de prata que destinou ao rito de lava-pés de Quinta-Feira Santa²¹⁷. O produto da venda foi aplicado a juros possibilitando o pagamento de 200 000 réis anuais à irmã, Inês Angélica Ferreira, valor que, pela sua morte, herdaria a SCMP.

Previu o pagamento do dote de Leonor Clara ao convento de Monchique (36 000 réis) – o mesmo onde fora sepultada a avó paterna –, concedendo-lhe uma tença anual de 60 000 réis.

Na sua condição de padrinho, concedeu quantias aos afilhados, amigos, criados e aos escravos (oferecendo a liberdade e passagem para o Brasil). Algo que nos permite aceder às suas relações de proximidade e influência, aproximando-nos do universo de atuação do testador. O reitor do colégio da Companhia de Jesus foi nomeado para o caso de existirem complicações com a execução do testamento, o que nos faz pensar sobre o prestígio da congregação nesta época, anterior à sua expulsão (1769). A 6 de julho de 1777, pela morte de Inês Angélica Ferreira, terminou o seu direito de usufruto e todos os bens passam para a SCMP²¹⁸. Não encontramos o seu registo de óbito nos registos da Sé, pelo que assumimos que, pela data do termo de abertura, faleceu a 30 de dezembro de 1755.

5.7. Abade Manuel Gomes Leitão

Abade de Gestaçô (Baião), Manuel Gomes Leitão, natural de Santa Maria da Feira, filho de António Gomes Leitão e de Isabel Pereira²¹⁹, redigiu o seu testamento em 1760, tendo por universal herdeira a SCMP, reservando direito de usufruto aos irmãos:

²¹¹ PINTO, António Ferreira - *O cabido da Sé do Porto* (...). Porto: CMP, 1940. p.127.

²¹² PINTO, António Ferreira - *O cabido da Sé do Porto* (...). Porto: CMP, 1940. p.127.

²¹³ COUTINHO - *A igreja e a irmandade dos Clérigos* (...). p. 209.

²¹⁴ AMORIM, Inês - *Sob o manto da Misericórdia*. Vol. II. p. 485.

²¹⁵ GLAMA, João. *O TRIPEIRO*. Série Nova, nº XXIV. p. 180.

²¹⁶ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 139-142v.

²¹⁷ Esta bacia foi uma das peças derretidas para a execução do lampadário do altar do Senhor Jesus: PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0018.

²¹⁸ PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0018.

²¹⁹ PT/AEP/CURSGC-CE/007- 01/00626.

Rev. José Carlos Leitão (†16/04/1785) e Maria Luísa que residiam consigo na casa paroquial. A reserva deste direito prende-se com o reconhecimento da ajuda dados pelos familiares ao longo da sua vida, a tal ponto de o seu irmão o ajudar na vida paroquial, como coadjutor, sem qualquer rendimento²²⁰.

Dispunha de 30 000 cruzados (= 12 000 000 réis) a juros de 2,5% ao ano nos mosteiros de Tarouca e Salzedas e de uma morada de casas na Vila da Feira, as quais legou à sua irmã. Em 1758 redige as memórias paroquiais de Gestaçô²²¹.

Desejou que fosse colocada uma lâmpada de azeite junto do Santíssimo Sacramento na altar-mor, a qual sabemos que custava à SCMP 19 200 réis ao ano e que, por verba insuficiente, tal legado terminou a 19 de janeiro de 1819²²². Deixava bens para a construção de um hospital para alienados, valor empregado na construção do hospital de Santo António (o seu retrato (fig. 5) esteve exposto neste hospital). Não tendo ligação direta à cidade do Porto, poderemos considerar o alargamento do círculo de influência e de captação de legados da SCMP.

Faleceu a 23 de julho de 1760, como nos comprova o registo de óbito redigido por seu irmão, como coadjutor da paróquia de Gestaçô²²³, que nos dá conta dos dias de “vida terrena” – 67 anos, 7 meses e 21 dias, ou seja, terá nascido a 9 de junho de 1693.

5.8. Reverendo (Doutor) Manuel José de Azevedo

O Reverendo Doutor²²⁴ Manuel José de Azevedo, residia na Rua da Fábrica na paróquia de Santo Ildefonso e não possuía herdeiros ascendentes e descendentes, nem referências a familiares (o que impossibilitou uma pesquisa genealógica). Foi clérigo diocesano e redigiu o seu testamento a 17 de janeiro de 1766, onde contemplou a legou a totalidade dos seus bens a sufrágios e obras pias. Para cumprimento das suas vontades, nomeou vários testamenteiros (OTC, OTSF, IC, Dr. Bernardo António Soares, Pe. Sebastião José Peixoto, Pe. Fr. João de Azevedo)²²⁵, sabendo que, pelo registo de óbito de 13 de abril de 1766²²⁶, nem a OTSF nem a IC aceitaram. A SCMP foi interveniente apenas como herdeira, recebendo ofertas para os hospitais.

²²⁰ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 149v-151.

²²¹ PT/TT/MPRQ/17/40.

²²² PT AHSCMP SCMP-HDL-MGL-001.

²²³ PT/ADPRT/PRQ/PBAO05/003/0005, fl. 213v-214.

²²⁴ Apesar de ser identificado como doutor, a pesquisa no AUC não forneceu resultados compatíveis com a naturalidade do testador e com o período formativo.

²²⁵ PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004, fl. 163v-166.

²²⁶ PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/003/0008, fl. 154v.

Considerações finais

A natureza qualitativa deste estudo permite ultrapassar generalizações e dados abstratos das tendências recolhidas por outros autores suprarreferidos e passar para o concreto da individualidade de cada personagem.

Com base nos critérios de seleção predefinidos, obtemos uma amostra de oito dos 40 benfeitores que testaram em favor da SCMP entre 1750 e 1777, em que seis dos oito testadores eram membros do primeiro Estado – o clero – correspondendo àquilo que a SCMP procurou durante a primeira metade da centúria (homens solteiros, sem descendência e com abundância de bens). Os dois leigos (4 e 5) permitiram reconhecer a realidade laical, ou seja, da comunidade em geral perante a iminência da morte, notando, de igual modo, as suas redes de sociabilidade e influência, procurando a salvação individual e familiar através das invocações, dos rituais e dos legados pios.

A análise biográfica favoreceu um olhar sobre o clero – não obstante a sua heterogeneidade – que se movimentava de forma ágil dentro da sociedade local, regional e transatlântica como agentes de microcrédito, rendeiros, fiadores e investidores, extravasando a sua condição clerical e evidenciando redes de sociabilidade e influência. O mesmo método levou-nos a refletir sobre o conceito de família através da reconstrução genealógica verificando várias opções de vida celibatária, quer pela obrigação do ministério, quer pela opção pessoal/ familiar de assim se conservar.

A realidade portuguesa vem seguindo aquilo que foram as tendências registadas ao longo do período barroco (1649-1750), verificando-se uma realidade próxima à da cidade de Braga. São indicativos alguns aspetos que os vários estudos gerais vão dando sobre a realidade.

Seguindo o panorama nacional, as invocações sofrem uma redução substancial, a tal ponto que dois testadores – mesmo sendo clérigos – não as realizam. Pelos percursos biográficos identificados poderemos tecer hipóteses para tal fenómeno, como a maior literacia ou a secularização da própria vida, tendo em conta que estes investiram quantias substanciais em obras de caridade.

Pelos rituais denotamos uma preocupação com o acompanhamento, ou seja, com a pompa do cortejo fúnebre, que reflete a posição social e financeira do indivíduo, que procuram ser sepultados em igrejas de ordens religiosas, revestidos de vestes sacerdotais, hábito franciscano ou da Ordem de Cristo.

Os legados pios podem ser divididos em duas partes: a de foro religioso e a de foro socio-caritativo. Todos os testadores tocam estas duas realidades; contudo, é

inegável, a preocupação dos clérigos no apoio socio caritativo, como podemos verificar pela preocupação com a construção de um hospital para alienados, conceção de juros para a dotação de órfãs, para o cuidado dos doentes e o envio dos enfermeiros pessoais para prestar auxílio. O fidalgo destina uma soma redonda para os hospitais (50 000 réis) e Josefa Maria dos Santos nem os considera. Assim, pela amostra de dados, poderemos aprofundar as implicações diretas e indiretas dos clérigos na assistência na cidade do Porto consubstanciando aquilo que Guimarães Sá verificara nas centúrias anteriores, quer fosse pela consciência de que a caridade também era veículo de salvação, quer pela consciência das necessidades sociais²²⁷. Se Laurinda Abreu ressaltou que “os cuidados da alma tendiam a sobrepor-se aos do corpo”²²⁸, nos casos que estudámos, salientámos uma crescente preocupação com os cuidados do corpo, não menosprezando os da alma.

As conclusões revelam-se interrogações cada vez mais fundamentadas, abrindo horizontes de investigação em outras áreas como a economia e a finança. Os indivíduos em estudo moviam-se em várias áreas. Pelo método utilizado quebramos generalizações e abordámos a individualidade de cada testador. O estudo destas oito personagens permitiu um vislumbre concreto dos benfeitores da SCMP, aproximando-nos do seu quotidiano, vontades, sentimentos e desejos, que poderão dar substância para outras abordagens de estudo.

²²⁷ SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos* (...). p. 63.

²²⁸ ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade* (...). p. 174.

Fontes

Fontes impressas

ORDENAÇÕES FILIPINAS (OF). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985. Fac-simile da edição feita por Cândido Mendes de Almeida. Rio de Janeiro, 1870. Livro IV. [Consult. 04 jan. 2023]. Disponível em: WWW:<URL:<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/14ind.htm>>.

SOUSA, João de – *Constituições Sinodais do bispado do Porto / novamente feitas e ordenadas pelo Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Dom João de Sousa, Bispo do dito bispado(...)*. Coimbra: Real Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1735. [Consult. 20 jan. 2023]. Disponível em: WWW:<URL:https://catalogo.up.pt/exlibris/aleph/a23_1/apache_media/AJK5QH21G1X8PGMVTM44IUSMG76H7C.pdf>.

CASTRO, Estevão de, S.J. – *Breve aparelho, e modo facil pera ajudar a bem morrer hum christão, com a recopilção da materia de testamentos & penitencia, varias orações devotas, tiradas da Escritura Sagrada, & do Ritual Romano de N. S. P. Paulo V*. Lisboa: Matheus Pinheiro, 1627. [Consult. 11 jan. 2023]. Disponível em: WWW:<URL: https://purl.pt/17290/4/r-23009-p_PDF/r-23009-p_PDF_24-C-R0150/r-23009-p_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf>.

COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição topografica, e historicada cidade do Porto que contem a sua origem, situação e antiguidades (...)*. Porto: Oficina de Antonio Alvarez Ribeiro, 1789. [Consult. 27 fev. 2023]. Disponível em: WWW:<https://purl.pt/22517/4/res-2031-p_PDF/res-2031-p_PDF_24-C-R0150/res-2031-p_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf>.

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital do Porto (ADP)

Inquirições *de génere*:

Caetano Mendes e Matos – PT/ADPRT/DIO/CABIDO/014/1638/38338.

Pedro Mendes e Matos – PT/ADPRT/DIO/CABIDO/014/1639/39476.

Manuel Carneiro de Araújo – PT/ADPRT/DIO/CABIDO/014/1637/37234.

Registos paroquiais:

Registo de óbito de João dos Santos Álvares –

PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/003/0008, fl. 100-100v.

Casamento dos pais de Manuel Carneiro de Araújo –

PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/002/0005/00011.

Óbito Margarida Carneiro - PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/003/0004/00004.

Batismo António Rosa - PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/001/0005/00025.
Batismo Luísa Bernarda Josefa - PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/001/0009/00012.
Batismo Benta - PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/001/0009/00027.
Batismo João - PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/001/0009/00034.
Batismo Maria - PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/001/0009/00043.
Batismo Inês Angélica Araújo - PT/ADPRT/PRQ/PPRT13/001/0009/00057.
Registo de óbito – Manuel Gomes Leitão –
PT/ADPRT/PRQ/PBAO05/003/0005, fl. 213v -214.
Registo de óbito de Manuel José de Azevedo -
PT/ADPRT/PRQ/PPRT12/003/0008, fl. 154v.

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (AHSCMP)

Livro de Testamentos - PT AHSCMP SCMP-HDL-001-0004.

Livro de Administração:

Caetano Mendes Matos e sua irmã - PT AHSCMP SCMP-HDL-008-0006.
João dos Santos Álvares - PT AHSCMP SCMP-HDL-005-0021.
Luís Correia Pacheco Pereira - PT AHSCMP SCMP-HDL-LCPP-001.
Manuel Gomes Leitão – PT AHSCMP SCMP-HDL-MGL-001.

Compromisso da Misericórdia do Porto 1646 - PT AHSCMP SCMP-M-002-0005.

Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC)

Estudantes da Universidade de Coimbra (1537-1910):

António Mendes e Matos –PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/005268.
Francisco Xavier de Araújo - PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/002399.
Manuel Carneiro de Araújo (tio)– PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/008231.
Manuel Carneiro Araújo – PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/A/008232.

Arquivo da Irmandade dos Clérigos (AIC)

Registo de óbito de Caetano Mendes Matos – PT/ICPRT/IC/A/004/0001, fl.291.
Registo de óbito do Dr. Francisco Xavier de Araújo – PT/ICPRT/IC/A/004/0002, fl. 252.

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT)

Declaração de recessão de dote - PT/TT/CABT/A/0017/000254.
Carta de procuração – Caetano Mendes de Matos – PT/TT/CABT/A/0017/000253.

Diligência de entrada na Ordem de Cristo – Luís Correia Pacheco Pereira - PT/TT/JIM-JJU/002/0325/00007.

Ingresso na Ordem de Cristo - Luís Correia Pacheco Pereira – PT/TT/MCO/A-C/002-010/0017/00143.

Mercês de D. João V – Luís Correia Pacheco Pereira – PT/TT/RGM/C/0021/56957; PT/TT/RGM/C/0021/56958.

Mercês de D. José I – Luís Correia Pacheco Pereira – PT/TT/RGM/D/0015/87810.

Arquivo Episcopal do Porto (AEP)

Auto de Património – José Carlos Leitão (1732)–PT/AEP/CURSGC-CE/007-01/00626.

Bibliografia

ABREU, Laurinda – As relações entre o Estado e a Igreja em Portugal, na segunda metade do século XVIII: o impacto da legislação pombalina sobre as estruturas eclesiais. In FARIA, Ana Isabel; BRAGA, Isabel Drumond (coords.) – *Problematizar a História: Estudos de história moderna em Homenagem a M^a do Rosário Themudo Barata*. Casal de Cambra: Caleidoscópico, 2007. ISBN 978-989-8129-16-1.

ABREU, Laurinda – *Setúbal na modernidade: memórias da alma e do corpo*. Coimbra: [edição de autor], 1998. Tese de doutoramento em história moderna.

ALVES; Natália Marinho F. – *A arte da talha no Porto na Época barroca*. Porto: AHMP, 1989. vol. II.

AMORIM, Inês (coord.) – *Sob o manto da Misericórdia – contributos para a história da Santa casa da Misericórdia do Porto*. Porto: Almedina, 2018. vol. I/II. ISBN 978-972-40-7207-4.

ARAÚJO, Ana Cristina – *A Morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995. Tese de doutoramento.

ARIÉS, Philippe – *O homem perante a morte*. Mem. Martins: Publicações Europa-América, 2000.

CAMPOS, Maria Amélia – Estudar os homens para conhecer a cidade: o uso da prosopografia para o estudo do clero paroquial de Coimbra na baixa Idade Média (abordagem metodológica). *Revista Signum*. n.º 1, vol. 17 (2016). pp. 196-217.

CAPELA, José Viriato (coord.); MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério – As freguesias do distrito do porto na Memórias paroquiais de 1758. In CAPELA, José

- Viriato (coord.) – *Portugal nas Memórias Paroquiais de 1758*. Braga: Edição de autor, 2009. ISBN 978-972-98662-4-1.
- FERRAZ, Norberto Tiago Gonçalves – *A Morte e a Salvação da Alma na Braga setecentista*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2014. Dissertação de doutoramento.
- GODINHO, Vitorino Magalhães – *Prix et monnaies au Portugal :1750-1850*. Paris: Armand Colin, 1955.
- LE GOFF, Jacques – *O nascimento do Purgatório*. 2ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. ISBN 972-33-0884-3.
- MORAIS, Antonieta Lopes Vilão – *Pintura nos séculos XVIII e XIX na galeria de retratos dos benfeitores da Santa Casa da Misericórdia do Porto*. Porto: [Edição de autor], 2001.
- MORAIS, Maria Antonieta Lopes Vilão Vaz de – *Pintura nos séculos XVIII e XIX na galeria dos retratos dos benfeitores da Santa casa da Misericórdia do Porto*. Porto: [Edição de Autor], 2001.
- PINTO, António Ferreira – *O cabido da Sé do Porto: subsídios para a sua história*. Porto: CMP, 1940.
- RODRIGUES, Maria Manuela M. – *Morrer no Porto durante a época barroca*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1991. Dissertação de mestrado em História Moderna.
- ROSA, Maria de Lurdes – «*As almas herdeiras*». *Fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*. Lisboa: [edição de autor], 2005. Dissertação de doutoramento em História Medieval (EHESS (Paris) e NOVA FCSH).
- SÁ, Isabel dos Guimarães – *O regresso dos mortos. Doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI-XVII)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018. ISBN 978-972-671-485-9.
- SILVA, Sara M. Cerqueira – *O “Breve aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer hum cristão” do padre Estevão de Castro (1621)*. Porto: Faculdade de Letras, 1996. Tese de mestrado em História da Cultura Portuguesa (Época Moderna).

Apêndice

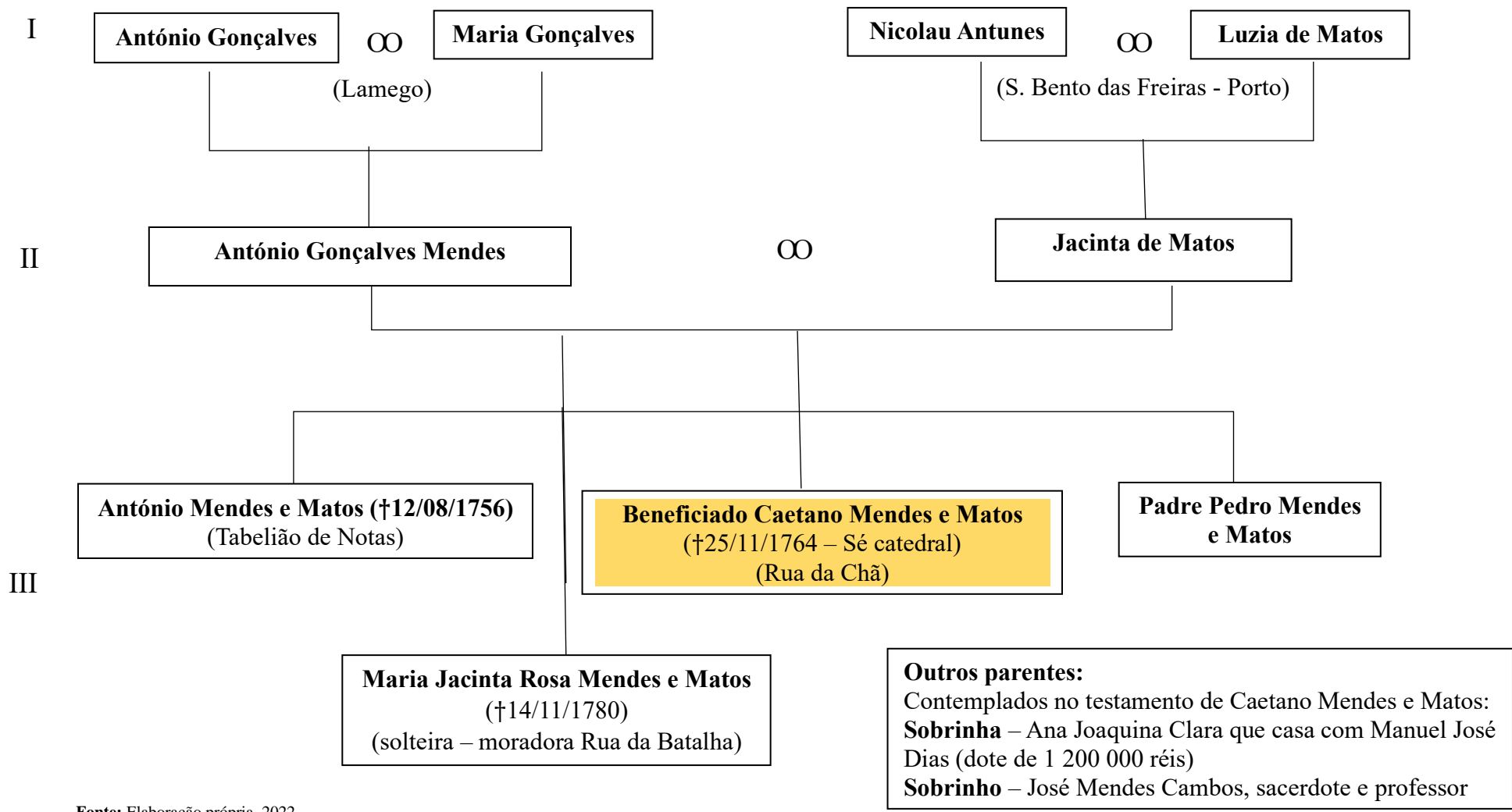
Tabela 4 – campos de análise estabelecidos para recolha de dados

Identificação do testador	Nome completo		
	Filiação		
	Estado civil		
	Residência/Paróquia		
	Ocupação		
	Data da redação		
	Data da morte (†)		
Intervenientes	Herdeiro		
	Escrivão (treslado)		
	Redator		
	Abertura		
	Lugar da redação		
	Aprovação		
	Testemunhas		
Testamenteiro			
Motivo	Estado de Saúde		
	Espiritualidade		
Invocações	Inicial	.	
	Ato de Fé		
	Intercessores		
Rituais	Sacramentos		
	Mortalha		
	Acompanhamento		
	Sepultura		
	Cerimónias (ofícios e missas)		

	Gastos (total)	
Disposições materiais	Disposições materiais	
	Direitos paroquiais	
	Nomeação de herdeiros	
	Indicação de legatários	
	Pagamento e cobrança de vida	
	Reserva de usufruto	
	Atribuição de pensões	
	Estabelecimento de encargos	
	Legados Pios	Sufrágios pelo próprio
Sufrágios por outros		
Legados pios		
Total de sufrágios (reis)		
Observações		
Fonte		

Fonte: Elaboração própria, 2022

Genealogia de Caetano Mendes e Matos (Beneficiado da Sé)

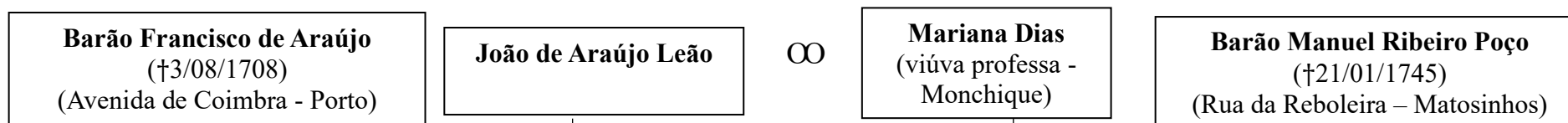


Fonte: Elaboração própria, 2022

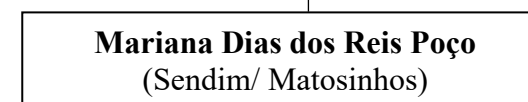
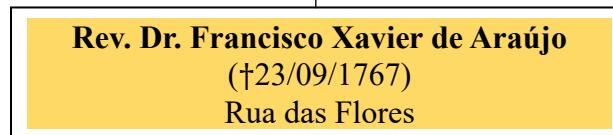
Genealogia de Reverendo Doutor Francisco Xavier de Araújo

I

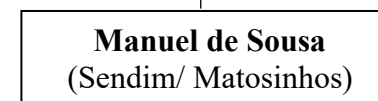
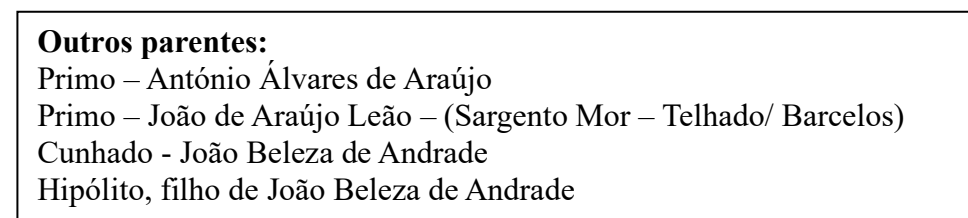
II



III

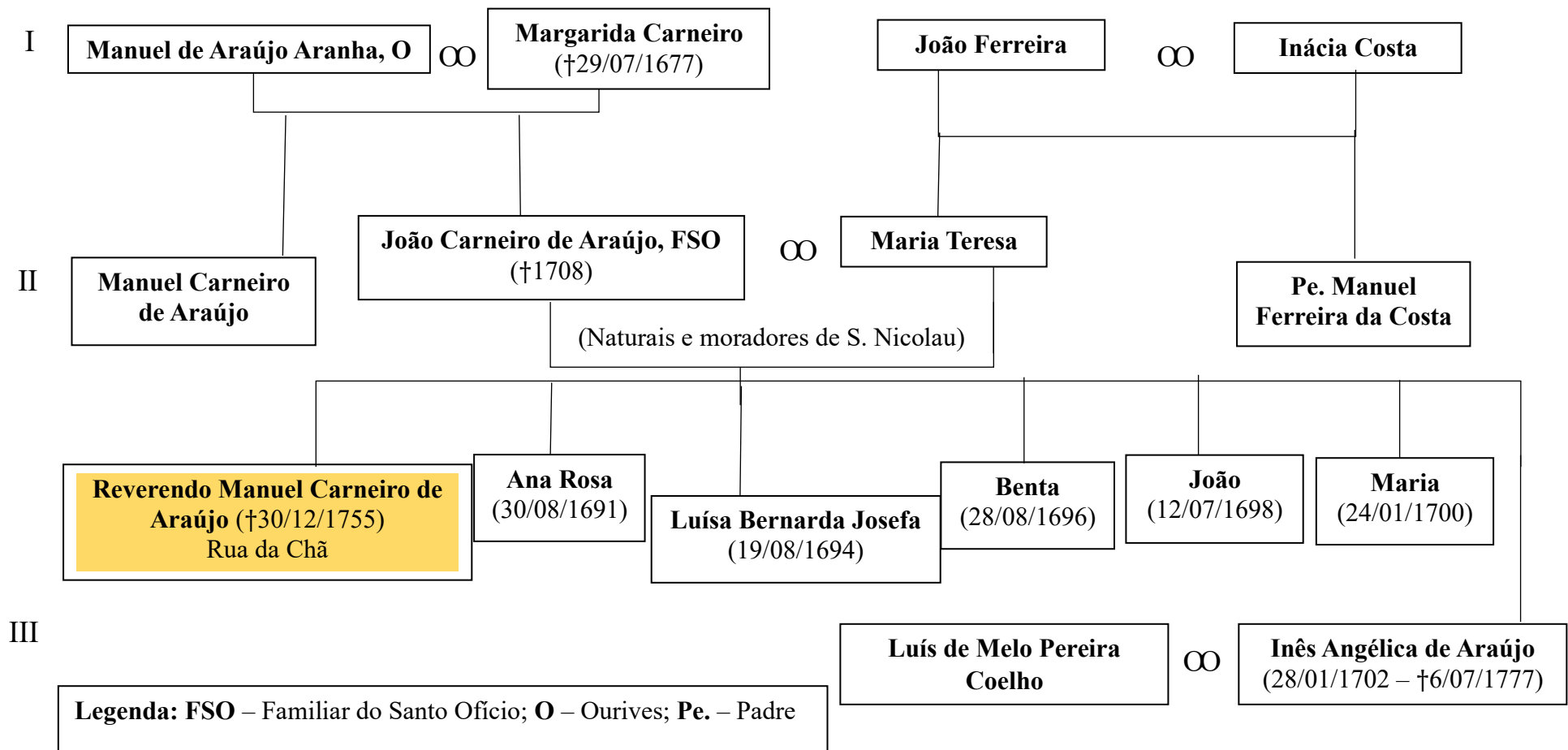


IV



Fonte: Elaboração própria, 2022

Genealogia do Reverendo Manuel Carneiro de Araújo



Fonte: Elaboração própria, 2022

Tabela 5 – Legados Pios para Hospitais (em réis)

	Testadores	Cimo da Vila – Entrevadas	Dos entrevados	D. Lopo	Sta. Clara	S. Lázaro	Outros
1	Caetano Mendes e Matos	120 réis a cada doente	120 réis a cada doente	120 réis a cada doente	120 réis a cada doente	120 réis a cada doente	O seu enfermeiro e enfermeira vão servir no hospital D. Lopo - obrigados a fazer o despejo dos doentes de dois em 2 dias (antes da visita do médico e depois da visita)
2	Rev. Dr. Francisco Xavier de Araújo	120 réis a cada	120 réis a cada	-	100 réis a cada	120 réis a cada	-
3	Rev. Dr. João dos Santos Álvares	240 réis cada.	240 réis a cada	240 réis a cada	240 réis a cada	240 réis a cada	-
5	Luís Correia Pacheco Pereira	50 000 réis	50 000 réis	-	-	50 000 réis	-
6	Rev. Manuel Carneiro de Araújo	O que sobrar dos juros deixados para as órfãs	-	-	-	-	-
		O que sobrar do que se dá aos 12 leprosos	-	-	-	40 réis por dia (12 leprosos)	-

7	Ab. Manuel Gomes Leitão	Construção de um hospital novo para os pobres miseráveis de queixas incuráveis (30 000 cruzados (= 12 000 000 réis) a juros)
8	Rev. Dr. Manuel José de Azevedo	Aplicação, após a morte dos irmãos, da renda de 3 000 cruzados (=1 200 000 réis) para todos os hospitais da cidade.

Fonte: AHSCMP, Testamentos Tomo 4.º 1716 a 1802, 20

Tabela 5 - Legados Pios para Hospitais (em réis)

		Sufrágios		Órfãos e recolhidas	Presos	Hospitais/ doentes	Pobres	O R seculares/ regulares	Confrarias/ OT	Direitos paroquiais	Total (aproximado)
		Pelo próprio	por outros								
1	Caetano Mendes e Matos	120 réis a cada**	24 000	9 600**	100/120 réis a cada**	120 réis a cada**	-	20 000	-	2 400	56 000
2	Rev. Dr. Francisco Xavier de Araújo	482 000	384 000	-	100 réis a cada**	120 réis a cada**	-	400 000 ²²⁹	400 000 ²³⁰	4 800	1 670 800
3	Rev. Dr. João dos Santos Álvares	40 000	-	54 800	-	240 réis a cada**	-	4 800	511 200	4 000 000	4 610 800
4	Josefa Maria dos Santos	84 000	40 000	-	-	-	11 600	-	4 800	4 800	145 200
5	Luís Correia Pacheco Pereira	5 580 000	480 000	80 000	50 000	150 000	-	-	70 000	24 000	6 434 000
6	Rev. Manuel Carneiro de Araújo	560 000	-	2 400 000*	-	40 réis ao dia**	20 000	8 608 000	98 000	7 400	11 693 400
7	Abade Manuel Gomes Leitão	720 000	0	0	0	12 000 000*	150 000	-	-	-	12 870 000
8	Rev. Dr. Manuel José de Azevedo	131 040	-	-	condicionado ²³¹	1 200 000*	-	-	50 000 ²³²	2 400	1 383 440

Fonte: AHSCMP, Testamentos Tomo 4.º 1716 a 1802, 2068.

*aplicar a juros

**não confirmámos o número de indivíduos em causa á data, pelo que o valor é impreciso

²²⁹ A aplicar no cuidado dos doentes da Ordem Terceira de São Francisco.

²³⁰ A aplicar no cuidado dos doentes da IC. Fonte: Elaboração própria, 2022

²³¹ A oferta de 1 440 réis aos presos está condicionada à recusa, por parte do pároco de St. Ildefonso, de realizar os ofícios pedidos.

²³² Rendimento anual de 50 000 réis.

A viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil (1783-1792): um olhar sobre as comunidades locais

Rita Alexandra Ferreira Costa

ritaferreiracosta16@gmail.com

Resumo

O presente artigo ocupa-se do estudo das comunidades locais da Amazônia, tendo como observatório primordial a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil, entre 1783 e 1792. Durante nove anos, esta viagem recolheu informações sobre a Botânica, a Zoologia, a Biologia e a Antropologia do território brasileiro. Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo compreender de que forma o naturalista encarregue desta viagem, Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), e a sua equipa, constituída por dois ilustradores, José Joaquim Freire e Joaquim José Codina, bem como por um jardineiro botânico, Agostinho do Cabo, perceberam e representaram as comunidades locais da Amazônia. Para concretizar tal proposta, o uso de fontes produzidas durante esta expedição pretende proporcionar o levantamento de alguns dados sobre os povos nativos. Inserindo-se no século XVIII, correspondente ao fomento da História Natural e dos seus respetivos domínios como a Botânica, a Zoologia, a Mineralogia, a Lógica, a Ética e a Metafísica, esta expedição científica ao Brasil revela-se um sólido exemplo da união entre os interesses científicos, políticos e económicos do Estado português.

Palavras-chave: Alexandre Rodrigues Ferreira; Amazônia; Brasil; comunidades locais; viagem filosófica

Abstract

The present article focuses on the study of the local communities of the Amazon, having as its main observatory the philosophical voyage of Alexandre Rodrigues Ferreira to Brazil, between 1783 and 1792. During nine years, this trip collected information on the Botany, Zoology, Biology and Anthropology of the Brazilian territory. Thus, this paper aims to understand how the naturalist in charge of this journey, Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), and his team, consisting of two illustrators, José Joaquim Freire and Joaquim José Codina, as well as a botanical gardener, Agostinho do Cabo, perceived and represented the local communities of the Amazon. To accomplish such proposal, the use of sources produced during this expedition intends to provide a survey of some data about the native peoples. Set in the eighteenth century, corresponding to the promotion of Natural History and its respective fields such as Botany, Zoology, Mineralogy, Logic, Ethics and Metaphysics, this scientific expedition to Brazil is a solid example of the union between the scientific, political, and economic interests of the Portuguese state.

Keywords: Alexandre Rodrigues Ferreira; Amazon; Brazil; local communities; philosophical voyages

Abreviaturas e siglas

AHC – Arquivo Histórico Ultramarino

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

ARCL - Academia Real das Ciências de Lisboa

BND Brasil - Biblioteca Nacional Digital do Brasil

BND Portugal - Biblioteca Nacional Digital de Portugal

Loc. - Localização

Introdução

A viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, entre 1783 e 1792, resultou numa vasta produção documental, escrita e iconográfica, sobre temáticas que podem, nos dias correntes, ser encaixadas em quatro áreas dominantes, a Botânica, a Zoologia, a Geografia e a Antropologia²³³. Ainda assim, devemos compreender que os assuntos relativos a estas temáticas se encaixavam, no século XVIII, na denominada *Filosofia Natural*, conceito que será devidamente desenvolvido adiante. É na temática relacionada com a área de estudo que hoje designamos por *Antropologia* que se centra a atenção do presente artigo, que tem como objetivo principal compreender o olhar do naturalista-chefe, Alexandre Rodrigues Ferreira, autor de inúmeros documentos escritos produzidos em contexto desta expedição, mas também dos *riscadores*²³⁴ que o acompanharam, José Joaquim Freire e Joaquim José Codina. A estes dois últimos estava incumbida a responsabilidade de executar ilustrações a respeito de alguns aspetos da viagem, entre os quais os que se relacionavam com as comunidades locais da Amazónia.

Para a concretização do objetivo que nos propomos a atingir, será necessário responder a algumas questões de partida, que nos guiem na análise documental devidamente explorada no presente artigo. Em primeiro lugar, é crucial compreender a natureza das observações feitas pelo naturalista-chefe da expedição e pela sua equipa, isto é, perceber quais os aspetos mais salientados nas fontes primárias. Consequentemente, entender se existem discrepâncias nas várias descrições destas comunidades, ou seja, compreender se as fontes escritas e iconográficas se coadunam, ou não, entre si. Por último, e talvez a questão mais complexa a tentar responder, de que forma esta viagem contribuiu para o conhecimento das comunidades locais da Amazónia, no Brasil?

O presente trabalho congrega ainda informações sobre o estado da arte do tema, destacando alguns trabalhos e autores incontornáveis para a compreensão e, eventualmente, um estudo mais aprofundado sobre a expedição em questão. Posteriormente, será também feita uma contextualização desta viagem, com o propósito de realizar um enquadramento desta iniciativa e compreender as razões da sua execução.

²³³ As áreas mencionadas anteriormente apenas se desenvolveram como tal durante o século XIX. Por isso, a utilização destas designações pautou-se apenas por uma questão prática, para que o leitor compreenda que a viagem filosófica chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira não se caracterizou apenas pela observação e descrição das comunidades locais do Brasil.

²³⁴ *Riscador* é a palavra que designa a pessoa encarregue de ilustrar os aspetos concernentes à viagem. A expressão é equivalente à palavra *ilustrador* nos dias correntes.

Partindo destas informações, o artigo segue com a pesquisa das fontes primárias, a seleção, a crítica e a metodologia aplicada às mesmas, apresentando no final os resultados deste percurso de investigação.

1. Estado da arte

A leitura de bibliografia adequada ao tema é uma das etapas essenciais a qualquer trabalho de investigação. Por seu turno, a seleção da mesma exigiu a definição de critérios que pudessem responder ao que procurávamos. Em primeiro lugar, o que é uma *viagem filosófica*? Que entidade tomou a iniciativa de realizar esta expedição? Quais as razões para tal execução? De que forma esta foi realizada? Quais os seus objetivos? Quem era Alexandre Rodrigues Ferreira e quais as razões da escolha desta personagem para a chefia da viagem ao Brasil?

Foi com o acesso a bases de dados e a repositórios institucionais, e com a respetiva pesquisa nas mesmas ferramentas, que selecionamos uma ampla bibliografia baseada nas questões colocadas anteriormente. É relevante referir que o tema em questão prima pela interdisciplinaridade, encontrando não apenas historiadores a investigar sobre o tema, mas também pessoas com formações académicas distintas. Para além disso, não nos baseamos apenas em bibliografia recente para executar o presente artigo. Na verdade, as leituras efetuadas balizam-se entre 1939 e 2021, o que permitiu também compreender as transformações relativas à abordagem do assunto ao longo do tempo.

A historiografia sobre este tópico debruça-se essencialmente sobre dois ângulos de análise. Por um lado, o primeiro dedica-se a tratar a vida, obra e carreira do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, mencionando a viagem filosófica como exemplo de iniciativa do século XVIII, que tinha como principal objetivo o conhecimento efetivo do espaço em questão e das circunstâncias que se relacionavam com o mesmo. Por outro lado, a segunda perspetiva, que remete para uma historiografia mais recente, aposta no estudo desta expedição científica e de todo o acervo produzido resultante da mesma. Deste modo, destacamos alguns investigadores que desenvolveram trabalhos sobre o assunto e que são incontornáveis para o entendimento do tema que ocupa o presente artigo. Primeiramente, no que respeita à bibliografia que retrata a vida, obra e carreira de Alexandre Rodrigues Ferreira, destacam-se os seguintes investigadores, segundo ordem alfabética, e os seus estudos devidamente referenciados em nota de rodapé: Manuel

Cadafaz de Matos²³⁵; Osvaldo Rodrigues da Cunha²³⁶; Rosemarie Erika Horch²³⁷ e Virgílio Corrêa Filho²³⁸. No que concerne ao segundo ângulo historiográfico, que se foca em entender e explorar o conteúdo da viagem filosófica, destacam-se os seguintes autores, também elencados segundo ordem alfabética: Ângela Domingues²³⁹; Christian Fausto Moraes dos Santos, Eulália Maria Aparecida Moraes e Rafael Dias da Silva Campos²⁴⁰;

²³⁵ MATOS, Manuel Cadafaz de - *No segundo centenário da Viagem Filosófica, de Alexandre Rodrigues Ferreira, por terras do Brasil*. Lisboa: Academia da Marinha, 1993

²³⁶ CUNHA, Osvaldo Rodrigues da - *O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira: uma análise comparativa de sua Viagem Filosófica (1783-1793) pela Amazônia e Mato Grosso com a de outros naturalistas posteriores*. [Em linha]. Belém-Pará: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1991. [Consult. 4 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL:https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/486>. ISBN 85-7098-023-X

²³⁷ HORCH, Rosemarie Erika - Alexandre Rodrigues Ferreira, um cientista brasileiro do século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* [Em linha]. Nº30 (1989), p. 149-159 [Consult. 8 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL:https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70489>. ISSN 2316-901X

²³⁸ FILHO, Virgílio Corrêa - *Alexandre Rodrigues Ferreira: vida e obra do grande naturalista brasileiro*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Companhia Editoria Nacional, 1939. [Consult. 5 de novembro 2021] Disponível na Internet: <URL: http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

²³⁹ DOMINGUES, Ângela - No trilha da "viagem filosófica" de Alexandre Rodrigues Ferreira: uma breve história das suas coleções e sua disseminação. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* [Em linha]. Vol.16, nº3 (2021), p. 1-15. [Consult. 6 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/i/2021.v16n3/>. ISSN 2178-2547

DOMINGUES, Ângela - Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos* [Em linha]. Vol. 8, suplemento (2001), p. 823-838. [Consult. 6 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: https://www.scielo.br/j/hcsm/i/2001.v8suppl0/>.ISSN 1678-4758

DOMINGUES, Ângela - *Viagens e exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: Instituto de História de Além Mar, 1991. (Analecta transmarina). ISBN 972-648-052-3

²⁴⁰ MORAES, Eulália Maria Aparecida de; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CAMPOS, Rafael Dias da Silva - Filosofia Natural Lusa: A Viagem Philosophica e a Política Iluminista na América Portuguesa Setecentista. *Confluenze - Rivista di Studi Iberoamericani* [Em linha]. Vol. 4, nº1 (2011), p. 75-91. [Consult. 9 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: https://confluenze.unibo.it/article/view/3083>. ISSN 2036-0967

Ermelinda Pataca Moutinho²⁴¹; Lorelai Kury²⁴², Ronald Raminelli²⁴³ e William Joel Simon²⁴⁴.

Os autores consultados são salientados na contextualização que se segue sobre a viagem filosófica. No entanto, são também mencionados outros trabalhos que, apesar de importantes para o entendimento da questão, são complementares para a compreensão dos seus contornos e, por isso, são estudos coadjuvantes.

2. Contextualização da viagem filosófica ao Brasil (1783-1792)

2.1. O Iluminismo na Europa

Se é verdade que o *Iluminismo* desempenhou um papel de relevo no pensamento europeu²⁴⁵, não podemos perceber este fenómeno como uma característica que se cinge à Europa da Época Moderna. A visão dominante sobre este tópico debruçou-se sobre aquilo que o historiador Sebastian Conrad apelida de *singularidade europeia*, como se o *Iluminismo* tivesse sido apenas fruto da cultura deste continente durante a Idade Moderna. A explicação predominante para este fenómeno, baseada no eurocentrismo, tem vindo a alterar-se. Desta forma, devemos compreender o século XVIII, tempo que ocupa o presente artigo, como um século com dinâmicas influenciadas pelas centúrias anteriores, percebendo que o *Iluminismo* foi uma troca e convergência de ideias, provenientes de intelectuais e locais distintos, que não apenas os europeus²⁴⁶.

²⁴¹ PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel - Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Sociedade Brasileira de História da Ciência* [Em linha]. Vol. 3, nº3 (2005), p. 58-79. [Consult. 1 março de 2022]. Disponível na Internet: <URL: https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=126> ISSN 2176-3275

PATACA, Ermelinda – *Terra, água e ar nas viagens portuguesas (1755-1808)*. [Em linha]. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2006. [Consult. 18 setembro 2023]. Tese de Doutoramento. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/364616>>

²⁴² KURY, Lorelai – Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* [Em linha]. Vol. 11, suplemento 1 (2004), p. 109-129. [Consult. 9 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.scielo.br/j/hcsm/i/2004.v11suppl1/>>. ISSN 1806-9592

²⁴³ RAMINELLI, Ronald – Ciência e colonização – Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo* [Em linha] Nº 6 (1997). [Consult. 6 de janeiro de 2022]. Disponível na Internet: <URL: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg6-10.pdf>. ISSN 1980-542X

RAMINELLI, Ronald; SILVA, Bruno – Teorias e imagens antropológicas na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792). *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Vol. 9, Nº 2 (2014), p. 323-342. [Consult. 6 de janeiro de 2022]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/J3ynVVbCdXj84Y3htFXTW8S/?lang=pt>>. ISSN 1981-8122

²⁴⁴ SIMON, William Joel - *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983. (Centro de estudos de cartografia antiga)

²⁴⁵ BAUMER, Franklin L. - *O pensamento europeu moderno*. Lisboa: Edições 70, 1990. Vol. 1. s/ISBN

²⁴⁶ CONRAD, Sebastian - Enlightenment in Global History: A Historiographical Critique. *The American Historical Review* [Em linha]. Vol. 117, nº 4 (2012), p. 999-1027. [Consult. 2 setembro 2023]. Disponível

No que respeita à Europa²⁴⁷, de forma bastante sumária, o *Iluminismo* abrangeu inúmeras áreas, como a Filosofia, bem como aquelas que atualmente designamos como *ciências sociais e naturais*. Grosso modo, este fenómeno, reservado às elites, visava o progresso da sociedade através da utilização da Razão, sendo de modo geral caracterizado pelos seus valores otimistas em relação ao futuro²⁴⁸. A razão-crítica foi a chave para o Racionalismo, que já se tinha vindo a destacar ainda no século XVII. Outra particularidade para o entendimento do século XVIII é a existência da imprensa há largas centúrias, que teve um papel fundamental na disseminação do conhecimento científico²⁴⁹.

As várias formas de influência do *Iluminismo* nos diversos cantos da Europa traduziram-se numa pluralidade de realidades ao longo deste continente²⁵⁰. Segundo esta perspectiva, as análises comparativas podem ser arriscadas, na medida em que esvaziam determinadas regiões de especificidades em detrimento de uma confrontação que, algumas vezes, não é necessária para um entendimento pleno de um determinado tópico. Todavia, compreender as influências deste movimento cultural no reino português é fundamental para entender a viagem filosófica ao Brasil. Visando, alguns autores, a opinião de que o domínio colonial era exercido segundo julgamentos eurocêntricos²⁵¹, que concebiam a Europa como *civilizada* e os domínios ultramarinos como espaços *bárbaros*²⁵², a expedição científica executada neste local surge como observatório pertinente para o estudo das comunidades locais.

na Internet: <URL: <https://academic.oup.com/ahr/article/117/4/999/33183>> ISSN 1937-5239

²⁴⁷ Note-se que este movimento não teve as mesmas características em todos os locais onde se desenvolveu. Desta forma, é essencial demonstrar que as influências do *Iluminismo* podem ser mais ténues ou mais fortes dependendo do lugar estudado.

²⁴⁸ SILVA, Kalina Vanderlei; Silva, Maciel Henrique – Iluminismo. In SILVA, Kalina Vanderlei; Silva, Maciel Henrique – *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2015.

²⁴⁹ SANTOS, Christian Fausto Moraes dos – Das memórias do Arco do Cego: divulgação científica na América Portuguesa do século XVIII. *Diálogos* [Em linha]. Vol. 12, nº 1 (2008), p. 207-225. [Consult. 10 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Diálogos/article/view/38212>>. ISSN 2177-2940

²⁵⁰ ARAÚJO, Ana Cristina – *A Cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. (Temas de História de Portugal). ISBN 972-24-1233-8

²⁵¹ RAMINELLI, Ronald – Ciência e colonização – Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo*. [Em linha] Nº 6 (1997). [Consult. 6 de janeiro de 2022]. Disponível na Internet: <URL: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/art6-10.pdf>. ISSN 1980-542X

RAMINELLI, Ronald; SILVA, Bruno – *Teorias e imagens antropológicas na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792)*. Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Vol. 9, Nº 2 (2014), p. 323-342. [Consult. 6 de janeiro de 2022]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/J3ynVVbCdXj84Y3htFXTW8S/?lang=pt>>. ISSN 1981-8122

²⁵² LEITE, José Nailton; LEITE, Cecília Sayonara G. – Alexandre Rodrigues Ferreira e a formação do pensamento social na Amazônia. *Estudos Avançados* [Em linha]. Vol. 25, nº68 (2010), p. 273-289. [Consult. 9 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10478>>. ISSN 1806-9592

Portanto, compreendemos que as questões relacionadas com o *Iluminismo* são complexas²⁵³ e devem ser acompanhadas por uma reflexão sobre os contextos onde este fenómeno teve influência, percebendo as especificidades de cada espaço.

2.2. O *Iluminismo* português

O *Iluminismo*, tanto em Portugal como em outros locais, foi um movimento intelectual bastante diverso e complexo, que pode ser observado segundo inúmeras perspetivas. No que respeita ao presente trabalho, interessa compreender de que modo este fenómeno afetou o conhecimento científico no reino português.

Segundo este ponto de vista, destacamos as reformas nos estudos superiores, uma vez que este ângulo de análise se relaciona intrinsecamente com a viagem científica ao Brasil. Salientamos o reinado de D. José I (1750-1777), bem como a ação do seu secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal (1699-1782). Apesar de não ter sido uma iniciativa executada durante o reinado mencionado, as mudanças promovidas durante o mesmo foram o mote para que, mais tarde, durante o governo de D. Maria I (1777-1816), as políticas ultramarinas possuíssem a necessidade de conhecimento efetivo dos territórios colonizados. Na Universidade de Coimbra, instituição que formava as elites dirigentes do reino português, estas transformações pautaram-se pela contratação de professores estrangeiros para lecionarem em Portugal, estimulando a área da História Natural²⁵⁴. Sobre esta questão, destacamos a figura de Domenico Vandelli (1735-1816), italiano²⁵⁵. Evidenciamos a importância desta ação, na medida em que sabemos que Vandelli trocava correspondência

²⁵³ Ainda que o presente artigo não se caracteriza por uma discussão relacionada apenas com o *Iluminismo*, consideramos importante sugerir alguns trabalhos para o aprofundamento do tópico em questão: O'BRIEN, Karen – *Narratives of Enlightenment. Cosmopolitan History from Voltaire to Gibbon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. ISBN 9780511519079

PADGEN, Anthony – *The Enlightenment and Why It Still Matters*. Oxford: Oxford University Press, 2013. ISBN 9780199660933

PORTER, Roy - *The Creation of the Modern World: The Untold Story of the British Enlightenment*. New York: W.W. Norton, 2000.

²⁵⁴ CARVALHO, Rómulo de - *A História Natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. (Biblioteca breve). s/ISBN

²⁵⁵ CARNEIRO, Ana; SIMÕES, Ana – Enlightenment Science In Portugal: The Estrangeirados and their Communication NetWorks. *Social Studies of Science – SAGE Journals* [Em linha]. Vol.30, nº4 (2000), p. 591-619. [Consult. 4 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL:https://journals.sagepub.com/action/doSearch?filterOption=thisJournal&SeriesKey=sssb&AllField=Enlightenment+Science+in+Portugal+>. ISSN 1460-3659

com Carl Von Linné²⁵⁶, sueco, fundador da taxonomia moderna²⁵⁷, demonstrando o acompanhamento da produção de conhecimento científico que se executava em locais distintos. Este exemplo leva-nos a compreender a circulação de conhecimento durante a Época Moderna, uma vez que o método de classificação de seres vivos mencionados era já aceite por alguns intelectuais no século XVIII, nomeadamente em Portugal e na Espanha²⁵⁸.

Vandelli começou por lecionar no Real Colégio dos Nobres, sendo posteriormente professor de Alexandre Rodrigues Ferreira, na Universidade de Coimbra, na área de História Natural. Sobre esta instituição devemos ainda referir que as reformas dos estudos se aliaram aos valores da racionalidade, no que respeita ao conhecimento científico, criando alguns organismos que materializaram estas vontades, como foi o caso da Faculdade de Filosofia onde estudou Alexandre. Entre os restantes organismos destacam-se o Gabinete de História Natural da Universidade de Coimbra, essencial para o aprofundamento do conhecimento nesta área²⁵⁹, sendo também crucial indicar o papel do Jardim Botânico da Ajuda, interpretado como um polo de preparação e de execução da viagem filosófica ao Brasil²⁶⁰. Portanto, as reformas mencionadas podem ser

²⁵⁶ Carl Von Linné é uma figura completamente crucial para o entendimento da expedição científica que se realizou no Brasil entre 1783 e 1792. A taxonomia fundada por este foi amplamente divulgada durante o século XVIII. Contudo, esta divulgação só pode ser entendida se percebermos de que forma este mantinha uma ampla rede de contactos com os intelectuais europeus. Entre algumas das personagens com quem Linné trocava correspondência encontra-se Domenico Vandelli, professor de Alexandre Rodrigues Ferreira durante o tempo em que este foi aluno na Universidade de Coimbra. Claro está que esta viagem filosófica não se explica apenas por esta rede de contactos, mas há que salientar a importância das trocas de conhecimento científico durante o século XVIII.

²⁵⁷ A taxonomia moderna é uma forma utilizada para classificar os seres vivos, dividindo os mesmos numa hierarquia. Era, por isso, uma forma de organização. A pertinência desta afirmação prende-se com o facto de a viagem filosófica em questão abranger também áreas como a Botânica ou a Zoologia, para além das comunidades locais que ocupam o presente artigo.

²⁵⁸ GARCÍA, Margarita Eva Rodríguez – Lejos del gabinete: viajes científicos a la América portuguesa y española (1777-1792) y representación de la naturaleza. *Memorias – revista digital de Historia y Arqueología desde el caribe colombiano* [Em linha]. Nº25 (2015), p. 144-177. [Consult. 8 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.redalyc.org/toc.oa?id=855&numero=36228>>. ISSN 1794-8886

GARCÍA, Margarita Eva Rodríguez; COSTA, Ana Maria – Relaciones ocultas a fines del siglo XVIII: la specimen florae americae meridionalis (1780) del Real Jardim Botânico da Ajuda y los diseños científicos de la Real Expedición Botánica al virreinato peruano. *Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia* [Em linha]. Vol. 68, nº1 (2016) [Consult. 8 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5807382>>. ISSN L:0210-4466

²⁵⁹ POMBO, Nívia -A cidade, a universidade e o Império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII). *Intellèctus*. [Em linha]. Vol. 4, nº2 (2015). [Consult. 9 setembro 2023]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellèctus/article/view/20978>>. ISSN 1676-7640

²⁶⁰ PATACA, Ermelinda – *Terra, água e ar nas viagens portuguesas (1755-1808)*. [Em linha]. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2006. [Consult. 18 setembro 2023]. Tese de Doutoramento. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/364616>>

interpretadas como uma cooperação entre o Estado português e a Universidade de Coimbra²⁶¹.

2.3. O conceito de *Filosofia Natural* e as motivações para a viagem filosófica ao Brasil

Apesar das reformas nos estudos executadas durante o governo de D. José I, foi apenas no reinado da sua filha, D. Maria I (1777-1816), que a iniciativa de exploração dos territórios ultramarinos foi lançada. Apesar do seu reinado ter ficado conhecido como a *viradeira*, segundo alguns investigadores o tempo em que reinou pautou-se pela manutenção de algumas características provenientes do reinado anterior²⁶². Um elemento transversal aos dois reinados, que marcou também o século XVIII e é de capital importância para a compreensão da expedição científica em questão, é o conceito de *Filosofia Natural*.

A definição deste último é bastante complexa e não pode deixar de ser compreendida segundo um panorama mais amplo do que apenas a Época Moderna. A *Filosofia Natural* deriva de um desenvolvimento de dinâmicas e transformações constantes sobre o conhecimento científico, não devendo ser interpretado como uma particularidade do século XVIII. Por seu turno, as frequentes transformações mencionadas eram executadas através de uma reinterpretação de trabalhos de alguns intelectuais da Antiguidade, figuras com larga influência no campo científico até aos finais da Idade Moderna e princípios da contemporaneidade²⁶³. Chegando ao século XVIII, este conceito abrangia conhecimento respeitante a “animais, plantas e minerais, além da Matemática [...], Astronomia, Química, e a Medicina”²⁶⁴. Através da convergência de vários aspetos respeitantes a estas áreas, a *Filosofia Natural* tinha como

²⁶¹ POMBO, Nívia - A cidade, a universidade e o Império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII). *Intellectus*. [Em linha]. Vol. 4, nº2 (2015). [Consult. 9 setembro 2023]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/20978>>. ISSN 1676-7640

²⁶² RAMOS, Luís A. de Oliveira - *D. Maria I*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 2007. (Reis de Portugal). ISBN 978-972-42-3901-9

²⁶³ CONCEIÇÃO, Gisele C. - *Natureza Ilustrada: Processos de construção e circulação de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII*. [Em linha]. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2019. [Consult. 6 novembro 2021]. Cap. 1 - Filosofia Natural. Disponível em WWW: <URL: <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id024id1727&sum=sim>>. ISBN 978-989-8970-21-3

²⁶⁴ CONCEIÇÃO, Gisele C. - *Natureza Ilustrada: Processos de construção e circulação de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII*. [Em linha]. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2019. [Consult. 6 novembro 2021]. Cap. 1 - Filosofia Natural, p. 31. Disponível em WWW: <URL: <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id024id1727&sum=sim>>. ISBN 978-989-8970-21-3.

principal função a compreensão do Universo como “um todo interligado”²⁶⁵. De uma forma bastante sucinta, o conceito em questão representava um meio para atingir a compreensão da relação entre o Homem e o que o circundava, o Universo, nas suas várias facetas. Compreender este conceito é também crucial para relacionar as categorias que existiam, já no século XVIII, para diferenciar de forma teórica as viagens exploratórias. As primeiras eram as *viagens políticas*, onde os investigadores deviam levantar dados concernentes às pessoas que ocupavam um determinado espaço, tecendo também considerações sobre outros aspetos da sua vida, como é o caso da jurisprudência, dos seus transportes e das suas relações comerciais. Por outro lado, e ainda que vejamos algumas características semelhantes entre as categorias estabelecidas, as *viagens filosóficas* deviam recolher informações respeitantes aos três reinos, a saber, animal, vegetal e mineral²⁶⁶.

Por isso, a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira pode ser interpretada como uma materialização do conceito de *Filosofia Natural* e das transformações que, através do movimento iluminista, se deram em Portugal durante o século XVIII. Assim sendo, encontra-se em evidência o carácter científico desta expedição, não esquecendo também que foi durante o reinado de D. Maria I que ocorreu a fundação da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 1779, que manteve estreitas relações com a divulgação do conhecimento científico entre as elites intelectuais²⁶⁷. Porém, as motivações científicas não foram as únicas que deram origem à viagem filosófica com destino ao Brasil.

Os motivos de ordem económica foram também um motor preponderante para a realização deste tipo de expedições. Os recursos minerais, como o ouro e os diamantes do Brasil, escasseavam no final do século XVIII. Para além disso, Portugal apresentava uma balança comercial negativa, importando mais do que exportava²⁶⁸. Tendo como objetivo o equilíbrio destes dois denominadores, o reconhecimento dos recursos a

²⁶⁵ CONCEIÇÃO, Gisele C. - *Natureza Ilustrada: Processos de construção e circulação de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII*. [Em linha]. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2019. [Consult. 6 novembro 2021]. Cap. 1 - Filosofia Natural, p. 31. Disponível em WWW: <URL: <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id024id1727&sum=sim>>. ISBN 978-989-8970-21-3.

²⁶⁶ PATACA, Ermelinda – *Terra, água e ar nas viagens portuguesas (1755-1808)*. [Em linha]. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2006. [Consult. 18 setembro 2023]. Tese de Doutoramento. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/364616>>

²⁶⁷ BRAGA, Isabel Drumond – Luzes, natureza e pragmatismo em Portugal: o contributo da Real Academia das Ciências no século XVIII. *Revista Tempo* [Em linha]. Vol. 22, nº41 (2016), p. 551-565. [Consult. 2 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.scielo.br/j/tem/i/2016.v22n41/>>. ISSN 1980-542X

²⁶⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza de – O Império Luso-Brasileiro: 1750-1822. In. SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986

explorar nas colónias afigurou-se um ato essencial para colmatar estas dificuldades, tendo sido esta perspetiva largamente promovida por Vandelli, que defendia que o conhecimento científico devia estar ao serviço da economia portuguesa²⁶⁹.

Para além destas motivações, o carácter geopolítico da expedição deve ser alvo de breves comentários. Na sequência da assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, tentando resolver algumas disputas entre Portugal e Espanha, o Tratado de Santo Ildefonso emerge, em 1777, visando a resolução de alguns problemas relacionados com os limites territoriais das colónias sul-americanas dos dois reinos mencionados. Assim, o esforço para definir a fronteira entre as colónias dos países ibéricos materializou-se no envio de comissões aos territórios ultramarinos, cuja principal função era cartografar estas delimitações. No entanto, para lograr tal objetivo era necessário conhecer de forma efetiva o espaço²⁷⁰.

Se, por um lado, os fatores mencionados condicionaram os objetivos da viagem, por outro, revelam-se como características específicas desta expedição, uma vez que não havia padrões estabelecidos para estas viagens, ainda que existissem instruções. Deste modo, as expedições científicas devem ser interpretadas como uma convergência de interesses, tanto dos naturalistas que as chefiavam, que procuravam uma solidificação da carreira, mas também daqueles que incentivavam a viagem. No caso português, destacamos neste último ponto o Estado português e o financiamento fornecido à viagem, mas também Domenico Vandelli quando sugeriu Alexandre Rodrigues Ferreira como intelectual indicado para ocupar o lugar de naturalista-chefe da viagem ao Brasil, como veremos adiante. Tendo chegado a Portugal em 1764, Vandelli desenvolveu inúmeras ações que serviram para transformar e solidificar o conhecimento científico do século XVIII²⁷¹.

2.4. A equipa da viagem filosófica ao Brasil

A necessidade do conhecimento efetivo dos espaços coloniais gerou o lançamento de várias expedições que percorreram os territórios ultramarinos portugueses, entre os quais o Brasil. A viagem a este local foi chefiada pelo naturalista Alexandre Rodrigues

²⁶⁹ CARDOSO, José Luís - From natural history to political economy: the enlightened mission of Domenico Vandelli in late eighteenth-century Portugal. *Studies In History and Philosophy of Science* [Em linha]. Vol.34, nº4 (2003), p. 781-803. [Consult. 2 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0039368103000645>>. ISSN 0039-3681

²⁷⁰ DOMINGUES, Ângela – *Viagens e exploração geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: Instituto de História de Além Mar, 1991. (Analecta transmarina.). ISBN 972-648-052-3

²⁷¹ PATACA, Ermelinda – *Terra, água e ar nas viagens portuguesas (1755-1808)*. [Em linha]. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2006. [Consult. 18 setembro 2023]. Tese de Doutoramento. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/364616>>

Ferreira. Nascido a 27 de abril de 1756²⁷² na cidade de Salvador, na capitania da Bahia de Todos os Santos, no Brasil, no seio de uma família com algumas posses económicas, suspeita-se que o seu pai, Manuel Rodrigues Ferreira, tenha sido um traficante de escravos e que pretendia que Alexandre prosseguisse a carreira eclesiástica²⁷³. Apesar de ter tomado as ordens menores com apenas 12 anos, no Brasil²⁷⁴, Ferreira veio para Portugal dois anos mais tarde, inscrevendo-se, entre 1772 e 1773, na Faculdade de Leis. Todavia, as reformas dos estudos superiores que se vinham a desenvolver levaram a que o futuro naturalista se matriculasse, em 1774, na Faculdade de Filosofia, onde terminou o curso quatro anos depois, em 1778²⁷⁵.

A convite de um dos seus professores, Domenico Vandelli, cuja importância também já foi abordada, tornou-se demonstrador de História Natural na Universidade e, em 1779, doutor em Filosofia. Entre 1780 e 1783 foi eleito sócio correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa e realizou trabalhos de treino para a expedição que viria a protagonizar em 1783, praticando a observação e a descrição e desenvolvendo também alguns estudos de descrição de produtos naturais no Real Museu da Ajuda²⁷⁶. Através de Vandelli, Alexandre foi indicado a Martinho de Melo e Castro, secretário dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, para desempenhar o papel de naturalista-chefe desta viagem. Com este percurso académico e com a sua carreira profissional, Alexandre Rodrigues Ferreira percorreu, durante nove anos, cerca de 39. 000 km com a sua equipa²⁷⁷. A expedição foi executada através dos cursos fluviais existentes no

²⁷² A bibliografia que consultamos aponta a data mencionada para o nascimento de Alexandre Rodrigues Ferreira. Contudo, esta mesma bibliografia também nos informa que existem opiniões divergentes quanto ao mês do nascimento do naturalista. Se, por um lado, alguns autores apontam para o mês de abril, por outro, há estudiosos que indicam o mês de setembro.

²⁷³ CUNHA, Osvaldo Rodrigues da – *O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira: uma análise comparativa de sua Viagem Filosófica (1783-1793) pela Amazônia e Mato Grosso com a de outros naturalistas posteriores*. [Em linha]. Belém-Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. [Consult. 4 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL:https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/486>. ISBN 85-7098-023-X

²⁷⁴ FILHO, Virgílio Corrêa – *Alexandre Rodrigues Ferreira: vida e obra do grande naturalista brasileiro*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1939. [Consult. 5 de novembro 2021] Disponível na Internet: <URL: http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>

²⁷⁵ HORCH, Rosemarie Erika – Alexandre Rodrigues Ferreira, um cientista brasileiro do século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* [Em linha]. Nº30 (1989), p. 149-159 [Consult. 8 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL:https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70489>. ISSN 2316-901X

²⁷⁶ MATOS, Manuel Cadafaz de - *No segundo centenário da Viagem Filosófica, de Alexandre Rodrigues Ferreira, por terras do Brasil*. Lisboa: Academia da Marinha, 1993

²⁷⁷ Consultar o mapa 1 nos anexos - SIMON, William Joel - *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983. (Centro de estudos de cartografia antiga)

território brasileiro, sendo inicialmente planeado efetuar a deslocação da equipa a partir dos rios entre as regiões de Belém e Cuiabá, regressando pelo Rio Tocantins. No entanto, este plano foi alterado aquando do decurso da viagem, voltando a equipa pelos mesmos cursos fluviais que tinha utilizado na sua ida²⁷⁸.

A escolha de Alexandre Rodrigues Ferreira parece ter correspondido a alguns parâmetros estabelecidos previamente. Segundo Ermelinda Pataca e a sua interpretação do trabalho de José António de Sá²⁷⁹, membro correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, e doutor em Leis pela Universidade de Coimbra, os viajantes deviam ter inúmeras qualidades “do corpo, dotes da alma, instrução política e instrução filosófica”²⁸⁰. Sobre os dois últimos aspetos mencionados, compreendemos a importância da formação na Universidade de Coimbra e o facto de um vasto número de viajantes ter sido formado em Leis na mesma instituição, ainda que esse não seja o caso de Alexandre Rodrigues Ferreira. Por sua vez, Ferreira foi acompanhado por, pelo menos, três outros homens. José Joaquim Freire, *riscador*, formado na Aula de Desenho e Lavra de Metais da Fundação do Real Arsenal do Exército, e Joaquim José Codina, também *riscador*, provavelmente possuidor da mesma formação, tendo ocupado lugar na Casa do Risco do Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda. Nesta expedição seguiu ainda Agostinho do Cabo, jardineiro botânico, falecido em 1789 durante o decorrer da viagem, em Vila Bela, Mato Grosso, afiliado ao Real Museu e ao Jardim Botânico da Ajuda²⁸¹.

Durante o reinado de D. Maria I foram lançadas outras viagens às restantes colónias, como foi o caso de Moçambique, Angola e Cabo Verde. Todavia, a particularidade que se deve destacar, e que diferencia a viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Brasil das restantes, foi o seu investimento por parte do Estado português, sendo esta expedição aquela que mais custos acarretou²⁸². Devemos

²⁷⁸ PATACA, Ermelinda – *Terra, água e ar nas viagens portuguesas (1755-1808)*. [Em linha]. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2006. [Consult. 18 setembro 2023]. Tese de Doutoramento. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/364616>>

²⁷⁹ SÁ, José António – *Compendio de observações que formão o plano da Viagem Política, e filosofica, que se deve fazer dentro da Patria. Dedicado a sua Alteza Real o sereníssimo príncipe do Brasil. Pelo Doutor José Antonio de Sá. Oppositor as Cadeiras de Leis da Universidade de Coimbra, e Correspondente da Academia das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1783.

²⁸⁰ PATACA, Ermelinda – *Terra, água e ar nas viagens portuguesas (1755-1808)*. [Em linha]. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2006. [Consult. 18 setembro 2023]. Cap. 1, p. 11. Tese de Doutoramento. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/364616>>

²⁸¹ PATACA, Ermelinda – *Terra, água e ar nas viagens portuguesas (1755-1808)*. [Em linha]. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2006. [Consult. 18 setembro 2023]. Tese de Doutoramento. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/364616>>

²⁸² SIMON, William Joel - *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983. (Centro de estudos de cartografia antiga)

acrescentar que, apesar destas expedições científicas variarem consoante o contexto onde se inseriram, há certos aspetos que são transversais, como é o caso da existência de uma fase prévia à viagem, onde se planeava e preparava os materiais necessários à mesma. Seguiu-se a expedição e o trabalho de campo propriamente dito e, por fim, os esforços relacionados com uma identificação e organização sistemática das amostras que eram recolhidas nos espaços ultramarinos. No que respeita à viagem que nos ocupa, esta última fase não chegou a ser concluída, apesar desta etapa ter estado nos planos de Alexandre Rodrigues Ferreira²⁸³.

3. Fontes primárias

3.1. Pesquisa e seleção

A pesquisa e seleção de fontes primárias para o estudo das comunidades locais da Amazônia durante esta expedição exigiu uma reflexão sobre as potenciais entidades produtoras de informação. Consequentemente, Alexandre Rodrigues Ferreira e os *riscadores* que o acompanharam são, imediatamente, apontados como responsáveis pela produção deste tipo. Para além disso, foi também necessário conhecer a disseminação das fontes e os locais onde estas se encontram armazenadas nos dias correntes. A partir de um trabalho de capital importância para o estudo da expedição científica ao Brasil²⁸⁴, compreendemos que a tipologia de fontes provenientes desta viagem se pode dividir entre fontes documentais escritas e iconográficas sobre as quatro áreas que referimos na introdução do presente trabalho²⁸⁵. Ainda, através deste estudo compreendemos que existe uma enorme dispersão destas fontes entre entidades portuguesas e brasileiras. Tendo em conta que o presente artigo utiliza apenas fontes documentais (escritas e iconográficas), a pesquisa pelas mesmas realizou-se de modo *online* em instituições de Portugal e do Brasil.

²⁸³ PATACA, Ermelinda – *Terra, água e ar nas viagens portuguesas (1755-1808)*. [Em linha]. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2006. [Consult. 18 setembro 2023]. Tese de Doutoramento. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/364616>>

²⁸⁴ DOMINGUES, Ângela – No trilho da “viagem filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira: uma breve história das suas coleções e sua disseminação. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* [Em linha]. Vol.16, nº3 (2021), p. 1-15. [Consult. 6 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/i/2021.v16n3/>>. ISSN 2178-2547

²⁸⁵ Reforçamos novamente o facto de que apenas se recorreu à divisão da produção desta viagem nas áreas nomeadas na introdução do presente trabalho por uma questão prática, sendo que algumas delas, nomeadamente a Antropologia, só se vem a desenvolver enquanto tal no século XIX.

A pesquisa em arquivos pautou-se pela consulta dos fundos e coleções do ANTT e do AHU, cujo fundo referente ao Conselho Ultramarino do Brasil se ligou diretamente ao Projeto Resgate²⁸⁶. Neste âmbito, encontramos alguns documentos relacionados com a viagem, que remetiam para correspondência entre Ferreira e o secretário dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarino, sendo os restantes documentos memórias dispersas sobre determinadas comunidades. Sabendo que a viagem filosófica ao Brasil é um tema que tem vindo a ser estudado há largas décadas, decidimos pesquisar na BND do Brasil e na BND de Portugal, no sentido de compreender se existiam fontes primárias que conseguissem completar aquelas que já havíamos encontrado. Estas bibliotecas rapidamente se tornaram os locais mais frutíferos para a pesquisa de fontes. Foi aquando da pesquisa na BND de Portugal que se localizaram quatro volumes de fontes publicadas, ou seja, fontes manuscritas que foram posteriormente transcritas, impressas e digitalizadas, sobre a expedição em discussão. Apenas dois deles abrangiam questões relacionadas com as comunidades locais, isto é, o volume sobre as memórias escritas de Antropologia²⁸⁷, com documentos da autoria de Alexandre Rodrigues Ferreira, e o volume sobre as memórias iconográficas, também referentes à Antropologia²⁸⁸, com ilustrações da responsabilidade de José Joaquim Freire e Joaquim José Codina. Seleccionamos estas duas fontes primárias, que nos permitiram compreender a visão de Alexandre Rodrigues Ferreira e da sua equipa perante as comunidades locais da Amazónia.

Ainda assim, e como mencionado anteriormente na bibliografia que consultamos, sabíamos que Ferreira tinha praticado alguns dos conhecimentos adquiridos na Universidade de Coimbra antes de chefiar esta viagem lançada ao Brasil. Este dado fez-nos refletir sobre o planeamento e as instruções para este tipo de expedição. Portanto, compreender o que estas instruções referiam foi também essencial para perceber que tipo de dados eram importantes a salientar sobre as comunidades e se os mesmos foram corretamente levantados pelo naturalista-chefe e a sua equipa. A pesquisa por estas fontes ocorreu na Academia Real das Ciências de Lisboa, instituição criada por iniciativa régia,

²⁸⁶ Iniciativa da responsabilidade da Biblioteca Digital Luso-Brasileira, cujo acervo integra vários documentos, nomeadamente da Biblioteca Nacional Digital do Brasil.

²⁸⁷ FERREIRA, Alexandre Rodrigues - *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: Memórias antropologia*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1974. [Consult. 1 dezembro 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/33535/2/>>

²⁸⁸ FERREIRA, Alexandre Rodrigues - *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: Iconografia geografia e antropologia* [Em linha]. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1971. [Consult. 1 dezembro 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/33535/2/>>

sendo natural que as suas diretrizes para esta expedição refletissem os objetivos do Estado português, patrocinador da expedição. A pesquisa nesta entidade revelou dois documentos essenciais. O primeiro, com o título *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa, sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes à historia da natureza, para formar hum Museo Nacional*²⁸⁹, que data de 1781, da autoria da mesma academia e, o segundo, denominado *Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filosofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar*, de 1779, que remonta à autoria de Vandelli²⁹⁰. Todavia, note-se que o exemplar disponível para consulta *online* é uma cópia pela mão de Frei Vicente Salgado, de 1796. Apesar do primeiro documento não se encontrar digitalizado na página web desta instituição, o mesmo estava disponível para leitura *online* na BND de Portugal.

A pertinência do estudo destas fontes é clara. Compreendendo as diretrizes emanadas pelo Estado português, entendemos se estas foram, ou não, cumpridas na sua totalidade. Por outro lado, as memórias, escritas e iconográficas, produzidas durante esta viagem são capazes de fornecer o olhar destes homens perante as comunidades locais da Amazônia e compreender de que forma estes povos nativos eram interpretados e representados. Mais importante do que analisar estas fontes em separado é tentar cruzar as informações contidas nas mesmas.

3.2. Crítica e metodologia

3.2.1. Instruções de viagem segundo Domenico Vandelli²⁹¹

As fontes primárias selecionadas possuem algumas características essenciais que são necessárias de ressaltar. No que concerne ao manuscrito da autoria de Vandelli, podemos afirmar que o facto da fonte consultada ser uma cópia pode apresentar entraves, sendo um deles o facto de este poder possuir, ou não, acrescentos ou partes retiradas do

²⁸⁹ ACADEMIA DAS SCIENCIAS DE LISBOA - *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Ciências de Lisboa, sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes à historia da natureza, para formar hum Museo Nacional*. [Em linha]. Lisboa: na Regia Officina Typographica, 1781. [Consult. 2 dezembro 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/720>>

²⁹⁰ VANDELLI, Domenico - *Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filosofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar*. [Em linha]. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1779. [Consult. 2 dezembro 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://biblioteca.acad-ciencias.pt/SearchResultDetail.aspx?mf=68366&DDB=>>

²⁹¹ VANDELLI, Domenico - *Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filosofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar*. [Em linha]. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1779. [Consult. 2 dezembro 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://biblioteca.acad-ciencias.pt/SearchResultDetail.aspx?mf=68366&DDB=>>

original. Ainda assim, o documento encontra-se dividido em várias partes, onde cada uma se ocupa de um assunto em específico. Devido ao elevado número de páginas, entende-se que Vandelli dava primazia à mineralogia, mas também a questões relacionadas com a agricultura. Apesar de dar pouca atenção às comunidades locais, refere alguns aspetos que os naturalistas devem observar nas suas viagens no que respeita a este domínio. Para a extração desta informação foi criada uma tabela que permitisse retirar e analisar as informações mais importantes, bem como organizar as mesmas. Para o presente artigo encontra-se reproduzida apenas parte da tabela, devido à sua extensão.

Tabela 4 - Instruções de Vandelli sobre as informações a extrair no que concerne às comunidades locais

Título da parte	Método de registo	Instrumentos a utilizar	Aspetos a observar	Método para remeter para Portugal
<i>Do conhecimento físico, e moral dos povos</i>	Livro de papel dividido entre anos, meses, dias e horas	Lápis; diário	Limites naturais (praias, rios, lagos, montes); número de habitantes; agricultura; comércio; letras; armas; géneros; arquitetura; costumes; modos de fazer núpcias; festas; jogos; funerais; fisionomia e figura; vestuário; alimentação; monografia e poligamia	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria, 2022

3.2.2. Instruções de viagem segundo a Academia Real das Ciências de Lisboa²⁹²

No que respeita às instruções emanadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa, apesar da mesma não dar extensa atenção às comunidades locais, a verdade é que existe uma parte nesta fonte impressa que nos permite identificar alguns dados essenciais a extrair sobre os povos nativos.

Tabela 2 - Instruções da Academia Real das Ciências de Lisboa sobre as principais circunstâncias a observar e a remeter para Portugal no que concerne às comunidades locais

Título da parte	Aspetos a observar	Aspetos a registar	Método para remeter para Portugal
<i>Das notícias pertencentes à História Natural</i>	Objetos notáveis e curiosos	Referir as suas qualidades	Remeter uma descrição destes objetos, bem como o seu nome indígena e estrangeiro
<i>Das notícias pertencentes à História Natural</i>	Obras do artifício dos povos indígenas	Referir os seus nomes e os seus usos	Remeter uma descrição destes objetos e numerar os mesmos

Fonte: Elaboração própria, 2022

3.2.3. As memórias escritas e iconográficas sobre a Antropologia

No que respeita às memórias escritas e iconográficas sobre a Antropologia²⁹³, existe uma série de considerações a serem tecidas no presente artigo. Em primeiro lugar, estas fontes são aquelas que conseguem demonstrar a perceção dos povos nativos segundo a equipa responsável pela viagem filosófica ao Brasil. Todavia, durante o percurso de investigação foi complexo reconstituir as localizações originais dos documentos em

²⁹² ACADEMIA DAS SCIENCIAS DE LISBOA - *Breves instruções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa, sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes à historia da natureza, para formar hum Museo Nacional*. [Em linha]. Lisboa: na Regia Officina Typographica, 1781. [Consult. 2 dezembro 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/720>>

²⁹³ Reforçamos o que já foi referido na introdução sobre a utilização deste termo. A Antropologia apenas se desenvolveu enquanto tal durante o século XIX, sendo que a utilização deste termo advém apenas de uma questão prática para encaixar a produção, executada durante a viagem filosófica chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira, em algumas áreas dominantes.

questão. Note-se que estas memórias, tanto as escritas como as iconográficas, são a compilação dos documentos originais, o que significa que existiu uma reorganização destes documentos em volumes, uma iniciativa do Conselho Federal da Cultura do Rio de Janeiro durante os anos 70 do século XX.

No que concerne às memórias escritas, os documentos coligidos no volume mencionado balizam-se entre 1783 e 1792, sendo estes da autoria de Alexandre Rodrigues Ferreira, resultado da observação e descrição das comunidades locais. Como é uma obra detentora de letra impressa, percebemos que o que se encontra digitalizado não são os documentos originais, mas os transcritos pela entidade responsável por esta reorganização da informação. Por sua vez, a organização deste volume inicia-se através de um prefácio, seguido de uma introdução, depois um índice e, por fim, as memórias sobre as comunidades locais. Na introdução deste volume, adverte-se o leitor para a alteração de algumas construções frásicas e para a atualização da ortografia dos documentos, ação executada durante a compilação da documentação neste volume, acautelando-se ainda que o significado original das frases não sofreu alterações. No entanto, reparamos que os documentos inseridos neste volume possuem, no final, um códice, que não tem uma organização aparente ou explícita nesta obra. Portanto, percebemos que estas alterações representam limites ao trabalho do historiador. Apesar de, como referem os responsáveis pelo volume mencionado, as alterações não terem sido de maior expressão, a verdade é que todos os investigadores possuem uma certa subjetividade quando interpretam fontes primárias, o que limita o trabalho dos restantes historiadores que, consoante este cenário, fazem uma (re)interpretação de documentos que já se encontram interpretados por outros investigadores.

No que respeita ao volume relativo às várias iconografias realizadas por José Joaquim Freire e Joaquim José Codina, este divide-se em algumas partes, como o prefácio, a divisão referente à Geografia e ainda outra que abrange a Antropologia. O problema que este volume representa prende-se com o facto de as iconografias presentes não possuírem um autor atribuído, o que dificulta o entendimento da produção de cada um dos *riscadores*.

Consequentemente, a metodologia a aplicar a estas fontes revelou-se um desafio. As informações qualitativas que encontramos contidas nos relatos destas comunidades são díspares entre si. Assim, o repto foi tentar estabelecer campos de análise, tanto para as memórias escritas como para as iconográficas, que conseguissem uniformizar estas informações e cruzar os dados entre os dois volumes. Desta forma, para as memórias

escritas foi estabelecida a grelha de análise passível de ser observada a partir da tabela seguinte, que se encontra dividida em algumas partes, uma vez que a extensão da mesma não permite que esta seja colocada na íntegra no presente artigo.

Tabela 3 – Extração de alguns exemplos de documentos presentes na compilação das memórias escritas sobre a Antropologia, através da criação de campos de análise estabelecidos para o tratamento das informações contidas neste volume

ID	Título	Autor	Ano	Mês	Dia	Loc. macro	Capitania	Loc. micro	Comunidade
1	<i>Sobre os gentios que habitaram e habitam no Guaporé</i>	Alexandre Rodrigues Ferreira	_____	_____	_____	Brasil	_____	_____	Povo que habita no rio Guaporé

Limites naturais	Práticas mencionadas	Fisionomia	Características enquanto comunidade	Correspondência ID iconografia
Rio Guaporé	_____	Robustos; de estatura média	Comunidade belicosa	_____

Fonte: Elaboração própria, 2022

ID	Título	Autor	Ano	Mês	Dia	Loc. macro
2	<i>Sobre os gentios Uerequena que habitam os rios Içana e Xié, afluentes do Rio Negro</i>	Alexandre Rodrigues Ferreira	1787	Agosto	29	Brasil

Capitania	Loc. micro	Comunidade
Rio Negro	Barcelos	Uerequena

Limites naturais	Práticas mencionadas	Fisionomia	Características enquanto comunidade	Correspondência ID iconografia
<i>Rios Içana e Ixié, que desaguam na margem austral da parte superior do Rio Negro</i>	—	Largo furo entre a cartilagem e a extremidade inferior de ambas as orelhas, introduzindo pequenas partes de paus ou flechas; pendentes nos narizes, lábios e orelhas, tendo desenhos na pele	Comunidade audaz, forte, belicosa e antropófaga; antecipam a morte para aqueles que se encontram a sofrer; usam tangas e adornos nos braços, pernas e cabelos, tendo também pendentes nos narizes, lábios e orelhas; as suas armas são os dardos e os <i>cuidaru</i>	5

Fonte: Elaboração própria, 2022

ID	Título	Autor	Ano	Mês	Dia	Loc. macro	Capitania	Loc. micro	Comunidade
3	<i>Sobre as mascaradas e camisetas que fazem os gentios yurupixunas</i>	Alexandre Rodrigues Ferreira	1787	Agosto	31	Brasil	Rio Negro	Barcelos	Yurupixuna

Limites naturais	Práticas mencionadas	Fisionomia	Características enquanto comunidade	Correspondência ID iconografia
_____	Bailes e festividades desta comunidade. O autor explica a execução das máscaras, bem como as motivações para a execução dos bailes, nomeadamente as caçadas e as pescarias	_____	Gosto pela dança, sendo esta interpretada como um assunto sério e não como um divertimento, envolvendo-se em questões de guerra, paz ou consulta do oráculo, sendo que as mulheres não são admitidas a dançar; a doença é atribuída ao sobrenatural. Por vezes, as festas duravam vários dias sem interrupções	6, 8, 10, 11

Fonte: Elaboração própria, 2022

Os exemplos anteriores ilustram de forma sólida a disparidade nas descrições encontradas nestas memórias. Ainda assim, os campos de análise que foram estabelecidos representam uma tentativa de analisar e de tratar a informação dispersa nas fontes primárias.

No que toca às memórias iconográficas, foi criada outra tabela com campos de análise que permitissem a extração da informação visual que as iconografias nos permitiram retirar. A tabela seguinte ilustra parte da grelha de análise criada para este volume. Devido à extensão desta tabela, esta não é passível de ser colocada no presente artigo na sua totalidade.

Tabela 4 – Extração de alguns exemplos de documentos presentes na compilação das memórias iconográficas sobre a Antropologia, através da criação de campos de análise estabelecidos para o tratamento das informações contidas neste volume

ID	Título	Riscador	Ano	Mês	Dia	Sexo	Expressão facial	Vestuário
5	<i>Índio Uerequena</i>	Sem atribuição	_____	_____	_____	Masculino	Serena	Utiliza apenas uma espécie de saia e duas tiras nos braços, bem como duas nas pernas

Cabelo	Adornos	Desenhos na face	Instrumentos	Correspondência ID iconografia
Curto	Adorno na cabeça colorido com duas tiras nos braços e nas pernas	Nenhuns	Flecha	2

Fonte: Elaboração própria, 2022

ID	Título	Riscador	Ano	Mês	Dia	Sexo	Expressão facial	Vestuário
6	<i>Índio Jurupixuna</i>	Sem atribuição	_____	_____	_____	Masculino	Serena	A imagem representa a personagem apenas do tronco para cima, onde este não se encontra vestido

Cabelo	Adornos	Desenhos na face	Instrumentos	Correspondência ID iconografia
Curto	Nenhum	Desenho elaborado na face - um quadrado que abrange o queixo, boca, nariz; as partes laterais da face, bem como uma pequena porção da testa possuem pintas	Flecha	3

Fonte: Elaboração própria, 2022

4. Cruzamento de fontes

4.1. As instruções e as memórias

A secção anterior pretendeu dar um exemplo de possível análise das fontes seleccionadas. Ainda assim, a extração de informação que respondesse às questões de partida enunciadas na introdução do presente capítulo não se afigurou uma tarefa fácil. Não obstante, a tentativa de homogeneização e de organização da informação recorrendo a instrumentos para esse efeito, como as tabelas apresentadas anteriormente, permitiu a extração de alguns dados essenciais sobre as comunidades locais da Amazónia. Podemos, assim, afirmar que Alexandre Rodrigues Ferreira, autor das memórias escritas, observou e descreveu algumas das comunidades do Brasil do século XVIII, a saber: Curutus; Cambeba; Mura; Urequena; Yurupixuna/Juripixuna; Cataiuxi; Miranha; Mahuas/Máuas; Caripuna; Guaikuru/Guaicuru.

Cruzando a análise destas memórias escritas e iconográficas com as informações contidas nas instruções que datam de 1779 e 1781, concluímos que, no que respeita às

memórias escritas, Alexandre Rodrigues Ferreira tenta localizar no tempo e no espaço, na maior parte das vezes, as comunidades que descreve. Esta localização é feita a partir da explicação dos limites naturais, nomeadamente dos rios, que ladeavam a zona onde estas habitam, referindo também, na maior parte dos documentos da sua autoria, o ano, o mês e o dia. Para além disso, menciona ainda a capitania onde estes povos se enquadravam e refere a sua localização micro. No que respeita às restantes informações, que segundo as instruções o naturalista devia observar, Alexandre Rodrigues Ferreira destacou, em algumas das memórias, o estado da agricultura e do comércio destas populações, bem como as suas casas, a arquitetura das mesmas, o vestuário e, ainda, a fisionomia e algumas características físicas destas comunidades. Ainda assim, são apenas breves as menções às práticas funerárias das mesmas. Para além disso, não refere o número exato de habitantes de uma determinada comunidade, mas por outro lado menciona as armas utilizadas por estes povos.

No que toca às memórias iconográficas, algumas das ilustrações presentes no volume de fontes publicadas encontram-se a cores e outras a preto e branco. Uma análise superficial permite compreender que as características físicas e fisionómicas das personagens são os aspetos mais salientados pelos *riscadores* encarregues destes desenhos. Ainda assim, depois do estabelecimento de campos de análise próprios para o estudo deste volume, conseguimos compreender que as informações visuais presentes nas iconografias são mais uniformes do que aquelas que as memórias escritas nos apresentam. A necessidade da realização de desenhos revela também a importância de um reconhecimento visual destas comunidades. Aspetos como o vestuário, os adornos, as armas ou mesmo os desenhos presentes nas faces destes povos são características facilmente extraídas a partir de uma observação mais profunda destas ilustrações. A sua relação com as memórias escritas é óbvia, mas ainda assim existem iconografias que não possuem legenda e, por isso, não conseguimos atribuir a comunidade à qual a personagem retratada pertence. Apesar de não existir correspondência com algumas descrições, as iconografias são uma fonte primordial aquando do estudo das comunidades locais da Amazônia, ajudando a compreender alguns aspetos que são referidos nos relatos escritos produzidos por Alexandre Rodrigues Ferreira.

4.2. Dados a destacar sobre as comunidades locais

4.2.1. Fisionomia, armas, adornos faciais e corporais

A partir do cruzamento das fontes primárias utilizadas para a elaboração do presente estudo, podemos destacar alguns dados que contribuem para o conhecimento destas comunidades durante o século XVIII. Em primeiro lugar, conseguimos entender que os adornos faciais são características presentes nestes povos, mas que variam de comunidade para comunidade e, em alguns casos, este tipo de procedimento servia para assustar aqueles que eram considerados inimigos. Tomemos como exemplo o documento escrito que nos relata a comunidade Uerequena, cujos dados extraídos se encontram explícitos na tabela 1. No dizer de Alexandre Rodrigues Ferreira:

“o principal fim a que se dirigem estes diferentes meios e caprichos de ornarem as suas pessoas e de alterarem as formas naturais dos seus corpos [...] para lhes darem um ar imposto, que com a sua presença e deformidade aterre ao inimigo”²⁹⁴.

Para além desta característica, os adornos que serviam para dar outra forma ao corpo eram também utilizados por algumas destas comunidades, como é o caso dos Máua e dos seus espartilhos²⁹⁵. Sobre determinados objetos significantes para as comunidades da Amazônia, como é o caso da comunidade Yurupixuna e das suas máscaras, Alexandre Rodrigues Ferreira explicita a sua execução, mas não aprofunda o significado que estas tinham para estes povos de uma forma detalhada. Ainda assim, destaca a dança como elemento essencial destas comunidades, sendo utilizada como um instrumento político e de ligação entre as mesmas. Diz-nos Ferreira que estes povos nativos “têm danças diversas e convenientes a cada uma destas situações, próprias para significarem os diferentes sentimentos de que estão penetrados”²⁹⁶.

Ainda assim, é de notar que não existem iconografias relativas às máscaras executadas por estas personagens, apesar de existirem dos seus adornos faciais²⁹⁷. Por outro lado, a única representação visual que existe destes objetos pertence à comunidade Tucuna, que curiosamente não possui uma descrição por parte de Alexandre Rodrigues

²⁹⁴ Consultar as páginas 71-72 do seguinte volume - FERREIRA, Alexandre Rodrigues – *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: Memórias antropologia*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1974. [Consult. 1 dezembro 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/33535/2/>>

²⁹⁵ Consultar a imagem 1 nos anexos.

²⁹⁶ Consultar a página 45 do seguinte volume - FERREIRA, Alexandre Rodrigues - *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: Memórias antropologia*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1974. [Consult. 1 dezembro 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/33535/2/>>

²⁹⁷ Consultar imagem 2 nos anexos.

Ferreira²⁹⁸. Ainda, a comunidade Miranha parece também utilizar adornos faciais específicos quando se encontra em guerra, como afirma Alexandre Rodrigues Ferreira quando relata que esta comunidade utiliza penas de arara para colocar nos furos que fazem na face²⁹⁹. No que respeita às armas, as suas representações são frequentes nas ilustrações das personagens pertencentes às comunidades locais, mas existem também desenhos específicos sobre as mesmas, assim como iconografias particulares sobre outros elementos que estas comunidades utilizavam.

Como se compreendeu pelos exemplos anteriores, as memórias escritas e as iconográficas são, em certa medida, compatíveis. Através destas o investigador é capaz de retirar informações sobre as características fisionómicas e os principais adornos destas comunidades. No entanto, esta realidade não se verifica em todas as memórias. Há algumas fontes escritas que não possuem uma correspondência iconográfica e vice-versa. Por exemplo, as memórias sobre as comunidades Caripuna e Cataiuxi não possuem uma representação iconográfica. É também o caso da iconografia que representa um nativo Uapés, mas também de outras que representam outras personagens, como um nativo com um batoque labial e um nativo com uma narigueira cujas comunidades não se encontram identificadas.

4.3. Materiais produzidos pelas comunidades

Para além das memórias escritas aludirem às características fisionómicas e aos adornos usados pelos povos nativos, somos também capazes de salientar algumas práticas destas comunidades. Entre as experiências mais referidas enquanto comunidade, destaca-se a execução de louça, de cuias e de salvas de palhinha, nomeadamente quando o naturalista descreve as louças feitas pelas nativas de Barcelos, evidenciando os materiais utilizados e as etapas percorridas até à obtenção do produto final. Pormenorizada é, ainda, a descrição que Ferreira faz sobre as cuias executadas pelas mulheres destas comunidades, descrevendo passo a passo a execução destes materiais. Ainda sobre este tópico, Alexandre descreve a execução de salvas de palhinha. Este documento é particularmente interessante, no sentido em que evidencia algumas relações comerciais que eram, algumas vezes, estabelecidas entre as comunidades locais e os colonos portugueses. O relato ilustra o seguinte:

²⁹⁸ Consultar imagem 3 nos anexos.

²⁹⁹ Consultar imagem 4 nos anexos.

“Um pacará ordinário, não custa menos de 1.600, comprado às índias nas Povoações. Na Cidade sobe o seu preço de 3 até 4.000 réis. Um tabuleiro vale 1.200 na Povoação e chega a 2.000 réis na Cidade. Pelo preço de 160 se compra cada chapéu que na Cidade custa 400 réis. Mas esta indústria não é tão proveitosa às índias, como parece [...] A título de empregarem as índias em algum trabalho lucrativo para elas e evitarem a ociosidade, distribuem por elas, e principalmente pelas mestras, diversas encomendas de pacarás, tabuleiros, chapéus, etc., não para as pagarem à razão dos 1.600 e 1.200, que valem, e cujo valor hão de dobrar na Cidade, mas para lhes pagarem por dia à razão de 40 réis”³⁰⁰.

Considerações finais

Através das fontes primárias analisadas somos capazes de compreender que Alexandre Rodrigues Ferreira e a sua equipa registaram alguns dados relevantes sobre as comunidades locais. Percebemos também que as características salientadas dos povos nativos se ligam intrinsecamente com a economia, o que demonstra uma das motivações elencadas anteriormente no presente artigo. Ainda assim, não se pode afirmar que Ferreira e os seus homens não tinham tido um olhar próprio de naturalistas. Se, por um lado, é visível que a execução de materiais para a comercialização era importante, também é de notar as práticas de dança, o vestuário e os adornos que são descritos e representados através da iconografia.

Não obstante, pelo carácter científico desta expedição, era expectável que as memórias escritas fossem mais aprofundadas em determinados aspetos. Alexandre Rodrigues Ferreira descreve algumas práticas e atividades das comunidades, mas não atribui, nem explicita, o significado que estas ações tinham para o quotidiano dos povos nativos. Ainda assim, através do cruzamento destas fontes com as instruções de viagem, é compreensível que Ferreira e a sua equipa não tivessem a possibilidade de fazer descrições extensas para as comunidades. Primeiro, talvez porque o conhecimento das mesmas não fosse a prioridade desta viagem e, depois, porque estes tinham de obedecer a regras estabelecidas pelo Estado português.

Nove anos a percorrer as capitâncias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, maioritariamente através da via fluvial, não foi tarefa fácil. Ainda assim, de modo nenhum se pode relativizar o papel importante que a equipa, chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira, teve no conhecimento do território brasileiro. É verdade que a ocupação portuguesa neste local datava de há largas centúrias, mas a exploração efetiva

³⁰⁰ Consultar as páginas 47-48 do seguinte volume - FERREIRA, Alexandre Rodrigues – *Viagem Filosófica pelas capitâncias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: Memórias antropologia*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1974. [Consult. 1 dezembro 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/33535/2/>>

do espaço ultramarino começou apenas a ser executada no século XVIII. Conhecer era essencial para saber quais os recursos que podiam ser usados a favor da metrópole, em que condições se encontrava a economia na colónia sul-americana, de que forma esta se podia adaptar e, sobretudo, de que maneira a presença de Portugal se poderia tornar ainda mais demarcada. Conhecer era, em certa medida, um passo largo para dominar efetivamente o território. Ainda assim, note-se que a vontade do naturalista que chefiou esta expedição era, quando regressasse a Lisboa, estudar os diários, as memórias e as amostras que a sua equipa tinha recolhido. No entanto, a ocupação de outros cargos profissionais não lhe permitiu executar esta atividade.

A falta de desenvolvimento e de explicação das práticas e atividades das comunidades da Amazónia, por parte de Alexandre Rodrigues Ferreira e da sua equipa, leva-nos a reconhecer um limite às fontes utilizadas, mas também a acreditar que o conhecimento dos povos nativos não se pode efetuar apenas através da análise desta viagem ao Brasil. Para além de ser evidente a necessidade de um alargamento da panóplia de fontes primárias utilizadas, cremos que o estudo que efetuamos pode alcançar uma maior profundidade se futuramente expandirmos também a bibliografia consultada e se executarmos uma conceptualização mais atenta dos conceitos e dos termos que viemos a discutir neste artigo. Não quer isto significar que a análise não tenha sido suficientemente aprofundada para o tempo que tivemos para desenvolver o presente trabalho. Pelo contrário, reconhecemos potencial na análise que fizemos. Por isso, o presente artigo representa também algumas hipóteses de análise sobre as comunidades locais da Amazónia, não devendo ser encarado como finito. Estas conclusões preliminares devem ser encaradas como um desafio para uma investigação mais aprofundada sobre o objeto de estudo em questão. Acreditamos que a partir de um leque mais vasto de bibliografia e de fontes primárias, assim como de um possível alargamento da cronologia e, eventualmente, do espaço, conseguiremos colmatar as lacunas mencionadas, nomeadamente no que respeita às explicações e aos significados que as comunidades locais atribuíam a determinadas práticas e atividades, aspetos que foram descritos, mas pouco desenvolvidos, por Alexandre Rodrigues Ferreira e a sua equipa durante a viagem filosófica ao Brasil entre 1783 e 1792.

Fontes primárias

Fontes impressas

ACADEMIA DAS SCIENCIAS DE LISBOA - *Breves instrucções aos correspondentes da Academia das Sciencias de Lisboa, sobre as remessas dos productos, e noticias pertencentes à historia da natureza, para formar hum Museo Nacional*. [Em linha]. Lisboa: na Regia Officina Typographica, 1781. [Consult. 2 dezembro 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/720>>

SÁ, José António – *Compendio de observações que formão o plano da Viagem Política, e filosofica, que se deve fazer dentro da Patria. Dedicado a sua Alteza Real o sereníssimo príncipe do Brasil. Pelo Doutor José Antonio de Sá. Oppositor as Cadeiras de Leis da Universidade de Coimbra, e Correspondente da Academia das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1783

Fontes publicadas

FERREIRA, Alexandre Rodrigues - *Viagem Filosófica pelas capitánias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: Iconografia geografia e antropologia* [Em linha]. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1971. [Consult. 1 dezembro 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/33535/2/>>

FERREIRA, Alexandre Rodrigues - *Viagem Filosófica pelas capitánias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: Memórias antropologia*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1974. [Consult. 1 dezembro 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/33535/2/>>

Fontes manuscritas

VANDELLI, Domenico - *Viagens Filosóficas ou Dissertação sobre as importantes regras que o filosofo naturalista, nas suas peregrinações deve principalmente observar*. [Em linha]. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1779. [Consult. 2 dezembro 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://biblioteca.acad-ciencias.pt/SearchResultDetail.aspx?mfn=68366&DDB=>>>

Bibliografia

- ARAÚJO, Ana Cristina – *A Cultura das Luzes em Portugal: temas e problemas*. Lisboa: Livros Horizonte, 2003. (Temas de História de Portugal). ISBN 972-24-1233-8
- BAUMER, Franklin L. - *O pensamento europeu moderno*. Lisboa: Edições 70, 1990. Vol. 1. s/ISBN
- BRAGA, Isabel Drumond – Luzes, natureza e pragmatismo em Portugal: o contributo da Real Academia das Ciências no século XVIII. *Revista Tempo* [Em linha]. Vol. 22, nº41 (2016), p. 551-565. [Consult. 2 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.scielo.br/j/tem/i/2016.v22n41/>>. ISSN 1980-542X
- CARDOSO, José Luís - From natural history to political economy: the enlightened mission of Domenico Vandelli in late eighteenth-century Portugal. *Studies In History and Philosophy of Science* [Em linha]. Vol.34, nº4 (2003), p. 781-803. [Consult. 2 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0039368103000645>>. ISSN 0039-3681
- CARNEIRO, Ana; SIMÕES, Ana – Enlightenment Science In Portugal: The Estrangeirados and their Communication NetWorks. *Social Studies of Science – SAGE Journals* [Em linha]. Vol.30, nº4 (2000), p. 591-619. [Consult. 4 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL:<https://journals.sagepub.com/action/doSearch?filterOption=thisJournal&SeriesKey=sss&AllField=Enlightenment+Science+in+Portugal>>. ISSN 1460-3659
- CARVALHO, Rómulo de - *A História Natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987. (Biblioteca breve)
- CONCEIÇÃO, Gisele C. - *Natureza Ilustrada: Processos de construção e circulação de conhecimento filosófico-natural sobre o Brasil na segunda metade do século XVIII*. [Em linha]. Porto: CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, 2019. [Consult. 6 novembro 2021]. Cap. 1 - Filosofia Natural. Disponível em WWW: <URL: <https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id024id1727&sum=sim>>. ISBN 978-989-8970-21-3
- CONRAD, Sebastian - Enlightenment in Global History: A Historiographical Critique. *The American Historical Review* [Em linha]. Vol. 117, nº 4 (2012), p. 999-1027.

- [Consult. 2 setembro 2023]. Disponível na Internet: <URL: <https://academic.oup.com/ahr/article/117/4/999/33183>> ISSN 1937-5239
- CUNHA, Osvaldo Rodrigues da – *O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira: uma análise comparativa de sua Viagem Filosófica (1783-1793) pela Amazônia e Mato Grosso com a de outros naturalistas posteriores*. [Em linha]. Belém-Pará: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. [Consult. 4 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL:<https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/486>>. ISBN 85-7098-023-X
- FILHO, Virgílio Corrêa – *Alexandre Rodrigues Ferreira: vida e obra do grande naturalista brasileiro*. [Em linha]. Rio de Janeiro: Companhia Editoria Nacional, 1939. [Consult. 5 de novembro 2021] Disponível na Internet: <URL: <http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital>>
- GARCÍA, Margarita Eva Rodríguez – Lejos del gabinete: viajes científicos a la América portuguesa y española (1777-1792) y representación de la naturaleza. *Memorias – revista digital de Historia y Arqueología desde el caribe colombiano* [Em linha]. Nº25 (2015), p. 144-177. [Consult. 8 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.redalyc.org/toc.oa?id=855&numero=36228>>. ISSN 1794-8886
- GARCÍA, Margarita Eva Rodríguez; COSTA, Ana Maria – Relaciones ocultas a fines del siglo XVIII: la specimen florae americanae meridionalis (1780) del Real Jardim Botânico da Ajuda y los diseños científicos de la Real Expedición Botánica al virreinato peruano. *Revista de Historia de la Medicina y de la Ciencia* [Em linha]. Vol. 68, nº1 (2016) [Consult. 8 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5807382>>. ISSN L:0210-4466
- HORCH, Rosemarie Erika – Alexandre Rodrigues Ferreira, um cientista brasileiro do século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* [Em linha]. Nº30 (1989), p. 149-159 [Consult. 8 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL:<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/70489>>. ISSN 2316-901X
- DOMINGUES, Ângela – No trilho da “viagem filosófica” de Alexandre Rodrigues Ferreira: uma breve história das suas coleções e sua disseminação. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas* [Em linha]. Vol.16, nº3 (2021), p. 1-15. [Consult. 6 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/i/2021.v16n3/>>. ISSN 2178-2547

- DOMINGUES, Ângela – Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* [Em linha]. Vol. 8, suplemento (2001), p. 823-838. [Consult. 6 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.scielo.br/j/hcsm/i/2001.v8suppl0/>>.ISSN 1678-4758
- DOMINGUES, Ângela – *Viagens e exploração geográfica na Amazónia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: Instituto de História de Além Mar, 1991. (Analecta transmarina.). ISBN 972-648-052-3
- KURY, Lorelai – Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* [Em linha]. Vol. 11, suplemento 1 (2004), p. 109-129. [Consult. 9 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.scielo.br/j/hcsm/i/2004.v11suppl1/>>. ISSN 1806-9592
- LEITE, José Nailton; LEITE, Cecília Sayonara G. – Alexandre Rodrigues Ferreira e a formação do pensamento social na Amazônia. *Estudos Avançados* [Em linha]. Vol. 25, nº68 (2010), p. 273-289. [Consult. 9 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10478>>. ISSN 1806-9592
- MATOS, Manuel Cadafaz de - *No segundo centenário da Viagem Filosófica, de Alexandre Rodrigues Ferreira, por terras do Brasil*. Lisboa: Academia da Marinha, 1993
- MORAES, Eulália Maria Aparecida de; SANTOS, Christian Fausto Moraes dos; CAMPOS, Rafael Dias da Silva – Filosofia Natural Lusa: A Viagem Philosophica e a Política Iluminista na América Portuguesa Setecentista. *Confluenze – Rivista di Studi Iberoamericani* [Em linha]. Vol. 4, nº1 (2011), p. 75-91. [Consult. 9 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://confluenze.unibo.it/article/view/3083>>. ISSN 2036-0967
- O'BRIEN, Karen – *Narratives of Enlightenment. Cosmopolitan History from Voltaire to Gibbon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. ISBN 9780511519079
- PADGEN, Anthony – *The Enlightenment and Why It Still Matters*. Oxford: Oxford University Press, 2013. ISBN 9780199660933
- PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel - Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. *Sociedade Brasileira de História*

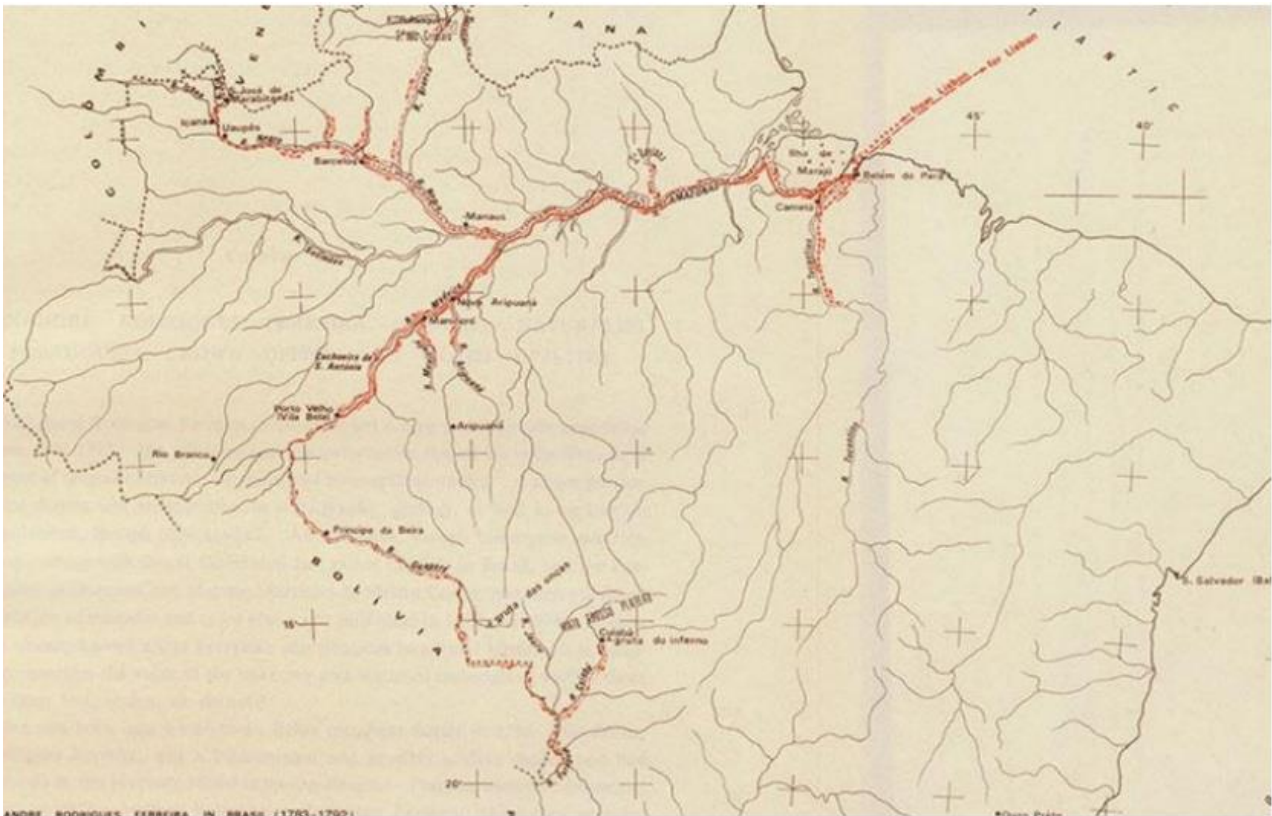
- da Ciência* [Em linha]. Vol. 3, nº3 (2005), p. 58-79. [Consult. 1 março de 2022]. Disponível na Internet: <URL: https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=126> ISSN 2176-3275
- PATACA, Ermelinda – *Terra, água e ar nas viagens portuguesas (1755-1808)*. [Em linha]. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2006. [Consult. 18 setembro 2023]. Tese de Doutorado. Disponível em WWW: <URL: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/364616>>
- POMBO, Nívia - A cidade, a universidade e o Império: Coimbra e a formação das elites dirigentes (séculos XVII-XVIII). *Intellèctus*. [Em linha]. Vol. 4, nº2 (2015). [Consult. 9 setembro 2023]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intellectus/article/view/20978>>. ISSN 1676-7640
- PORTER, Roy - *The Creation of the Modern World: The Untold Story of the British Enlightenment*. New York: W.W. Norton, 2000.
- RAMINELLI, Ronald – Ciência e colonização – Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Tempo* [Em linha] Nº 6 (1997). [Consult. 6 de janeiro de 2022]. Disponível na Internet: <URL: https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg6-10.pdf>. ISSN 1980-542X
- RAMINELLI, Ronald; SILVA, Bruno – Teorias e imagens antropológicas na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792). *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Vol. 9, Nº 2 (2014), p. 323-342. [Consult. 6 de janeiro de 2022]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/J3ynVVbCdXj84Y3htFxTW8S/?lang=pt>>. ISSN 1981-8122
- RAMOS, Luís A. de Oliveira - *D. Maria I. Mem Martins: Círculo de Leitores*, 2007. (Reis de Portugal). ISBN 978-972-42-3901-9
- SANTOS, Christian Fausto Moraes dos – *Das memórias do Arco do Cego: divulgação científica na América Portuguesa do século XVIII*. *Diálogos* [Em linha]. Vol. 12, nº 1 (2008), p. 207-225. [Consult. 10 novembro 2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38212>>. ISSN 2177-2940
- SILVA, Kalina Vanderlei; Silva, Maciel Henrique – Iluminismo. In SILVA, Kalina Vanderlei; Silva, Maciel Henrique – *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA, Maria Beatriz Nizza de – O Império Luso-Brasileiro: 1750-1822. In. SERRÃO, Joel; MARQUES, A.H. de Oliveira – *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986

SIMON, William Joel - *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983. (Centro de estudos de cartografia antiga)

Anexos

Mapa 1 - Roteiro percorrido durante a viagem filosófica chefiada por Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792) com a legenda original de onde foi extraído o presente mapa



ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA IN BRASIL (1783-1792)		
Lisbon - Belém do Pará	(1783)
Belém - R. Tocantins - Belém	(1784)
Belém - Barcelos	(1784)
Barcelos - R. Negro - S. José Marabitanas - Barcelos	(1785-86)
Barcelos - R. Branco - S. Cristais - Barcelos	(1786)
Barcelos - Vila Bela	(1788-89)
Vila Bela - Cuiabá - Vila Bela	(1790-91)
Vila Bela - Belém do Pará	(1792)
Belém do Pará - Lisbon	(1793)

Escala (aprox.) 1:12 000 000

Fonte - SIMON, William Joel - *Scientific expeditions in the portuguese overseas territories (1783-1808) and the role of Lisbon in the intellectual-scientific community of the late eighteenth century*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983. (Centro de estudos de cartografia antiga)

Imagem 1 – Nativo Máua



Fonte: FERREIRA, Alexandre Rodrigues - *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso Cuiabá: Iconografia geografia e antropologia* [Em linha]. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1971. [Consult. 1 dez. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/33535/2/>>

Imagem 2 – Nativo Jurupixuna



Fonte: FERREIRA, Alexandre Rodrigues - *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso Cuiabá: Iconografia geografia e antropologia* [Em linha]. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1971. [Consult. 1 dez. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/33535/2/>>

Imagem 3 – Máscaras de dança da comunidade Tucuna



Fonte: FERREIRA, Alexandre Rodrigues - *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso Cuiabá: Iconografia geografia e antropologia* [Em linha]. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1971. [Consult. 1 dez. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/33535/2/>>

Imagem 4 – Nativo Miranha



Fonte: FERREIRA, Alexandre Rodrigues - *Viagem Filosófica pelas capitânicas do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso Cuiabá: Iconografia geografia e antropologia* [Em linha]. Rio de Janeiro: Conselho Federal da Cultura, 1971. [Consult. 1 dez. 2021]. Disponível em WWW: <URL: <https://purl.pt/33535/2/>>

II Época Contemporânea

A epidemia de febre amarela na cidade do Porto em 1856

Beatriz Nascimento

bia_nascimento2001@outlook.com

Resumo

O século XIX foi marcado por epidemias com grandes impactos e, conseqüentemente, pela preocupação sobre as medidas preventivas a tomar para o desenvolvimento da saúde pública. O presente artigo terá como objetivo entender a epidemia de febre amarela que se manifestou na cidade do Porto no ano de 1856, compreendendo as características desta doença e as medidas preventivas a ela inerentes. Debruçamo-nos, por isso, sobre os aspetos particulares da doença e sobre a forma como a febre amarela chegou à cidade do Porto e se difundiu. Enunciamos as medidas tomadas pelas autoridades sanitárias para combater a doença e as conseqüências que essas restrições acarretaram para a população portuense, mais especificamente, para os comerciantes portuenses, os principais visados pela conjuntura vivida.

Palavras-chave: Epidemia; Febre Amarela; Porto

Abstract

The 19th century was marked by several epidemics and, consequently, for the preoccupation with the measures to prevent the spread of these illness, which contributed for the development of the public health. The aim of the present work is understanding the epidemics of yellow fever that occurred in Porto in 1856, understanding the characteristics of these epidemics and the prevent measures inherent to it. We focus on the aspects of these diseases and, subsequently, on how yellow fever arrived and spread in the city of Porto. At the same time, we set out the measures taken by the health authorities to combat the disease and the consequences of the restrictions on the Porto population, more specifically, on merchants, the main targets of the current situation.

Keywords: Epidemics; Yellow Fever; Porto

Introdução

O presente trabalho de investigação visa estudar *A epidemia de febre amarela na cidade do Porto em 1856*, doença importada do Brasil que assolou os cidadãos portuenses entre os meses de julho e outubro desse ano.

A chegada de novas doenças a países europeus intensifica-se simultaneamente com o aumento do contacto entre diferentes regiões do globo. Desta forma, com o aumento das relações económicas, fruto do processo de expansão europeia, sucede-se um período de “globalização das epidemias”³⁰¹. A febre amarela insere-se na lista de enfermidades que chegam às diversas zonas portuárias da Europa.

Em Portugal, a primeira manifestação da doença ocorre no século XVIII, no ano de 1723, em Lisboa³⁰². Na transição do século XVIII para o XIX, esta doença alarga-se às restantes regiões da Europa, havendo epidemias de febre amarela no sul de Espanha o que, consequentemente, alarmou as autoridades portuguesas que prontamente organizaram cordões sanitários terrestres e exigiram a realização de quarentenas aos transportes marítimos³⁰³. Na cidade do Porto, antecedendo o período em estudo, a presença da febre amarela viria a registar-se no ano de 1850, afetando cinco indivíduos, dos quais três pereceram. No ano seguinte, a febre amarela volta a assolar a cidade portuense, vitimizando quarenta pessoas³⁰⁴. No ano de 1857, posteriormente ao período epidémico em estudo, ocorre a avassaladora epidemia de febre amarela na capital do país.

Na abordagem a este tema pretendo analisar, num primeiro momento, as características da doença em estudo, de forma a entender a dicotomia entre o conhecimento incipiente da época sobre a febre amarela e as suas verdadeiras particularidades. Para isso, é necessário questionar qual a origem da doença, quais os seus agentes transmissores e quais os seus sintomas. A par da explicação da doença, caberá entender as vantagens que a febre amarela encontrará para a sua expansão na cidade do Porto, sendo necessário compreender as condições habitacionais e sanitárias da cidade à época. Posteriormente, tenciono elucidar o processo de evolução da doença na cidade do

³⁰¹ ESTEVES, Alexandra - As epidemias e a memória histórica. In. MARTINS, Manuel; RODRIGUES, Eloy (coord.) – *A Universidade do Minho em tempos de pandemia: Tomo I: Reflexões*. UMinho Editora, 2020, p. 159.

³⁰² Conselho Extraordinário de Saúde Pública do Reino — *Relatório da epidemia de febre amarela em Lisboa no ano de 1857*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, p. 7.

³⁰³ ABREU, Laurinda – A luta contra as invasões epidémicas em Portugal: políticas e agentes, séculos XVI-XIX. *Ler História*. nº 73 (2018), p. 100-101.

³⁰⁴ Conselho Extraordinário de Saúde Pública do Reino — *Relatório da epidemia de febre amarela em Lisboa no ano de 1857*, pp. 8-10.

Porto, inquerindo de que forma chega a doença à cidade, quantos e quem foram os afetados e qual a incidência geográfica da epidemia. Por fim, importa saber a forma de resposta a esta vaga epidémica por parte das autoridades sanitárias e as consequências provocadas pelo contexto pandémico, sendo necessário explanar quais foram as medidas de prevenção tomadas, que consequências acarretaram para a população, seja a nível económico ou social, e que reações despoletaram nos cidadãos portuenses. Assim, o objetivo desta investigação passará por compreender e explicar a forma como era vivido o contexto epidémico em épocas passadas.

Como forma de aprofundar o conhecimento acerca da doença a tratar foi fundamental apoiar-me em diversas obras. Primeiramente, um artigo de Jaime Benchimol³⁰⁵ que nos explica a forma de ataque da doença, expondo-nos as suas particularidades e a sua forma de profilaxia na região do Brasil. A adicionar a este, uma obra de Ilana Lowy³⁰⁶ que incide a sua pesquisa na evolução do conhecimento científico sobre a doença, relatando-nos as várias investigações laboratoriais realizadas acerca do vírus contrapondo, paralelamente, estas descobertas ao conhecimento que se tinha sobre a febre amarela em períodos de contacto incipiente com a mesma, como é o caso do período em estudo. Por último, destaco o texto de Brian Shmaefsky³⁰⁷, de teor médico que nos explica a forma de desenvolvimento do vírus no corpo humano, explanando a sua sintomatologia.

Em jeito de contextualização, usou-se bibliografia referente à cidade do Porto no século XIX, onde se destaca o artigo de Jorge Alves³⁰⁸, autor que avalia o papel da emigração, entre o Porto e o Brasil, na intensificação de doenças. A par disto, é nos facultada uma explicação acerca das condições sanitárias da cidade do Porto que potencializam a propagação de doença. Para além destas obras, recorreu-se a uma obra geral, como é o caso do capítulo *O Porto Oitocentista*³⁰⁹, no qual encontramos informações acerca das condições sanitárias da cidade do Porto durante o século XIX.

³⁰⁵ BENCHIMOL, Jaime – Febre amarela e epidemias: configurações do problema ao longo do tempo. *Revista NUPEM*. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná. 13:29 (2021), p. 36-71.

³⁰⁶ LOWY, Ilana – *Vírus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Trad. de Irene Ernest Dias. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2006.

³⁰⁷ SHMAEF SKY, Brian R. – *Deadly Diseases and Epidemics: Yellow Fever*. Nova York: Chelsea House Publishers, 2009.

³⁰⁸ ALVES, Jorge Fernandes – Emigração e sanitarismo: Porto e Brasil no século XIX. *Ler História*. Porto: FLUP. n.º 48 (2005), p. 141-156.

³⁰⁹ PEREIRA, Gaspar Martins; SERÉN, Maria do Carmo – «O Porto Oitocentista». In. RAMOS, Luís A. de Oliveira – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000.

No que concerne às fontes utilizadas, destaco primeiro o jornal diário *O Comércio do Porto*³¹⁰, consultado entre o dia 01 de julho de 1856 até ao dia 31 de outubro do mesmo ano. Este jornal terá um papel muito específico no decorrer de toda a epidemia, como adiante analisaremos, dando “voz” às preocupações económicas do corpo comercial do Porto, criticando a ação das autoridades de saúde e a sua política de combate à propagação da epidemia.

Para além da fonte hemerográfica, recorri a outras fontes impressas, como é o caso de um texto de autor anónimo que representa as preocupações dos membros da Associação Comercial do Porto³¹¹, onde nos são relatadas as incoerências das autoridades sanitárias e as injustiças a que foram expostos os comerciantes devido à política sanitária levada a cabo pelo Conselho de Saúde.

A terceira fonte utilizada surge como resposta a este texto, sendo um relatório de Francisco Inácio Cruz³¹², presidente do Conselho de Saúde Pública do Reino, onde podemos retirar informações acerca do desenvolvimento da doença na cidade e onde são justificadas as medidas preventivas tomadas pelos seus facultativos.

Em seguida, fez-se uso do *Relatório da epidemia de febre amarela em Lisboa no ano de 1857*³¹³, que apesar de se focar na manifestação da doença na capital do país, no ano seguinte ao período em estudo, permite-nos compreender a forma como a doença era entendida à época e os métodos encontrados pelos médicos para procederem ao tratamento dos infetados pela moléstia.

Por último, uma redação de Bernardino António Gomes³¹⁴, médico epidemiologista da época, que nos explica a forma de propagação da febre amarela, comparando várias epidemias desta doença em distintas geografias, com o intuito de destacar a importância que as medidas quarentenárias tinham na prevenção da entrada de doenças no país. Como veremos, as quarentenas foram alvo de uma grande discussão científica numa época em que se questionava a eficácia das mesmas e a sua necessidade para evitar a propagação

³¹⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, 1 jul. 1856-31 out. 1856.

³¹¹ *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*. Porto: Typ. de A. da Silva Santos, 1857.

³¹² CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856: ou exposição de factos, documentos, e considerações críticas para servir de resposta à chamada memória da associação comercial do Porto*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

³¹³ Conselho Extraordinário de Saúde Pública do Reino — *Relatório da epidemia de febre amarela em Lisboa no ano de 1857*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

³¹⁴ GOMES, Bernardino António — *Aperçu historique sur les épidémies de choléra-morbus et de fièvre jaune en Portugal, dans les années de 1833-1865*. Constantinople: Imprimerie Centrale, 1866.

das doenças nas diversas cidades, sobretudo devido aos constrangimentos que acarretavam para a classe comercial.

Relativamente às opções metodológicas, recorreu-se a uma análise documental intensiva de cada uma destas fontes e ao levantamento de informações para uma base de dados em Excel, para que fosse possível organizar as diversas informações e proceder a uma metodologia comparativa que permitisse equiparar a similaridade ou a disparidade de informações acerca dos mesmos assuntos. Para além da análise qualitativa, houve a necessidade de proceder a técnicas quantitativas com o objetivo de efetuar um tratamento de dados numéricos referentes às vítimas da doença.

1. A febre amarela e os fatores que a impulsionam

1.1. A doença de febre amarela

A febre amarela é uma doença originária do continente africano, tendo sido exportada para a América, por via marítima, juntamente com o tráfico de escravos³¹⁵. No continente americano a doença desenvolveu-se em várias regiões, nas quais está incluído o Brasil, local donde será exportado o vírus da febre amarela para muitos outros portos europeus, como foi o caso da cidade do Porto no ano em estudo.

A transmissão desta doença ocorre através da picada do inseto *Aedes Aegypti* que contrai a doença ao circular em áreas florestais das zonas tropicais endémicas, onde se encontram agentes portadores do vírus da febre amarela, como são exemplo os macacos. Numa fase posterior, o inseto transporta o vírus da doença para áreas urbanas onde ocorre a contaminação da população³¹⁶. Todavia, em épocas de contacto incipiente com a doença, como foi o ano de 1856, era desconhecida a necessidade deste hospedeiro intermédio para a contaminação dos cidadãos, ao invés disto, os homens da época acreditavam na teoria miasmática para a propagação da febre amarela, defendendo que o vírus circulava no ar, tendo origem na imundice das cidades que, deixada ao ar livre sob a incidência de calor intenso, formaria organismos nocivos à saúde da população³¹⁷. Somente no início do século XX, após um longo processo de investigações e de grandes discussões na comunidade científica se descartam estas teorias, reconhecendo-se que o

³¹⁵ BENCHIMOL, Jaime – Febre amarela e epidemias: configurações do problema ao longo do tempo, p. 38.

³¹⁶ SHMAEFSKY, Brian R. – *Deadly Diseases and Epidemics: Yellow Fever*, p. 10.

³¹⁷ BENCHIMOL, Jaime – Febre amarela e epidemias: configurações do problema ao longo do tempo, pp. 40-47.

agente viral da febre amarela deveria passar por um estágio de desenvolvimento no interior de um hospedeiro para que fosse possível a sua introdução na população³¹⁸.

O inseto transmissor da febre amarela carece de um conjunto de especificidades para a sua sobrevivência e proliferação. Em primeiro lugar, a necessidade de temperaturas quentes, o que explica o facto de as epidemias de febre amarela se manifestarem durante os meses de verão e, ainda que a insalubridade das zonas urbanas não seja responsável pela criação do vírus da febre amarela, a realidade é que potencializa a acumulação de insetos nas zonas insalubres da cidade³¹⁹.

O avolumar dos transportes marítimos, do comércio colonial e o intensificar da emigração com destino ao Brasil, como forma de fugir à miséria e procurar melhores qualidades de vida, permitiam uma maior circulação do inseto e, com ele, da doença que passa a alcançar diversas cidades³²⁰. Nesta época, o aumento da emigração entre a cidade do Porto e o Brasil intensifica-se de tal forma que se chega mesmo a publicitar aspetos negativos acerca da sanidade do Brasil, tido como local de proliferação de doenças, com o objetivo de impedir a saída da população para essa região³²¹.

Naturalmente, a maior circulação de pessoas e mercadorias foi também condição necessária para a chegada da doença à cidade do Porto. Neste sentido, é comum que as epidemias de febre amarela se comesçassem a manifestar junto à zona portuária da cidade, onde se procede ao desembarque de navios, provenientes de locais onde a doença é endémica, alargando-se, posteriormente, às zonas adjacentes dos portos infetando os habitantes da cidade³²².

No que diz respeito à sintomatologia da doença, destacam-se três períodos distintos. Para além do período de incubação, onde o doente se mantém assintomático, dá-se, num primeiro momento, o período de infeção no qual se manifestam sintomas como febre, dores de cabeça, náuseas, constipação, tonturas, dores musculares, desconforto no estômago, fraqueza, entre outros. A este, segue-se um período de remissão, caracterizado por uma regressão dos sintomas, havendo uma aparente recuperação da doença. Os doentes menos graves recuperam neste estágio; outros, contudo, progridem para a terceira e última fase da doença, o chamado período de intoxicação, no qual surgem os

³¹⁸ LOWY, Ilana – *Vírus, mosquitos e modernidade*, p. 83.

³¹⁹ LOWY, Ilana – *Vírus, mosquitos e modernidade*, p. 94.

³²⁰ ALVES, Jorge Fernandes – Emigração e sanitarismo: Porto e Brasil no século XIX. *Ler História*. Porto: FLUP. n° 48 (2005), pp. 141-143.

³²¹ ALVES, Jorge Fernandes – Emigração e sanitarismo: Porto e Brasil no século XIX, p. 144.

³²² LOWY, Ilana – *Vírus, mosquitos e modernidade*, p. 67.

sintomas mais conhecidos da febre amarela, como o vômito preto, a icterícia, hemorragias internas ou externas e a progressiva falência de órgãos. Em casos fatais, podia registrar-se convulsões e desorientação extrema³²³.

Esta diversidade de sintomas levava a que o diagnóstico de febre amarela se constituísse num processo difícil e complexo. Esta dificuldade advinha da similaridade dos sintomas manifestados na primeira fase da doença com outras doenças conhecidas à época, o que levava, muitas vezes, a diagnósticos enganosos. Assim, só numa fase tardia, em que se manifestavam os sintomas característicos da febre amarela, se esclareciam, definitivamente, as dúvidas relativamente à denominação da doença. A adicionar a isto, a ausência de um modelo de infeção da doença, que se julgava ser contagiosa à época, levava à dúvida sobre a sua efetiva existência³²⁴ provocando grandes animosidades entre a população e as autoridades de saúde, como aliás é exemplo o caso do Porto.

Atualmente, não é conhecida uma cura específica para a febre amarela, o tratamento da mesma administra-se preventivamente, através da vacinação. Na época em estudo, a forma de tratamento mostrava-se também muito diversificada, não havendo um remédio específico. Assim, a administração de medicamentos dependia dos sintomas que os doentes manifestassem e, por norma, a cura dos infetados era feita à base de repouso, alimentação leve, consumo de água e de remédios de ervas ou de misturas que provocassem o suor do doente³²⁵.

1.2. O estado sanitário da cidade do Porto no século XIX

O século XIX ficou marcado por um crescimento demográfico lento que estabiliza, na década de 50, devido a crises de mortalidade provocadas pelas epidemias que assolaram o país³²⁶. Este crescimento populacional está associado ao desenvolvimento da industrialização e ao êxodo rural que provoca grandes densidades demográficas no distrito do Porto que era, na segunda metade do século, um dos mais povoados³²⁷.

A atração citadina levava as pessoas a fixarem-se nos grandes núcleos urbanos em busca de trabalho e de uma melhor qualidade de vida, provocando um sobrepovoamento em certas zonas da cidade. Neste sentido, a cidade do Porto assistiu, durante todo o século,

³²³ SHMAEFSKY, Brian R. – *Deadly Diseases and Epidemics: Yellow Fever*, p. 55-56.

³²⁴ LOWY, Ilana – *Vírus, mosquitos e modernidade*, p. 67.

³²⁵ SHMAEFSKY, Brian R. – *Deadly Diseases and Epidemics: Yellow Fever*, p. 58.

³²⁶ VEIGA, Teresa Rodrigues – *A População Portuguesa no século XIX*. Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, 2004, p. 22.

³²⁷ VEIGA, Teresa Rodrigues – *A População Portuguesa no século XIX*, p. 26.

ao crescimento de bairros operários, mais explicitamente das “ilhas” ou “colmeias”³²⁸, habitações sobrelotadas onde a diminuta área dos compartimentos e a utilização de espaços comuns por várias pessoas significava pouca higienização e “uma formidável reserva de micróbios”³²⁹. Esta “cidade cemiterial”³³⁰ caracterizava-se por um nível de insalubridade que instigava uma rápida proliferação de doenças e, conseqüentemente, o aumento da mortalidade.

Os problemas habitacionais eram agravados pela inexistência de uma rede de esgotos que possibilitasse a remoção de detritos da cidade. Ainda em finais do século XIX, o sistema de saneamento da cidade do Porto, para além de cobrir uma escassa área da cidade, era construído em pedra e caracterizava-se pela falta de impermeabilidade³³¹ provocando a infiltração de resíduos nos terrenos vizinhos³³², o que resultava na poluição dos mesmos. Nas ilhas, os detritos eram, na maioria das vezes, largados em valas comuns a céu aberto, ficando em putrefação sob a incidência do calor³³³. Estes aspetos apenas sofrerão grandes alterações na viragem do século, altura em que se procede a melhorias nos sistemas de esgoto, de canalização e à regular limpeza das ruas das cidades³³⁴.

Perante tudo isto, percebemos que o meio ambiente da cidade contribuiu para a propagação da doença que encontrou como principais impulsionadores a incipiente higienização da cidade e a insalubridade da mesma. Esta estava ligada ao atraso do planeamento de sistemas sanitários que afastassem os detritos da vida urbana, que permitiam a atração e acumulação de insetos em certas zonas citadinas, colaborando para a sua sobrevivência e, conseqüentemente, para a proliferação da febre amarela.

³²⁸ PEREIRA, Gaspar Martins; SERÉN, Maria do Carmo – *O Porto Oitocentista*, p. 394-395.

³²⁹ MAIA, João José – Transição epidemiológica: infraestruturas urbanas e desenvolvimento: a cidade do Porto. *Análise Social*. Vol. XXXV (2000), p. 588.

³³⁰ Este termo foi utilizado pelo epidemiologista Ricardo Jorge para descrever a cidade do Porto no século XIX. Veja-se: ALMEIDA, Maria Antónia Pires de — O Porto e as epidemias: saúde e higiene na imprensa diária em períodos de crise sanitária, 1854-56, 1899 e 1918. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. n.º 12 (2012), p. 378.

³³¹ MAIA, João José – *Transição epidemiológica*, p. 587.

³³² PEREIRA, Gaspar Martins; SERÉN, Maria do Carmo – *O Porto Oitocentista*, p. 392.

³³³ MAIA, João José – *Transição epidemiológica*, p. 587.

³³⁴ MAIA, João José – *Transição epidemiológica*, p. 592.

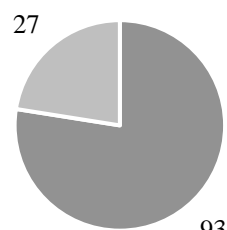
2. Evolução da doença na cidade do Porto

As balizas cronológicas da epidemia de febre amarela são incompatíveis entre as diversas fontes e a bibliografia, havendo dúvidas relativamente ao início e fim da manifestação da doença. Contudo, segundo o relatório do Conselho de Saúde os infetados registam-se desde o dia 22 de julho de 1856 até ao dia 02 de outubro do mesmo ano³³⁵.

2.1. A incidência geográfica da doença

A chegada da febre amarela ao Porto respeita o padrão de ataque da moléstia explicado anteriormente e, neste sentido, a doença chega à cidade a partir de navios provenientes do Brasil, onde a mesma era endémica desde 1849³³⁶, começando a manifestar-se junto ao porto marítimo. Os navios responsáveis pela importação da doença mantêm-se incógnitos; sabe-se, contudo, que a embarcação Duarte IV terá chegado com doentes a bordo³³⁷ à cidade do Porto; e, que os primeiros infetados terão surgido a bordo da embarcação S. Manuel I, Monteiro I e Lima I.

Gráfico 1 - Género dos infetados pela doença



■ Masculino ■ Feminino

Fonte: CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856*, p. 126-131.

A epidemia teve início no Cais Novo da cidade, infetando, em grande parte, homens ligados a funções na alfândega ou em áreas próximas a esta. Isto verifica-se a partir da análise do Gráfico 1, onde se apresenta a disparidade entre a infeção de homens e mulheres, no qual verificamos que, da totalidade dos afetados pela doença, 93 eram elementos do sexo masculino que, no exercício das suas funções, passavam a grande parte do seu dia-a-dia junto ao cais, estando de forma constante expostos ao vírus da doença. De destacar ainda que, dos 93 homens 52 estariam intimamente ligados à alfândega, executando as mais diversas funções, inserindo-se aqui 20 elementos de tripulações, 20 militares que procediam a vigilâncias e assistiam à descarga dos navios e 12 fiscais, números nos quais não estão incluídos os trabalhadores braçais.

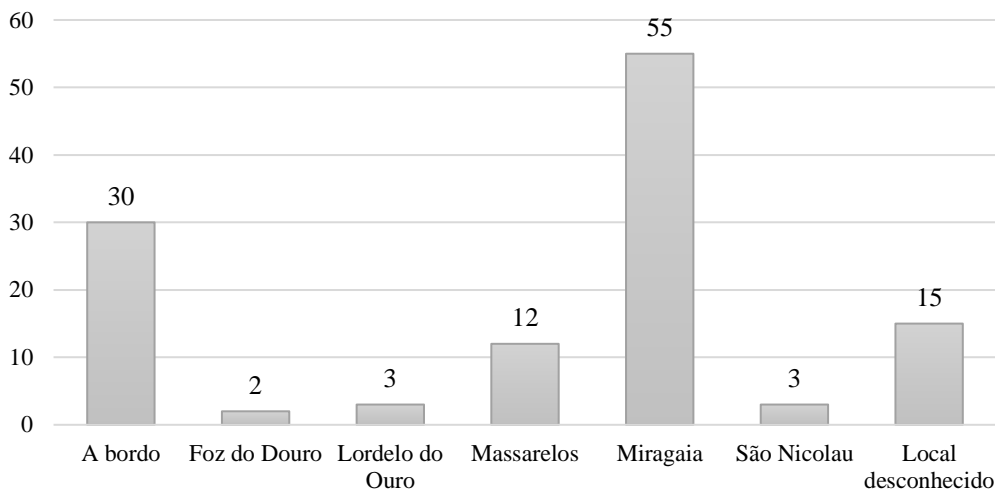
³³⁵ CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856*, p. 13-14.

³³⁶ BENCHIMOL, Jaime – *Febre amarela e epidemias: configurações do problema ao longo do tempo*, p. 38.

³³⁷ Estes doentes, ao que tudo indica, não estariam infetados de febre amarela, mas fragilizados perante as escassas condições alimentares na viagem acabada de fazer. Veja-se: *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, p. 49.

Neste sentido, as primeiras zonas atacadas foram as áreas próximas ao rio e aos armazéns, desde logo a “praia de Miragaia”, a zona de Monchique e a Ribeira, atacando indivíduos que habitavam ou passavam parte do seu tempo nestes locais. Em fases posteriores do decorrer da epidemia, esta acaba por acometer população da freguesia de Massarelos e Lordelo do Ouro³³⁸.

Gráfico 2 - Distribuição dos casos de febre amarela em 1856 pelas freguesias do Concelho do Porto



Fonte: CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856*, p. 126-131.

No Gráfico 2³³⁹, verifica-se que a incidência geográfica da doença predomina, sobretudo, na freguesia de Miragaia, onde se localizava os armazéns destinados ao armazenamento de mercadorias dos navios sendo, portanto, a porta de entrada para esta e muitas outras doenças. Esta zona regista 55 infetados, sendo também significativo o número de acometidos a bordo das embarcações, que estariam próximas a esta zona, onde se regista 30 infeções. De resto, é perceptível que a doença vai escasseando à medida que nos afastamos da zona do rio e da alfândega, registando-se a diminuição dos infetados consoante o aumento da distância destes locais.

³³⁸ CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856*, p. 17.

³³⁹ Denotar que os dados relativos à geografia da doença dizem respeito ao “local de envenenamento” de cada indivíduo. Esta conclusão advém da crença de que a propagação da febre amarela ocorreria através do contacto com infetados e, portanto, há possibilidade de estarem incutidos erros de análise por parte do Conselho de Saúde. Ainda assim, esta lista fornece-nos informações acerca do local das habitações dos indivíduos e das suas atividades profissionais permitindo uma ligação destes com os seus locais de trabalho.

2.2. A progressão da doença entre julho e outubro de 1856

Tabela 3 – Número de infetados e óbitos por febre amarela entre 22 de julho e 2 de outubro de 1856

	Infetados	Óbitos
Julho	23	6
Agosto	69	38
Setembro	26	18
Outubro	2	1
Total	120	63

Fonte: CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856*, p. 126-131.

Durante os meses de julho e outubro, foram infetadas, no total, 120 pessoas, das quais 63 pereceram, registando-se uma taxa de mortalidade superior a 50% dos afetados pela doença. O pico da epidemia decorre durante o mês de agosto, período em que se regista o maior número de infeções com 69 infetados e 38 óbitos. Verificamos, contudo, que o mês de julho, iniciando-se a manifestação da doença apenas no dia 22 do mesmo, apresenta a maior taxa de infeção, na medida em que apenas em nove dias se registam 23 infetados, o que dá uma média de 2,5 infeções por dia. Esta taxa vai diminuindo nos meses seguintes. Veja-se que o mês de agosto regista uma incidência de infeção de 2,2 indivíduos por dia.

No mês de setembro, a epidemia entra em regressão, verificando-se apenas 26 infetados e 18 óbitos, número no qual se inserem também os infetados do mês anterior que viriam a falecer apenas neste período. Neste mês, a taxa de infeção desce para 0,86 pessoas afetadas por dia. A diminuição da linha epidémica pode explicar-se pela provável descida de temperatura que, naturalmente, influencia a diminuição da circulação de insetos que, por sua vez, terão perdido as capacidades de infeção, face ao período limitado em que o vírus se mantém presente no seu organismo.

3. Política sanitária de combate à febre amarela

3.1. A higienização e organização das instituições de saúde

No início do mês de agosto, após o Governador Civil do Porto comunicar a existência de “uma febre de péssimo carácter” ao delegado do Conselho de Saúde Pública

do Reino este procede, ao quarto dia desse mês, a uma visita ao hospital militar reconhecendo a presente doença como sendo a febre amarela³⁴⁰.

No dia seguinte, reúnem-se o Governador Civil do Porto, o Presidente da Câmara e o Presidente do Conselho de Saúde a fim de decidirem as medidas preventivas a tomar face à doença que se encontrava em evolução. Desde logo, procede-se à limpeza da cidade, nomeadamente de ruas no Bairro de Miragaia, atividade que, aliás, já vinha a ser feita neste período, como forma de evitar o agravamento da epidemia de cólera que se fazia sentir em várias regiões do país, alargando agora esta preocupação para os arredores de Monchique, onde se manifestavam casos da doença. Seguidamente, proíbe-se a venda de frutas não sazoadas, dado que as frutas eram, muitas vezes, entendidas como responsáveis pelo aparecimento de doenças como a cólera e o tifo³⁴¹.

Para além disto, procede-se à limpeza de navios suspeitos, ou seja, daqueles que procediam de portos do Brasil, onde a doença estava presente, e à fumigação das fazendas e de objetos suscetíveis de propagar a moléstia na área onde viria a construir-se, em anos posteriores, a alfândega³⁴². Em termos logísticos, procede-se ao registo diário dos infetados e ao estabelecimento de um hospital provisório com o objetivo de impedir o rompimento dos serviços de saúde habituais no Hospital de Santo António e da Misericórdia, aos quais recorreram infetados na fase inicial da doença. Tratou-se, ainda, de fornecer tratamento e socorro aos mais pobres, fosse nos domicílios dos mesmos ou em hospitais, no caso dos mendigos³⁴³.

3.2. Os navios enquanto foco de infeção: o início de um conflito de interesses

A par destas providências surgem, em distintas fases da epidemia, medidas a ter relativamente aos navios provenientes do Brasil que eram considerados, pelas autoridades sanitárias, responsáveis pela importação da doença e focos da mesma, devido ao grande número de casos da moléstia que aí se registava. A tomada destas medidas é influenciada pela forma como as entidades de saúde entendiam a doença. Para além de defenderem, como já referi, a importação da doença, acreditavam que o contágio da mesma ocorreria a partir do contacto direto, com pessoas infetadas ou, indireto, através do toque em objetos

³⁴⁰ CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856*, p. 15.

³⁴¹ CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856*, p. 88.

³⁴² CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856*, p. 15.

³⁴³ CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856*, p. 22.

portadores do vírus da febre amarela³⁴⁴. Perante isto, haveria que se afastar o núcleo da epidemia de forma a evitar a sua intensificação.

A primeira medida que estas embarcações sofreram destinava-se apenas àquelas que chegariam à Barra do Porto vindas de portos suspeitos do Brasil. Assim, no dia 7 de agosto, ordena-se que esses navios fossem encaminhados para a margem esquerda do rio³⁴⁵, ou seja, para o lado de Vila Nova de Gaia, onde procederiam à descarga das suas mercadorias, evitando assim a sua comunicação com a população portuense.

Esta ordem terá sido posta em prática no dia seguinte, ainda que com relutância dos comerciantes que, desde logo, se reúnem com o objetivo de apelar o apoio do Governador Civil do Porto, para que este impedisse que os donos dos navios fossem expostos a tal deliberação³⁴⁶ que requeria, na opinião dos comerciantes do Porto, uma melhor reflexão sobre a sua eficácia e necessidade. No parecer dos comerciantes, esta medida acarretaria prejuízos desnecessários aos donos das embarcações que, atracando e descarregando do lado de Vila Nova de Gaia, mantinham uma contínua comunicação com a população em terra, dado que os marinheiros saíam do navio e inclusive recebiam homens para procederem a reparações. Para além disto, as fazendas dos navios eram descarregadas e direcionadas, de imediato, para os armazéns do Porto onde seriam armazenadas juntamente com os restantes produtos³⁴⁷, procedimento que, aos olhos dos comerciantes, provocaria igualmente a entrada do vírus na zona de Miragaia.

Já a 19 de agosto, não tendo a epidemia regredido no número de vítimas, o Conselho de Saúde ordena que os navios atracados no Cais Novo se desloquem para o “sítio da Furada”³⁴⁸, ou seja, para a margem esquerda do rio. Desta feita, sai em defesa dos comerciantes o Intendente da Marinha que promete não proceder ao cumprimento desta ordem até que o Ministério da Marinha lhe dê instruções para a sua execução. Perante isto, no dia 21 de agosto o Intendente reúne-se com o Governador Civil explicando-lhe as preocupações do corpo comercial. Entre elas, estava o facto de os navios não terem a segurança necessária no “sítio da Furada”, local que não estava preparado para a atracação de embarcações e onde faltariam amarrações para esse efeito. Esta medida seria também

³⁴⁴ A teoria do contágio direto está presente nas fontes consultadas, na medida em que, se explanam os progressivos casos de infetados com a preocupação de expor a sua ligação com doentes de febre amarela. Veja-se: Conselho Extraordinário de Saúde Pública do Reino — *Relatório da epidemia de febre amarela em Lisboa no ano de 1857*.

³⁴⁵ CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856*, p. 22.

³⁴⁶ *O Comércio do Porto*. Porto, nº 182, 11.08.1856, p. 2.

³⁴⁷ *O Comércio do Porto*. Porto, nº 188, 19.08.1856, p. 2.

³⁴⁸ CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856*, p. 23-24.

considerada ineficaz aos olhos dos comerciantes, por um lado porque a distância entre as margens do rio era pequena, não havendo grande diferença entre os navios atracarem a norte ou a sul do rio; além de que muitos dos navios já teriam chegado há alguns dias, descarregado as suas mercadorias e permitido a circulação dos seus tripulantes pela cidade do Porto e, assim, da doença. O jornal *O Comércio do Porto* expõe precisamente estas preocupações nas suas publicações:

“Reconhecemos que a saúde pública está acima de todas as considerações particulares. Desculpamos mesmo que na divergência de opiniões científicas tenha de prevalecer a que sacrifica, em boa-fé, um indivíduo ou uma classe à salubridade. Mas por Deus, onde está a medicina aprendida fora das cavernas de Plutão que possa sustentar a vantagem de se mudarem agora as embarcações que já despejaram, se é que os tinham, todos os princípios contagiosos, para um sítio oposto, que um tiro de pistola alcança, ficando em continuada comunicação com aquele sítio que teriam de deixar?”³⁴⁹

Neste sentido, o Governador Civil convoca uma reunião entre os facultativos do Conselho de Saúde e médicos do Porto que viria a realizar-se no dia 23 de agosto³⁵⁰, na qual se discute o incumprimento desta medida por parte dos comerciantes e onde é perceptível a necessidade de um maior rigor na política sanitária contra a febre amarela, prevendo-se um agravar das medidas relativas às embarcações³⁵¹. Esta medida terá sido cumprida logo após o Ministério da Marinha dar ordens para a sua execução, desconhecendo-se, contudo, a data de deslocação dos navios.

O agravar da política sanitária surge no dia 4 de setembro com a expulsão definitiva de doze embarcações da Barra do Porto. Segundo os facultativos do Conselho de Saúde esta medida era uma consequência da desobediência dos comerciantes que, ao recusarem deslocar os navios para a margem esquerda do rio, impediram o afastamento do foco de infeção da cidade e, por conseguinte, impossibilitaram uma possível regressão da doença, tornando as anteriores providências inúteis³⁵². Assim, no entender das autoridades da saúde restava remover definitivamente os navios considerados difusores da moléstia.

Perante esta decisão surge, com o culminar da contestação comercial, um grande aparato na praça comercial. De imediato, reúnem-se os comerciantes em grande número, estando presentes mais de quatro centenas de pessoas. O Visconde Castro e Silva³⁵³ assume-se como porta-voz desta reunião, na qual apela a uma manifestação que

³⁴⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, nº 191, 22.08.1856, p. 1.

³⁵⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, nº 192, 23.08.1856, p. 1.

³⁵¹ CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856*, p. 90.

³⁵² CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856*, p. 24.

³⁵³ A posição do Visconde de Castro e Silva é influenciada pelos seus interesses pessoais devido à sua ligação com o comércio por ser proprietário do navio Alfredo, inserido na lista de embarcações a expulsar da Barra do Porto.

envolvesse não só comerciantes, mas também, trabalhadores industriais com o intuito de irem, em grupo, até ao Governador Civil exigir a revogação da expulsão das embarcações³⁵⁴. Esta atitude, porém, não foi merecedora da aderência da maioria dos comerciantes que preferiram seguir uma via de resolução pacífica, fazendo garantir os seus direitos através da legislação. Neste seguimento, decidem, em reuniões posteriores, redigir uma reclamação ao Governador Civil e ao Governo, na qual se explicava as dificuldades de fazer sair da Barra navios que não tinham tripulação, nem mercadoria para transportar e que necessitavam de reparações para procederem à sua próxima viagem³⁵⁵. Simultaneamente, estas reivindicações são levadas ao monarca por parte do Governador Civil do Porto, do Intendente da Marinha, da Associação Comercial do Porto³⁵⁶. A adicionar a estes, encontramos queixas das companhias de seguros como é exemplo a *Companhia Equidade* e a *Companhia Garantia* que sofreram prejuízos elevados por segurarem embarcações por pequenos períodos, fosse um ano ou apenas durante uma viagem³⁵⁷. Neste sentido, também elas redigem uma exposição ao monarca apelando à averiguação da necessidade das imposições sanitárias e que as impedisse, considerando que o Governo entenderia a inutilidade das medidas tomadas.

Posto isto, o Governo convoca uma reunião entre facultativos do Conselho de Saúde e médicos de Lisboa, que se vem a realizar no dia 8 de setembro, para que se averiguasse a existência efetiva da doença na cidade, posta em causa pelos comerciantes, a localização do foco geográfico da mesma e quais as melhores medidas a tomar para cessar a sua propagação.

Esta reunião acaba por se desdobrar em duas, dado que numa primeira fase se mantêm dúvidas relativamente à localização do foco epidémico. Desta feita, será o monarca a ordenar a realização de uma segunda reunião que terá lugar no dia 11 de setembro. Desta última, resulta a concordância de que a doença fora importada por navios vindos do Brasil que deviam, agora, ser expulsos. Segundo estas determinações, o monarca ordena a retirada das embarcações suspeitas da Barra do Porto sujeitando os comerciantes à saída da mesma no dia 13 de setembro³⁵⁸.

³⁵⁴ *O Comércio do Porto*. Porto, nº 202, 04.09.1856, p. 4.

³⁵⁵ *O Comércio do Porto*. Porto, nº 204, 06.09.1856, p. 1.

³⁵⁶ Veja-se a Portaria redigida a 11 de setembro de 1856 que expressa a decisão do monarca face ao problema a ele exposto em *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, p. 36-38.

³⁵⁷ *O Comércio do Porto*. Porto, nº 210, 13.09.1856, p. 2; *O Comércio do Porto*. Porto, nº 212, 16.09.1856, p. 1.

³⁵⁸ *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, p. 33-36.

A lista das embarcações expulsas divide-se em três grupos. Primeiramente, os navios Augusto, Fluminense e Damão que, por estarem isolados e não registarem doentes a bordo, acabam por ser excluídos desta pretensão. Seguidamente, são expulsos Duarte IV, Flor do Porto, Pombinha, Santa Clara e S. Manuel I e acabam por ser submersas as embarcações Alfredo, Bracarense, Lima I e S. José por não terem condições materiais ou humanas para se deslocarem do porto³⁵⁹. Dado a incapacidade de impedirem o cumprimento de tal arbitrariedade, os donos dos navios trataram de pedir justificações às autoridades sanitárias para as suas embarcações serem consideradas suspeitas.

As razões apresentadas para as expulsões são variadas, desde logo, a barca Duarte IV, procedente de Pernambuco³⁶⁰, terá sido expulsa por trazer doentes a bordo. Apesar disto, esta estaria ancorada no cais da alfândega há cerca de 88 dias, aquando da ordem da sua expulsão. O brigue S. Manuel I, com a mesma proveniência, apesar de ser portador de carta sanitária limpa é expulso, por aí se terem verificado os primeiros infetados da doença³⁶¹. A galera Flor do Porto, também ela proveniente de Pernambuco, viajava com um doente na sua embarcação que era detentor de um atestado médico. Contudo, este indivíduo justificava, para as autoridades de saúde, a expulsão da embarcação, a par do facto de se considerar que muitos outros teriam fugido à fiscalização sanitária. A sua expulsão explica-se, também, pela contínua comunicação com diversos navios suspeitos, exercida, principalmente, no momento em que se recusaram a deslocar-se para a margem sul do rio³⁶².

A expulsão da barca Lima I justificou-se por se terem registado dois doentes a bordo da mesma e por se manter em comunicação com gentes de outras embarcações³⁶³. As embarcações Santa Clara, Alfredo, Bracarense, e S. José possuíam carta de saúde limpa e, segundo os comerciantes do Porto, não teriam doentes a bordo³⁶⁴. Sobre estas últimas

³⁵⁹ *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, p. 39.

³⁶⁰ Pernambuco era, à época, considerado um porto suspeito de febre amarela. Veja-se: *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, p. 53.

³⁶¹ *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, p. 49-54.

³⁶² *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, p. 53-59.

³⁶³ *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, p. 60-66.

³⁶⁴ *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, p. 66.

não dispomos de dados de correspondência entre os seus donos e as autoridades de saúde, mantendo-se injustificada a razão da sua expulsão.

As embarcações que foram retiradas da lista de expulsão provocam uma maior indignação por parte dos comerciantes, devido à incompreensão de se excluírem embarcações que estariam exatamente na mesma condição que as expulsas, dado a sua contínua comunicação entre elas. Estas, contudo, teriam procedido a quarentenas em Vigo antes de entrarem na Barra do Porto, por serem portadores de carta de saúde suspeita. Esta incompreensão verifica-se precisamente com o brigue Pombinha, que, apesar de ter efetuado quarentena em Vigo, acaba por ser obrigado a retirar-se da Barra³⁶⁵.

Nas respostas a estes pedidos de esclarecimento, sente-se um passar da responsabilidade para outro setor, na medida em que os donos dos navios tiveram, por vezes, de enviar os mesmos requerimentos a várias instâncias para que tivessem acesso a uma justificação, entre as quais se incluem o Delegado do Conselho de Saúde, o Guardador da Saúde e o Intendente da Marinha.

Depois da saída das embarcações da Barra do Porto, foi imposta a obrigatoriedade de recorrerem a uma quarentena no lazareto de Lisboa, o único credível para as autoridades sanitárias portuguesas³⁶⁶, para que pudessem reentrar na Barra do Porto³⁶⁷. Este processo provocou, num momento inicial, alguns constrangimentos que evidenciam a falta de organização por parte do Conselho de Saúde na sua política sanitária. Vítima disto terá sido a embarcação Santa Clara que, depois de sair do Porto, se dirige a Lisboa para proceder à quarentena. Todavia, esta embarcação acaba por ser expulsa do rio Tejo, não sendo admitida no lazareto da capital o que a obriga a deslocar-se ao lazareto de Vigo, inutilmente, dado que num momento posterior, recebe indicações de que só seria aceite na Barra do Porto se a sua quarentena fosse cumprida em Lisboa³⁶⁸.

Entre as embarcações submersas no Douro, dão-se como totalmente perdidas a Lima I e S. José³⁶⁹. Esta última terá sido abandonada pelo seu dono, não havendo quem

³⁶⁵ *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, p. 66.

³⁶⁶ Para além do lazareto da capital do país havia o de Vigo que, contudo, era tido com desconfiança por parte das autoridades sanitárias portuguesas. Veja-se: CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856*, p. 73.

³⁶⁷ *O Comércio do Porto*. Porto, nº 214, 19.09.1856, p. 1.

³⁶⁸ *O Comércio do Porto*. Porto, nº 217, 22.09.1856, p. 3; *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, p. 80.

³⁶⁹ *O Comércio do Porto*. Porto, nº 219, 24.09.1856, p. 1.

a emergisse das águas³⁷⁰, após a permissão para o alívio da submersão dos navios a 4 de outubro³⁷¹.

A adicionar a estas dificuldades de cunho organizativo, as embarcações terão sido expostas a variados prejuízos económicos. Primeiramente, devido à urgência da contratação de membros para a composição das suas tripulações, necessidade que permitiu aos trabalhadores a exigência de quantidades avultadas de dinheiro pelos seus serviços. Depois, porque, saindo do Porto sem carregamento, os proprietários dos navios viram-se impossibilitados de obterem lucro com a respetiva viagem. Além do mais, algumas embarcações saem ainda com o risco de afundarem por não lhes ter sido possível proceder aos reparos necessários³⁷².

3.3. Consequências da política sanitária preventiva

Como consequência desta política sanitária registaram-se dias de paralisação total do mercado, nomeadamente, aquando do início da promulgação de medidas contra as embarcações³⁷³.

Assumimos, perante os factos apresentados, que os proprietários dos navios sofreram prejuízos económicos que tinham em vista o bem comum, isto é, a saúde pública. Contudo, a ação dos comerciantes não cessou aquando do fim da epidemia e do levantar das medidas sanitárias referentes aos navios. Pelo contrário, estes criam uma comissão que deveria reunir provas de forma a comprovar a inutilidade destas medidas para o bem-estar da população e as injustiças a que, por isso, foram sujeitos os comerciantes e proprietários das embarcações³⁷⁴.

Como forma de combater os prejuízos económicos provocados pelas autoridades sanitárias, restava pedir uma indemnização³⁷⁵ em benefício de todos os prejudicados, nomeadamente dos proprietários dos navios que viram a sua propriedade privada atacada sem que alguém impedisse os danos causados.

Os comerciantes exigem, para além do retorno económico, uma reforma geral nos regulamentos sanitários do Conselho de Saúde, com vista a impedir futuras medidas

³⁷⁰ *O Comércio do Porto*. Porto, nº 234, 11.10.1856, p. 2.

³⁷¹ *O Comércio do Porto*. Porto, nº 228, 04.10.1856, p. 2.

³⁷² *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, p. 85.

³⁷³ *O Comércio do Porto*. Porto, nº 205, 08.09.1856, p. 4.

³⁷⁴ *O Comércio do Porto*. Porto, nº 228, 04.10.1856, p. 1.

³⁷⁵ *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, pp. 86-90.

prejudiciais aos navios “porque só assim desaparecerão parcialidades injustas e arbítrios violentos, contrários a todos os princípios racionais da ciência e de direito público”³⁷⁶.

4. O conflito de interesses: saúde e comércio

Perante os factos apresentados, concluímos que a política sanitária provocou um conflito entre o corpo comercial e as autoridades de saúde, que se avoluma durante e depois da epidemia de febre amarela de 1856. Esta luta de interesses não era, contudo, uma novidade na cidade do Porto e justifica-se pela disparidade na forma como os comerciantes e as autoridades de saúde compreendiam a manifestação da doença.

Há muito que se sentia um descontentamento com as medidas sanitárias impostas aos navios, nomeadamente perante a obrigação de fazer quarentena, medida que vinha a ser posta em causa, num momento em que se intensificava a crítica no corpo comercial e na imprensa, perante os constrangimentos que esta provocava no quotidiano dos comerciantes³⁷⁷. Assim, lutava-se pela substituição das medidas quarentenárias ao entrar nos diversos portos das cidades e defendia-se que essas medidas deveriam ser tomadas no momento da partida do navio, procurando-se evitar ao máximo prejuízos nos interesses comerciais³⁷⁸.

Estas críticas consequentes do rigor das medidas sanitárias levarão a que o Governo crie, em 1863, uma comissão para que se formule um novo regulamento de quarentenas que fosse não só ao encontro dos interesses da saúde pública, mas também do comércio. A discussão sobre as medidas a adotar a nível internacional alargar-se-á para anos posteriores. O Conselho de Saúde será extinto em 1868³⁷⁹, sendo substituído por outras instâncias que estariam sob a superintendência do Governo.

Apesar das críticas que recolheram ao longo do século XIX, as quarentenas mantiveram-se como elemento fundamental para impedir a entrada de doenças nos portos da cidade, como realça António Bernardino Gomes. Este médico compreende como essencial tal providência. Primeiro, porque o conhecimento acerca do estado sanitário do

³⁷⁶ *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, p. 99.

³⁷⁷ ESTEVES, Alexandra - Quando a doença chega por mar: o desenvolvimento do sanitarismo em Portugal, no século XIX. *Revista CEPIHS*. nº 6 (2016), pp. 18-20.

³⁷⁸ *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, p. 92.

³⁷⁹ GARNEL, Maria Rita Lino – Prevenir, cuidar e tratar: o Ministério e a saúde dos povos (1834-1957). In ALMEIDA, Pedro Tavares; SOUSA, Paulo Silveira (dir.) – *Do Reino à Administração Interna: História de um Ministério (1736-2012)*. Lisboa: INCM e Ministério da Administração Interna, 2015, p. 43.

navio era dado, por alguns capitães, de forme enviesada e, depois, porque evitar a transmissão da doença na época, tanto quanto se sabia, passava pelo isolamento indispensável de navios e pessoas³⁸⁰.

Apesar dos prejuízos advindos da política sanitária, esta torna-se compreensível através do prisma das autoridades de saúde. Afinal, era nas embarcações que se registava a maior parte das infeções ou em locais diretamente ligados com elas. Para além disto, a crença na contagiosidade da doença não permitia a escolha de outras providências que não fosse o afastar dos navios onde ocorreria a grande parte dos contágios. Contudo, esta perspetiva não era generalizada, contrapondo-se à mesma a ótica dos comerciantes.

4.1. A crítica comercial às autoridades sanitárias

A vertente negacionista presente no jornal consultado e no corpo comercial da cidade do Porto parecia justificar-se pelas lacunas deixadas em aberto pelo Conselho de Saúde que foram provocadas pela sua incapacidade em explicar as suas decisões e a necessidade das mesmas para cessar a epidemia, levando a que a sua política fosse entendida como um ataque individual às gentes do comércio. As dúvidas constantes dos comerciantes incidem, assim, sobre aspetos que as autoridades de saúde, desprovidas de um conhecimento aprofundado da doença, não conseguiam explicar, nomeadamente aspetos relativos às particularidades da doença que a distinguíam de outras epidemias.

Na perspetiva dos comerciantes, o contágio parecia não se encaixar na forma de transmissão da doença, dado os muitos indivíduos que, tendo contacto com doentes, não manifestaram a febre. Paralelamente, negavam a importação da doença a partir dos navios vindos do Brasil, responsabilizando fatores urbanos internos para a sua origem, entre os quais o consumo de fruta, o calor intenso que se fazia sentir à época e a insalubridade de Miragaia para onde eram direcionados todos os detritos da cidade³⁸¹. Assumindo-se esta tese, procurava-se, por um lado, descredibilizar as medidas sanitárias acentuando-se a sua inutilidade e, por outro, lutar pelos seus interesses protegendo as embarcações dos ditames sanitários³⁸². Perante esta posição, as medidas sanitárias não teriam qualquer tipo de efeito para combater a propagação da epidemia e, portanto, serviriam apenas para causar danos e prejuízos económicos aos comerciantes e donos dos navios.

³⁸⁰ GOMES, Bernardino António — *Aperçu historique sur les épidémies de choléra-morbus et de fièvre jaune en Portugal, dans les années de 1833-1865*, p. XXVIII.

³⁸¹ *Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela*, p. 5-6.

³⁸² GOMES, Bernardino António — *Aperçu historique sur les épidémies de choléra-morbus et de fièvre jaune en Portugal, dans les années de 1833-1865*, p. 3.

Neste sentido, compreende-se a luta levada a cabo pelos comerciantes e as críticas que se fazem aos homens da saúde, como se vê no jornal *O Comércio do Porto*:

“As autoridades sanitárias desta cidade têm caminhado de prepotência em prepotência, de imbecilidade em imbecilidade e a continuar assim não sabemos onde isto irá parar. [...] o snr. Guarda mor de saúde, não perde ocasião de praticar as mais arbitrárias e inconsequentes medidas, dando uma plena prova da sua incapacidade [...] Não sabemos se nos devemos rir de compaixão de tanta estultícia ou se devemos indignar-nos contra as medidas ultimamente tomadas”.³⁸³

Esta crítica, advinda da incompreensão comercial da política sanitária era, assim, considerada lamentável e, simultaneamente, inevitável:

“É deplorável a luta que por estas ocasiões se estabelece entre as autoridades sanitárias e o corpo do comércio. Evitá-la de todo não será fácil; mas há de vir a ser muito menor quando se alcançar uma organização mais perfeita da repartição de saúde, e que tenha à sua disposição os indispensáveis meios de execução, que até agora lhe tem faltado.”³⁸⁴

Assim, a crítica às medidas sanitárias avoluma-se devido à desorganização das instâncias de saúde e à sua incapacidade de justificar a escolhas da sua política sanitária. Esta dificuldade está presente, como vimos, na explicação dada aos donos dos navios para verem as suas embarcações expulsas, nas quais se inseriam navios sem indícios de doentes a bordo e que contavam já com um largo período de tempo desde a saída de portos brasileiros suspeitos, evidenciando-se as incoerências assinaladas pelos comerciantes. A adicionar a isto, após a retirada das embarcações estas sentem-se inevitavelmente desamparadas por não lhes ser proposto um destino imediato. Reconhece-se, assim, que o Conselho de Saúde foi incapaz de garantir soluções imediatas aos comerciantes, provocando a exaltação de ânimos, que se agrava perante a desorganização e a incoerência da sua política sanitária.

4.1.1. O papel do jornal *O Comércio do Porto*

Como referi na fase introdutória desta investigação, o jornal *O Comércio do Porto* teve um papel muito específico na epidemia de febre amarela em 1856. Este mostrou-se um defensor aguerrido do corpo comercial da cidade, publicando todas as ações que a Associação Comercial do Porto executava contra a política sanitária.

As suas publicações revelam, em todo o período epidémico, a descrença pela existência da doença na cidade do Porto, adotando assim um caráter negacionista, tomando como inúteis as providências sanitárias que acarretariam prejuízos e danos

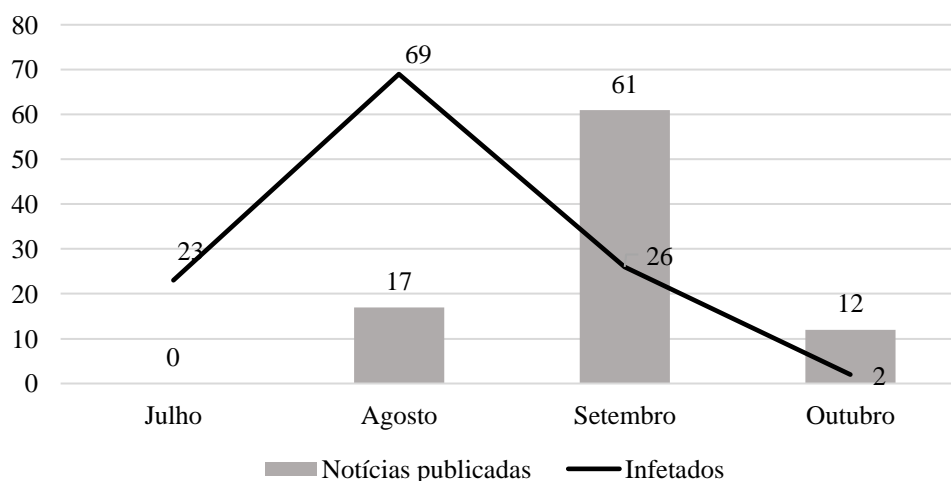
³⁸³ *O Comércio do Porto*. Porto, nº188, 19.08.1856, p. 2.

³⁸⁴ Conselho Extraordinário de Saúde Pública do Reino — *Relatório da epidemia de febre amarela em Lisboa no ano de 1857*, p. 12.

imensos aos comerciantes. Assim, a crítica ao Conselho de Saúde e à sua ação é constante e acompanhada pela apresentação de erros e incoerências das autoridades de saúde constituindo-se como uma fonte avessa às medidas sanitárias e protetor dos agentes comerciais. A comprovar esta posição negacionista, pode evidenciar-se o facto do jornal, na fase inicial, tratar a febre amarela como um “não-assunto” dado que as suas primeiras publicações sobre a epidemia são referentes às medidas tomadas contra os navios, em forma crítica. A primeira notícia onde nos é referenciada a febre amarela publica-se apenas a 11 de agosto e, portanto, no vigésimo dia da epidemia.

De acordo com a análise do Gráfico 4, onde apresento a correlação entre o número de infeções e o número de notícias referentes à epidemia publicadas entre julho e outubro de 1856, é perceptível que no pico epidémico, ou seja, no mês de agosto, o jornal publica apenas 17 notícias. Já no mês de setembro, altura em que o alastrar da doença entrava em regressão, o número de publicações sobre a epidemia dispara, aumentando para 61 publicações, o que se justifica pelo facto de ser o mês em que o Conselho de Saúde toma providências contra os navios atracados na Barra do Porto.

Gráfico 4 - Correlação da evolução da doença e do número de notícias publicadas no jornal *O Comércio do Porto* entre o mês de julho e outubro do ano de 1856



Considerações finais

Em jeito de conclusão, é fundamental salientar que, apesar desta epidemia registar números diminutos, não mereceu uma política sanitária menos rigorosa do que outras. Política esta que teve em vista o impedimento da propagação da doença e a luta pela preservação da saúde pública. Contudo, a ação do Conselho de Saúde revela-se desorganizada e pouco esclarecedora aos olhos dos que sofriam as suas imposições, agravando assim a animosidade da população portuense, em especial, do corpo comercial do Porto.

Sabemos atualmente que o conflito entre saúde e economia é inevitável em circunstâncias epidémicas, dado que, numa altura em que o essencial é evitar a proliferação de uma doença, haverá necessariamente restrições às liberdades e direitos da população. Neste caso, os maiores visados foram os comerciantes da cidade do Porto que se viram obrigados ao cumprimento de medidas sanitárias impostas e, portanto, à interrupção da sua atividade comercial que levou à perda de lucros. Naturalmente, este é um ponto sensível, na medida em que intervém no quotidiano da população comercial, afetando os seus proventos económicos.

O desconhecimento do inseto como o principal agente transmissor da doença provocou uma política preventiva desfasada daquela que seria necessária, como é exemplo o ataque ao mosquito, levado a cabo em cronologias posteriores na região do Brasil. Todavia, o ano de 1856 apresenta-se como uma época de contacto incipiente com a doença e, portanto, o desconhecimento, aliado à impreparação do Conselho de Saúde em lidar com a doença não permitiu medidas sanitárias distintas daquelas que foram tomadas. Assim, o prejuízo provocado pela política sanitária e a aparência de que se executava uma perseguição gratuita às gentes do mar foi, na época em estudo, incontornável.

Relativamente à eficácia das medidas tomadas, não conseguimos aferir se estas foram as principais responsáveis pela regressão da doença ou se o agente transmissor acabou por se dissipar naturalmente. O certo é que a epidemia cessou após a retirada das embarcações da Barra do Porto. Contudo, com ela não cessa a vontade de justiça por parte dos comerciantes que continuam a luta pelos seus direitos.

Esta luta não se restringiu ao período tratado, alargando-se a anos posteriores. Assim, ficam por estudar os resultados desta contenda comercial, cuja discussão terá sido levada ao Governo. Propõe-se, por isso, que se analise o *Diário de Governo*, segundo a cronologia em estudo, isto é, o ano de 1856, alargando a pesquisa ao ano seguinte devido

à possibilidade de encontrarmos referências às pretensões comerciais e resposta ao desfecho das mesmas. Isto poderá levar-nos a perceber se de facto os comerciantes tiveram direito a uma indemnização.

Sugiro, para além disto, que se proceda a pesquisas em diversos jornais do Porto, como por exemplo *O Periódico dos Pobres*, havendo a possibilidade de este ter noticiado, nas suas páginas, a epidemia de febre amarela, podendo, inclusive, ter uma perspetiva diferente da apresentada pelo jornal *O Comércio do Porto*, sendo interessante perceber outros pontos de vista. A adicionar a este, ficou ainda por consultar *A Gazeta Médica do Porto* que poderá também ter referências à doença de febre amarela e à sua propagação na cidade do Porto.

Fontes

Fonte Hemerográfica

O Comércio do Porto. Porto, 1 jul. 1856-31 out. 1856.

Outras fontes impressas

Memória sobre as medidas sanitárias executadas em 1856 contra o comércio marítimo do Porto a pretexto da febre amarela. Porto: Typ. de A. da Silva Santos, 1857.

CRUZ, Francisco Inácio dos Santos – *A febre amarela no Porto em 1856: ou exposição de factos, documentos, e considerações críticas para servir de resposta à chamada memória da associação comercial do Porto*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858.

Conselho Extraordinário de Saúde Pública do Reino – *Relatório da epidemia de febre amarela em Lisboa no ano de 1857*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859.

GOMES, Bernardino António – *Aperçu historique sur les épidémies de choléra-morbus et de fièvre jaune en Portugal, dans les années de 1833-1865*. Constantinople: Imprimerie Centrale, 1866.

Bibliografia

ABREU, Laurinda – A luta contra as invasões epidémicas em Portugal: políticas e agentes, séculos XVI-XIX. *Ler História*. n.º 73 (2018), p. 93-120.

ALMEIDA, Maria Antónia Pires de – O Porto e as epidemias: saúde e higiene na imprensa diária em períodos de crise sanitária, 1854-56, 1899 e 1918. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. n.º 12 (2012), p. 371-391.

ALVES, Jorge Fernandes – «Emigração e sanitarismo: Porto e Brasil no século XIX».

Ler História. Porto: FLUP. n.º 48 (2005), p. 141-156.

BENCHIMOL, Jaime – Febre amarela e epidemias: configurações do problema ao longo do tempo. *Revista NUPEM*. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná. 13:29 (2021), p. 36-71.

ESTEVES, Alexandra – As epidemias e a memória histórica. In. MARTINS, Manuel; RODRIGUES, Eloy (coord.) – *A Universidade do Minho em tempos de pandemia: Tomo I: Reflexões*. Braga: UMinho Editora, 2020.

ESTEVES, Alexandra – Quando a doença chega por mar: o desenvolvimento do sanitarismo em Portugal, no século XIX. *Revista CEPIHS*. n.º 6 (2016). p. 267-286.

GARNEL, Maria Rita Lino – Prevenir, cuidar e tratar: o Ministério e a saúde dos povos (1834-1957). In ALMEIDA, Pedro Tavares; SOUSA, Paulo Silveira (dir.) – *Do Reino à Administração Interna: História de um Ministério (1736-2012)*. Lisboa: INCM e Ministério da Administração Interna, 2015. 574 pp.

LOWY, Ilana – *Virus, mosquitos e modernidade: a febre amarela no Brasil entre ciência e política*. Trad. de Irene Ernest Dias. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2006.

MAIA, João José – Transição epidemiológica: infraestruturas urbanas e desenvolvimento: a cidade do Porto. *Análise Social*. Vol. XXXV (2000). p. 583-604.

PEREIRA, Gaspar Martins; SERÉN, Maria do Carmo – «O Porto Oitocentista». In. RAMOS, Luís A. de Oliveira – *História do Porto*. Porto: Porto Editora, 2000.

SHMAEFSKY, Brian R. – *Deadly Diseases and Epidemics: Yellow Fever*. Nova York: Chelsea House Publishers, 2009.

VEIGA, Teresa Rodrigues – *A População Portuguesa no século XIX*. Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, 2004. 149

Omni Tempore
Atas dos Encontros da Primavera 2022
Faculdade de Letras da Universidade do Porto